



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

JENIFFER MATTOS DE SOUSA

**A CICATRIZ NÃO É INVISÍVEL: UMA ANÁLISE DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO
CONTRA MULHERES LÉSBICAS NA CIDADE DE MANAUS**

MANAUS – AM

2024

JENIFFER MATTOS DE SOUSA

**A CICATRIZ NÃO É INVISÍVEL: UMA ANÁLISE DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO
CONTRA MULHERES LÉSBICAS NA CIDADE DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

MANAUS – AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S725c Sousa, Jeniffer Mattos de
A cicatriz não é invisível : uma análise das violências de gênero
contra mulheres lésbicas na cidade de Manaus / Jeniffer Mattos de
Sousa . 2024
126 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Lesbianidade. 2. Violência de gênero. 3. Mulheres lésbicas . 4.
Violências conjugais. 5. Gênero e sexualidade. I. Rufino, Márcia
Regina Calderipe Farias. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Márcia Regina Calderipe Farias Rufino - Presidente

Universidade Federal do Amazonas/ PPGAS

Profº Drª Flávia Melo da Cunha - Membro interno

Universidade Federal do Amazonas/ PPGAS

Prof. Dr. Jeffeson William Pereira - Membro externo

Universidade Federal do Amazonas

*Na rua não posso segurar sua mão ou te chamar de meu amor
Para não sofrermos uma agressão,
No natal em “família” você não é bem-vinda,
Apenas me dá uma carona até a esquina,
Na faculdade com medo da exclusão
Digo que você é apenas uma amiga que tenho maior afeição,
No trabalho meu patrão não permite nenhuma demonstração
Da funcionária sapatão,
Na comunidade onde moro sou uma aberração,
Na igreja não posso falar o seu nome
E nem demonstrar esse amor que me consome,
Quando vamos ao ginecologista fingimos uma heterossexualidade,
Escondemos a nossa verdadeira identidade
Para não ouvir do “pseudo doutor”
Que o nosso sexo é pela metade.*

Keth Braz, 2022

Dedicatória

*Dedico esta pesquisa à minha filha Júlia
Valentina Mattos, o combustível da minha vida.
Minha criança que quando sorri abre ao seu
redor uma aura de amor e luz. Eu te amarei em
todas as vidas.*

AGRADECIMENTOS

Quando meu olhar retrocede e mergulha na vastidão da jornada acadêmica, meu coração transborda de gratidão e emoção ao reconhecer o apoio e o amor que permearam cada passo dessa trajetória.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão ao arquiteto do universo, meu Pai Oxalá, cuja presença foi minha fonte de proteção, discernimento e força nos momentos mais desafiadores. À Ele, recorri em orações fervorosas e em cada súplica encontrei alento para seguir adiante, mesmo nas sombras mais densas. Obrigada pela vida e por ter me guiado nesse percurso.

Às divindades que guiam minha vida e iluminam meu caminho na jornada terrena, aos Orixás que embalam meus passos, minha eterna reverência e gratidão. Sem a presença amorosa da Umbanda e dos guias espirituais que nunca soltaram minha mão, mesmo na escuridão, não teria encontrado forças para prosseguir. Ao seu Zé Pelintra, a quem clamei em oração muitas vezes para que intercedesse naquele momento, sempre fui atendida. À Dona Mariana que sempre me ouviu e me aconselhou em diversos acontecimentos de minha vida, minha gratidão à essa caboca das águas que nunca deixou meu barco afundar. À espiritualidade que me acompanhou e sempre foi o meu esteio.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas - FAPEAM, meu profundo agradecimento por financiar esta pesquisa durante 24 meses. Sem esse apoio nada disso teria se concretizado e minha jornada acadêmica teria sido apenas um sonho distante.

À minha orientadora, Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, meu mais sincero reconhecimento. Seu brilho, sua calma e sua sabedoria foram a luz que guiou este trabalho do plano das ideias ao papel. Seu apoio inabalável e sua liderança gentil foram essenciais para transformar desafios em conquistas e obstáculos em oportunidades de crescimento. Agradeço pela paciência em me explicar repetidas vezes os assuntos que eu não compreendia, pelo incentivo para prosseguir na pesquisa e no Doutorado, pelos diálogos sobre violência, inclusive em âmbitos

peçoais, pela liberdade que me deste para escrever com o coração - pautando a mim em pesquisas científicas sempre - pelo “gás” que demos juntas para finalizar esse trabalho, seu cuidado em ler e prontamente me dar devolutivas foram sempre muito esclarecedoras. E, principalmente, por acreditar na relevância do meu tema. Obrigada por tudo!

Às interlocutoras que aceitaram meu convite e compartilharam suas histórias e sabedorias, meu profundo agradecimento. Sem sua confiança e colaboração, esta pesquisa não teria vida. À Vênus, Andrasta, Lilith, Ártemis e Gaia, mulheres que dividem a alma deste trabalho comigo.

À minha amada e primogênita filha Júlia Valentina, minha doce companheira de jornada terrena, meu coração é só gratidão. Seu sorriso iluminou meus dias mais sombrios, sua presença foi essencial, foi você quem curou minhas angústias, seu amor foi o combustível que alimentou meu caminho, muitas vezes cansada encontrei em você a força que faltava para prosseguir, e não foi fácil conciliar a maternidade com a pós graduação, mas você sempre conseguiu deixar tudo mais leve, com o seu amor, seu abraço, nossos diálogos e trocas. Obrigada por ser minha filha. Eu cuido de você e você cuida de mim, nunca se esqueça. Eu te amo demais!

À lua da minha vida, minha parceira de alma e de jornada, Paula. Meu amor transborda por você e transcende vidas. Seu apoio incondicional, sua crença em meu potencial e seu amor inabalável foram minha fortaleza em todas as tempestades. Você me mostrou nesses anos de convivência que o amor não dói e é nos detalhes singulares que a gente se constrói e reconstrói diariamente enquanto casal. Não esqueço das minhas madrugadas estudando enquanto você cuidava da casa e me fazia “chopp sujo” para conseguir aguentar a rotina, suas caronas até a universidade para que não andasse de ônibus e suas tardes na UFAM, enquanto me esperava sair de sala de aula apenas para me levar até em casa em segurança. Tudo teria sido mais árduo se não fosse seu sorriso e sua crença de que eu poderia ser o que quisesse. Minha vida, muito do que sou hoje, nasceu depois que eu te conheci. Obrigada! Eu te amo muito!

À minha irmã Jhéssica, mesmo morando em outro Estado nunca perdeu o contato ou deixou de vibrar com as minhas vitórias. Te amo muito e sinto muita saudade!

À minha irmã Jhéssilly, a pessoa mais doce que já conheci. Desde seu nascimento o mundo mudou pra mim e continua colorido mesmo 23 anos depois. Obrigada por sempre me incentivar a ser melhor, seu amor, apoio e presença constante foi a âncora que me segurou. Nunca vou cansar de dizer o quanto te amo.

À minha tia Rose, meu agradecimento por seu amor incondicional e por sempre estar presente para me ajudar a cuidar da minha filha em momentos que precisei me deslocar até a UFAM. Sem seu apoio nem graduação eu teria.

À Aline Fada, que sempre tratou minha filha como se fosse sua. Sem sua ajuda e suporte não conseguiria dar conta da escrita da dissertação. Obrigada!

À minha psicóloga Thayná, que me acompanhou incansavelmente e semanalmente nesse período do mestrado, ouvia pacientemente todos os meus medos e receios. Com ela aprendi a me olhar com mais amorosidade e a enxergar o potencial que tenho. Suas palavras de conforto sempre me ajudaram a seguir nesse chão vasto e cruel que é a vida.

À minha amiga Tainá Conde, companheira de luta e cumplicidade. Minha gratidão por sua amizade sincera e pelo apoio inabalável nos momentos de desafio. Amo você.

Às minhas amigas Luana Cruz e Raquel Pessoa, que mesmo na correria da vida, nunca se afastaram e sempre comemoraram genuinamente as minhas conquistas. Minha eterna gratidão pela amizade, apoio e presença constante ao longo de toda esta jornada.

Aos professores Dr. Jeffeson Pereira e Dra. Flávia Melo, meu reconhecimento pelas valiosas contribuições durante minha banca de qualificação. Suas orientações e insights enriqueceram este trabalho de forma indelével.

Às poetisas amazonenses Keith Braz e Paula Palmeira, por terem confiado a mim suas poesias e ajudarem a dar vida e sentimento à essa pesquisa. Obrigada!

Que estas palavras de gratidão ecoem além do tempo e do espaço, tocando os corações daqueles que estiveram ao meu lado nesta jornada. A todos vocês, meu eterno agradecimento.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a refletir e examinar as diversas manifestações de violências enfrentadas por mulheres lésbicas ao longo de suas trajetórias, desde a infância até as interações familiares, na esfera social e no âmbito conjugal. Além disso, visa demonstrar como essas mulheres convivem com os traumas relacionados à lesbofobia e à violência conjugal. Para tanto, foi conduzido um estudo por meio de entrevistas semi estruturadas realizadas com cinco mulheres de distintas faixas etárias, todas identificadas como mulheres lésbicas e residentes na cidade de Manaus/AM. Empregando uma abordagem interseccional, analiso as narrativas e os complexos processos de violência vivenciados por essas mulheres. Ademais, são debatidas concepções teóricas acerca do fenômeno da violência considerando-a como polissêmica. Constatou-se que a violência psicológica foi a que se revelou de forma mais intensa entre as interlocutoras, apesar de outras formas de violência também serem relatadas, como a física, a patrimonial, a sexual e a moral.

Palavras-chave: Violências; Lésbicas; Lesbofobia.

ABSTRACT

The present dissertation aims to reflect on and examine the various manifestations of violence faced by lesbian women throughout their trajectories, from childhood to family interactions, in the social sphere, and within marital relationships. Additionally, it aims to demonstrate how these women cope with traumas related to lesbophobia and intimate partner violence. To this end, a study was conducted through semi-structured interviews with five women of different age groups, all identified as lesbian and residents of the city of Manaus, Amazonas, Brazil. Employing an intersectional approach, I analyze the narratives and complex processes of violence experienced by these women. Furthermore, theoretical conceptions regarding the phenomenon of violence are debated, considering it as polysemic. It was found that psychological violence was the most pronounced among the interviewees, although other forms of violence were also reported, such as physical, economic, sexual, and moral.

Keywords: Violence; Lesbians; Lesbophobia.

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura 1 - Caroline Sousa Câmpelo.....	77
--	----

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Transexuais, *Queer*, Intersexos, Assexuais, entre outros.

MSM - Mulheres que fazem sexo com mulheres.

UFAM - Universidade Federal do Amazonas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O CAMPO DA PESQUISA	23
RESUMO DOS CAPÍTULOS	31
CAPÍTULO 1 - DA INFÂNCIA À VIDA ADULTA: VIOLÊNCIAS INTRAFAMILIARES E SOCIAIS	32
1.1 - Histórias de vida das interlocutoras	33
1.2. Do medo ao orgulho: as interlocutoras e seus processos de sair do armário.....	39
1.3 Abordagens interseccionais na pesquisa de gênero e violências	52
1.4 Da margem ao centro: Reflexões sobre racismo, sexismo e identidade na vida de mulheres negras e lésbicas.....	59
CAPÍTULO 2 – A CICATRIZ NÃO É INVISÍVEL: EXPLORANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES LÉSBICAS	65
2.1. Gênero e poder: Historicidade e perspectivas	66
2.2. Vítimas invisíveis, histórias inapagáveis: Desvendando a violência contra mulheres lésbicas	74
2.3. Para ela a culpa; para ele a desculpa: O estupro corretivo como uma forma de poder dos homens sobre as mulheres lésbicas	82
CAPÍTULO 3 – “ELA PODOU MINHAS ARESTAS”: VIOLÊNCIAS CONJUGAIS ENTRE MULHERES LÉSBICAS	89
3.1. Desmistificando a violência conjugal entre mulheres lésbicas	90
3.2. Violência conjugal: Uma questão de poder	104
3.3. Consequências das violências entre mulheres lésbicas	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa começou a ser gerada em meados de 2019, ainda na graduação, exatamente no período em que passei a questionar minha própria orientação sexual e a observar, através das idiossincrasias da minha existência, os tipos de violência que sofri e que minhas colegas sofreram durante a vida.

Desde a infância me enxerguei como alguém diferente. Amava bonecas, roupas com babados, cor rosa e brinquedos, quanto mais femininos mais interessantes. Isso me ajudava, ainda que inconscientemente, a fomentar que eu seria uma mulher padrão que encontraria o príncipe encantado, como se os gostos pessoais acerca de roupas e brinquedos pudessem influenciar diretamente na minha orientação sexual. Estava errada. Na adolescência não sentia atração pelos meninos da escola, mas me forçava a ter algo automático e nada linear com eles. Sentia que não me encaixava onde deveria, onde meus familiares me inseriram e isso me causava sofrimento. Foi quando me assumi bissexual, já pré adolescente, para minha mãe, o que foi um passo muito grande. Me enxergar tão cedo e ter coragem de falar sobre anseios e desejos com ela foi libertador, porém não fui aceita pelo restante da família.

Observo que na minha experiência e naquela das mulheres lésbicas interlocutoras há uma busca por se enquadrar no que Adrienne Rich (2010) chama de heterossexualidade compulsória ou, ainda, a possibilidade de se assumirem bissexuais na busca pela aceitação, ambas com o propósito de desencadear menos sofrimento a si. Afinal, no caso da bissexualidade, haveria, “50% de chance” daquela mulher casar-se com um homem, engravidar e seguir o fluxo socialmente aceitável da vida. Porém, ainda assim, a bissexualidade também não está livre de estereótipos e violências.

É importante frisar que minha trajetória acadêmica iniciou aos 25 anos, na Universidade Federal do Amazonas, no curso de Serviço Social. Orgulho-me de falar que fui a primeira, de todas as gerações de minha família, a adentrar em uma universidade pública, visto que uma formação escolar e acadêmica era algo distante às mulheres da minha família, muitas não estudaram por ausência de oportunidades e reconheço todas as dificuldades que as matriarcas sofreram para manter seus filhos e suas casas. Minha bisavó, uma mulher negra, semianalfabeta e pobre, veio para

Manaus de Oriximiná – PA apenas com as roupas do corpo e uma de suas filhas ainda bebê. Trabalhou como doméstica em muitas casas até conseguir comprar sua casa própria. Foi ela quem me criou, em um ambiente que hoje muitos definem como “invasão”. Manaus crescia e com ela minha bisavó seguia caminhando. Ainda que morássemos em um ambiente visivelmente insalubre sem saneamento básico, luz elétrica e água encanada, tive uma infância feliz.

Vim de um lugar onde as estrelas brilhavam com mais intensidade por conta da ausência de energia elétrica. Na minha inocência de criança, deitava no barro do quintal da minha bisavó e contava uma a uma, julgava que um dia seria uma estrela também. Hoje vejo que talvez eu seja, pois ascendi em brilho e beleza muito jovem, ainda que vinda de uma família extremamente pobre e ter crescido em um bairro carente em vários aspectos, como referido acima. Lembrar da minha infância e trajetória até aqui tem muito significado, pois um dia ouvi de minha bisavó que eu seria grande, inteligente e vencedora. Ainda assim não acreditei, pois a vida nos ludibria todos os dias e nos mostra que não somos capazes de alcançar sonhos e metas, por sermos mulheres, pobres, negras, mães solas, vivências que me atravessam.

Foram muitos desafios até chegar à vida adulta. Casei jovem, com apenas 19 anos, e engravidei aos 20 anos. Desde os 13 anos me reconheci mulher bissexual e casei tendo esse reconhecimento pessoal. Vivi um relacionamento heteronormativo por sete anos, até finalmente conseguir me desvencilhar da relação e, conseqüentemente, das violências que sofria. Além da minha filha, a pesquisa foi um alicerce para mim, pois foi nas leituras e no conhecimento adquirido que me refiz. A Universidade Federal do Amazonas foi meu reduto por anos, sendo o único espaço em que pude ser eu mesma, onde juntei todos os meus caquinhos e busquei novas oportunidades. Assim adentrei na pesquisa.

Em 2020, escrevi meu projeto de iniciação científica intitulado *Bissexualidade em cena: um delinear do ostracismo vivenciado e seus agravos à saúde mental dos indivíduos bissexuais*¹. Por meio dessa pesquisa pude compreender a complexidade da violência velada que sujeitos LGBTQIA+ sofrem ao longo da vida. O acesso aos

¹ Pesquisa realizada em 2020, sob orientação da Professora Doutora Lidiany de Lima Cavalcante (UFAM).

relatórios do Grupo Gay da Bahia, GGB, me elucidou reflexões acerca da invisibilidade e do ostracismo que indivíduos pertencentes a esse grupo enfrentam.

Essa discussão me encaminhou a pensar sobre orientação sexual e também sobre violência de gênero, que está diretamente elencada a todo o movimento LGBTQIA+. Concluí, através da minha pesquisa, que sujeitos bissexuais vivenciavam a violência e o apagamento desde muito cedo. Fiquei surpresa e passei a questionar meus (pré) conceitos, o que me levou a desenvolver um senso crítico acerca da invisibilização que sujeitos bissexuais sofrem, antes algo desconhecido para mim. Ao pesquisar sobre uma orientação sexual invisibilizada pelo próprio movimento LGBTQIA+, a bissexualidade; também me deparei com o apagamento de mulheres lésbicas, uma vez que homens cis gays eram protagonistas de todas as discussões.

Essa pesquisa também desencadeou diversos sentimentos e lembranças, percorrendo a adolescência até a vida adulta. A violência de gênero e lesbofobia se manifestam de forma velada na sociedade, é árduo identificar que se está sendo violentado de alguma forma e que isso pode acontecer devido a ser mulher, sendo ainda mais agravante se você for lésbica. Essas lembranças são muito específicas, perpassam por relações heterossexuais falidas, relações familiares abaladas, falas preconceituosas entre amigos e familiares, colegas de trabalho e faculdade. As perguntas que pairavam eram: Como vou me assumir mulher lésbica? Como vou me distanciar do que é considerado “normal” para todos os que eu amo? Ainda serei amada como dizem me amar? Ainda serei aceita e bem quista? Eram pensamentos que me assolavam e me causavam sofrimento psíquico.

Isso me levou a diversos questionamentos: Como eu poderia elaborar uma pesquisa que abordasse violências e protagonismo feminino? Me questionei por alguns meses sobre como falar a respeito de algo tão complexo e delicado, pois trazer à lume vivências da infância, adolescência e vida adulta de mulheres lésbicas implica “tocar em feridas”, o que foi um desafio, que compreendi que faz parte da natureza do meu trabalho. Como se aproximar das pessoas a partir da Antropologia? Como buscar um ponto de conexão com suas histórias e vivências? Busco mais do que apresentar dados sobre violência contra as mulheres lésbicas, discorro sobre sobrevivência e resistência trazidas a partir de suas histórias, seus silêncios e suas dores.

Muito se fala sobre a “sororidade”, termo utilizado por mulheres brancas para definir o reconhecimento das vivências em comum e as lutas enfrentadas pelas mulheres em sociedade, essa sororidade sugere a criação de laços, nos quais se encontram apoio, encorajamento e compreensão. Busco, neste trabalho, ampliar essa visão trazendo o conceito de “dororidade” de Vilma Piedade (2017), como forma de ressignificar as experiências de dor na vida e história de mulheres lésbicas. Como cita Piedade:

Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóror-irmãs. Doridade, vem de dor, palavra-sofrimento. Seja físico. Moral. Emocional. Mas qual é o significado da dor? (...) A palavra Dor tem origem no latim, dolor. Sofrimento moral, mágoa, pesar, aflição, dó, compaixão. Não há dor maior ou menor. Dor não se mede. É de quem sente. Há dor. Dor dói e ponto (Piedade, 2017, p. 18).

A dororidade enfoca a conexão profunda compartilhada entre as mulheres lésbicas interlocutoras deste trabalho, a dor que pode ser física, moral ou emocional, independentemente de sua origem. A autora explana como não existe hierarquia da dor. Ao inserirmos o conceito de dororidade na pesquisa valida-se as dores específicas provenientes da lesbofobia, da discriminação e da invisibilidade, também perpassa as lutas em comum dessas mulheres, como a saída do armário, a aceitação — ou não — da família, o preconceito vivido no âmbito social, e as violências em relacionamentos afetivo-sexuais.

Portanto, a partir desta dororidade é que o objetivo dessa pesquisa se pauta na análise acerca das múltiplas facetas das violências sofridas por mulheres lésbicas, da infância à vida adulta. Somo-me aos trabalhos que debatem sobre lesbianidade e violências, sejam aquelas praticadas pela sociedade sejam aquelas que acontecem nos relacionamentos afetivos entre mulheres.

Concordo com Gregori (1993) quando afirma que a emancipação das mulheres só será efetivada por meio de resultados de experiências coletivas de desvendamento e vivências particulares, ou seja, somente através do rompimento do silêncio dessas mulheres vítimas de violências que teremos mais avanços na sociedade, além de contribuir indiretamente com possíveis políticas públicas que podem atender mulheres lésbicas vítimas de violência. Considero um dos aspectos mais relevantes dessa pesquisa o delinear da interconexão entre a violência de gênero e a violência em razão da orientação sexual.

Para mim, não basta tecer ideias sobre a violência e suas formas de atuação na vida das mulheres, pois essa categoria não se limita a uma ação, ela é polissêmica, segundo Rifiotis (2006), abarcando variadas definições e formas de manifestações em seu arcabouço. Raquel Wiggers (2000) dialoga com o autor ao abordar, em seu trabalho, que muitas coisas podem ser consideradas violência para a sociedade, dependendo do contexto. Por exemplo, a violência entre mãe e filhos, violências domésticas, entre irmãos, brigas por arma, mulheres ou drogas, etc.

Ao me permitir organizar o painel preliminar do que seria a violência e adentrar no campo de investigação, problematizo que a polissemia de sua definição tem como base o poder. Este atuando sobre o corpo, as histórias, as vivências, as vontades e os sonhos.

Tentar compreender como esse poder se manifesta nas vivências das mulheres lésbicas me levou a realizar esse estudo etnográfico, ao aprofundamento do debate teórico e pela visibilidade de mulheres lésbicas, nortistas e periféricas, considerando a lesbofobia e preconceitos de gênero. Pretendo ir além de questionamentos iniciais para compreender como poder e violência estão intrinsecamente interligados e podem ser reproduzidos lado a lado na sociedade contemporânea. Wittig (2022) explica que esse poder pode se perpetuar por meio dos discursos que oprimem mulheres lésbicas e determinam a heterossexualidade como a base de qualquer sociedade, negando assim a possibilidade de validação dessa orientação sexual. É a partir desse poder que a violência se concretiza, quando a invisibilidade e invalidação são exercidas.

Uma das formas de se exercer esse poder é por meio da homofobia e, de forma mais direcionada, da lesbofobia. Borrilo (2010), em sua obra *Homofobia — história e crítica de um preconceito*, explica que a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença irreduzível, ele é posicionado à distância, fora do universo comum dos humanos. O autor ainda ressalta que a homossexualidade é considerada como “crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de sodomia, etc”. (Borrilo, 2010, p.13), ou seja, a homossexualidade é mantida em um local inferior em relação à heterossexualidade. O autor explica que a primeira forma de violência contra gays e

lésbicas caracteriza-se pelos sentimentos de medo, aversão e repulsa, sendo uma manifestação emotiva, do tipo fóbico, comparável à apreensão que pode ser experimentada em espaços fechados — claustrofobia — ou diante de certos animais — zoofobia. Este seria o sentido original do termo “homofobia” (Borrilo, 2010).

Para além da homofobia, o autor explana também a especificidade que constitui a lesbofobia, termo que será muito utilizado neste trabalho como uma das expressões da violência. Segundo Borrilo (2010), as mulheres lésbicas, vítimas de lesbofobia, são alvos de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente dos gays, essas mulheres acumulam as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade. De acordo com o autor, no cerne da lesbofobia, mulheres lésbicas também sofrem com a misoginia, pois têm sua orientação sexual transformada em instrumentos do desejo masculino, o que explica muito do que discutiremos nesta pesquisa, como o estupro corretivo, por exemplo, que tem como base o poder sobre o corpo e a sexualidade das mulheres lésbicas.

No que concerne à trajetória metodológica da presente pesquisa, afirmo que escrever é um trabalho do intelectual, trabalho do antropólogo. Etnografia, como nos ensinaram nossos ancestrais, é o texto que resulta na articulação do trabalho de campo com as leituras teóricas que fizemos. Não há, portanto, antropologia sem escrita (Grossi, 2004). Destaco a fala de Grossi, pois é através da escrita que perpetuamos ideias, demonstramos interesses, estreitamos vínculos e confirmamos teses. A riqueza da antropologia e da etnografia está na escrita e na linha entre a teoria e pesquisa, pois a antropologia não se reproduz como uma ciência de paradigmas estabelecidos, mas sim por uma determinada maneira de vincular teoria e pesquisa, favorecendo novas descobertas (Peirano, 1995).

São essas novas descobertas que impulsionam essa pesquisa e é no trabalho de campo que elas irão se materializar. Quanto à metodologia, realizei entrevistas individuais com cada interlocutora, em locais combinados entre as partes envolvidas. As entrevistas foram realizadas de maneira semi-estruturada, ou seja, com poucas perguntas previamente construídas, possibilitando uma maior aproximação com as interlocutoras. Segundo Guber (2019), a entrevista é uma estratégia para fazer com que as pessoas falem sobre o que sabem, pensam e acreditam, é uma situação face

a face onde se encontram diferentes reflexividades, mas também onde se produz novas reflexividades. Ainda segundo a autora, a entrevista é uma relação social por meio da qual são obtidos depoimentos e verbalizações em uma instância de observação direta e participação.

Além das entrevistas, com o intuito de observar e estudar as falas dessas mulheres, realizei “observação participante” a qual, segundo Guber (2019), consiste em duas atividades principais: observar de forma sistemática e controlada tudo o que acontece ao redor e participar de uma ou mais atividades da população, a observação das relações cotidianas dessas mulheres foi imprescindível na pesquisa.

E porque a observação participante nesse processo de pesquisa de campo? Segundo Grossi (2012), a observação participante se efetiva a medida em que o pesquisador faz parte do universo investigado, o que o leva a compartilhar com seus interlocutores a chamada “comunidade de destino” que se refere a sofrer de maneira irreparável, sem possibilidade de retorno, o destino dos sujeitos observados. O fato de eu ser uma mulher lésbica que já sofreu violências em relacionamentos homoafetivos me torna uma observadora participante em tempo integral. Guber (2019) afirma que uma etnografia é, em primeiro lugar, uma discussão sobre um problema teórico-social e cultural levantado em torno de grupos de indivíduos, neste caso, em torno da problemática da violência contra mulheres lésbicas.

Além da referida discussão é válido abordar a questão da subjetividade neste trabalho. Grossi (2012) traz um recorte para pensarmos a subjetividade além do gênero, partindo do pressuposto da inserção de mulheres no campo antropológico, visto que, durante muito tempo, a busca do outro era sempre de um homem falando com e em nome de outros homens. Para Grossi (2012), a subjetividade nos leva a refletir e repensar sobre a produção do conhecimento antropológico, e como ele ultrapassa o simples pensar no “ponto de vista da outra”.

Para a autora, a subjetividade nos ajuda a compreender como nossas experiências podem influenciar a forma como interpretamos e vemos tudo ao redor no que concerne à pesquisa. O pensar além do ponto de vista do outro se pauta na questão da troca entre pesquisador e pesquisado, da vivência e da confiança estabelecida entre ambos, pois como mulher lésbica e negra posso enxergar a

subjetividade da qual fala Grossi (2012) como “um encontro de mim mesma a partir do encontro com o outro”.

Cabe expor que também utilizei a interseccionalidade como recurso teórico metodológico, posicionando-a como uma lente através da qual examinei as experiências das mulheres negras e lésbicas no que concerne a todo o dispositivo da violência. Foi por meio da abordagem interseccional que reconheci como as experiências dessas mulheres são moldadas por uma série de fatores interconectados, incluindo raça, gênero, classe social e orientação sexual.

Concluo com uma citação da antropóloga Mariza Peirano:

Etnógrafos fomos/somos ávidos em conhecer o mundo em que vivemos, nunca nos conformamos com predefinições, estamos sempre dispostos a nos expor ao imprevisível, a questionar certezas e verdades estabelecidas e a nos vulnerar por novas surpresas (Peirano, 2014, p. 389).

O CAMPO DA PESQUISA

Meu campo de pesquisa vem se delineando desde 2022 quando adentrei no Mestrado. Ainda no primeiro mês de curso, decidi que adiantaria tudo para que pudesse entrar em campo de forma tranquila e sem pressa. Meu objetivo era finalizar as disciplinas em tempo hábil para que pudesse iniciar a pesquisa, pois me preocupava o fato de ter que conciliar a maternidade solo, morar sozinha com uma criança e o trabalho acadêmico.

Por conta desses impasses, a trajetória não foi fácil, desde o início tive que lidar com diversos desafios, principalmente em relação à organização do tempo, tinha que manter o equilíbrio entre os cuidados com minha filha e as exigências do mestrado. Tive que lidar com o estresse emocional ligado diretamente às minhas próprias cobranças internas de mestranda e mãe. Além da limitação logística em relação ao transporte, em algumas das entrevistas tive que levar minha filha, pois não tinha com quem deixá-la, meu suporte sempre foi muito limitado e, por saber disso, coloquei o campo como prioridade.

Não é fácil equilibrar demandas, no meu caso, ser mulher, mãe solo, dona de casa e pesquisadora, pois engloba um leque gigante de responsabilidades, o que nem sempre é possível cumprir com uma programação milimetricamente pensada. Essa rotina me colocou diversas vezes em uma montanha-russa emocional onde me via constantemente lutando para equilibrar múltiplas responsabilidades. Lidar com a ausência de suporte durante o campo exigiu uma dose extra de planejamento e criatividade, e foi por estar consciente das minhas limitações que busquei cumprir o cronograma rapidamente. Apesar de ter vivido um verdadeiro malabarismo, finalizei em tempo hábil e construí junto com as interlocutoras uma relação para além da antropologia.

Entendo que fazer antropologia perpassa por inúmeras questões, uma delas é a ligação que a antropóloga constrói com suas interlocutoras. Por conta dessa percepção, inicialmente as buscas no meu convívio social. Por já nos conhecermos e termos uma relação, achei pertinente ampliar esses diálogos e, assim, fazer a “tal antropologia”.

Esse meu pensamento caiu por terra quando fui questionada por uma professora — “Jeniffer, saia da bolha” — e esse choque de realidade funcionou para que eu fosse além. O processo de busca por novas interlocutoras não foi difícil, ao abordá-las deixei claro que era uma mulher lésbica pesquisadora e que ficava a critério delas aceitarem meu convite.

Algumas aceitaram assim que expliquei do que se tratava a entrevista e a pesquisa, outras pediram tempo para pensar. Houve apenas um caso em que falei com uma moça, ela não aceitou meu convite e questionou - “mas isso vai ser publicado?” - respondi afirmativamente e que havia sigilo acerca da identidade, ainda assim, ela recusou. Entendi que dialogar comigo sobre lesbianidade seria muito mais que um simples diálogo e respeitei sua decisão.

Em outro momento uma delas disse: “Eu falo, mas só porque é pra você, outras pesquisadoras já me convidaram e nunca aceitei”. Essa frase me deixou reflexiva sobre como fazer campo era uma grande responsabilidade e, como pesquisadora, o peso era enorme.

Durante o processo de campo estive relativamente presente ao lado das mulheres entrevistadas, nossos diálogos eram conduzidos por meio de perguntas semi-estruturadas, porém em alguns momentos deixei em aberto para que falassem o que sentiam vontade, deixando claro que estávamos dando enfoque às violências sofridas enquanto mulheres lésbicas. Tal direcionamento nos levou a diversos assuntos e, enquanto falávamos sobre os processos de violência, ríamos de alguns processos pessoais paralelos e subjetivos.

Estar com essas mulheres levou-me a ultrapassar essa relação pesquisadora/interlocutora, pois foi por meio do direcionamento metodológico que, internamente, entendi como funcionam os processos de violência e seus multifacetados conceitos. Posso afirmar que o modo de perceber e “sentir” as experiências que implicam violências é subjetivo e relacionado às histórias pessoais.

Desconstruímos juntas diversos aspectos da violência. Ao longo das entrevistas foi nítido que, em muitos casos, a violência só é de fato vista como tal quando dita em voz alta. O processo de estar em campo dialogando com essas mulheres determinou algo que eu não antecipava: no início da pesquisa me considerei

distante da realidade da violência, por ser uma mulher assumidamente lésbica, no entanto, sem experiências de relações monogâmicas homoafetivas, limitando-me a experiências heterocompulsórias. Isso me colocou em uma posição ambígua, de que jamais vivenciei abusos de outras mulheres. Contudo, a partir do momento que as ouvi, fiquei profundamente impactada com seus relatos.

Essas narrativas desafiaram minha percepção inicial e, com o avanço da pesquisa, percebi que a violência não se limita somente a manifestações físicas, mas também pode se mostrar de maneiras insidiosas, através da manipulação psicológica, por exemplo. E entendi, no meu campo, como a violência é um fenômeno moldado por uma miríade de fatores.

Cair em si e descobrir que você faz parte daquela pesquisa, mesmo sendo a pesquisadora, mostra rios que já desaguaram em outros locais, mas águas que acabaram voltando para mim, sem meu consentimento, sem meu querer, pois ser uma mulher lésbica que pesquisa sobre violência contra mulheres lésbicas transcende o âmbito acadêmico. A jornada da escrita, em diversos momentos, se torna pessoal, pois são vivências que também atravessam a minha história. De certo modo, acabamos conectando nossas histórias pessoais com as histórias de quem estamos pesquisando e essa conexão emocional — e, posso afirmar, que até física, pois nossos pensamentos se transformam em palavras escritas - se entrelaçam e se intensificam entre si.

Me deparar com a dura realidade das vivências de mulheres lésbicas que passaram por diversas violências me expôs aos primeiros desafios da pesquisa, muito mais que as leituras, a escrita criativa e o tempo. Ouvir as falas, as histórias, a exposição de suas próprias vulnerabilidades e as narrativas traumáticas dessas mulheres foram meu primeiro desafio. Lidar com essa realidade também é emocionalmente desafiador.

Nós, mulheres, navegamos constantemente em territórios complexos, e ser uma mulher lésbica que pesquisa sobre mulheres lésbicas envolve, além do meu lado pesquisadora, uma experiência dolorosa em alguns momentos, porém, ainda assim, valiosa.

A cada relato compartilhado mergulhei junto com elas nas profundezas de suas próprias experiências e testemunhei não apenas as lutas diárias que enfrentam, mas também a resiliência que as impulsionam a prosseguir. Foi ao conduzir essa pesquisa que percebi como fazer antropologia não é apenas uma exploração acadêmica, mas também uma jornada ética, social e emocional. E é nessa jornada que a pesquisa passa de uma análise fria e distante para algo tangível.

Foi tudo muito complexo, pois tal pesquisa ressoou em minha própria identidade de mulher lésbica e negra. A complexidade, neste caso, se pauta na percepção de que, à medida que a pesquisa avançou, percebi que tudo o que está aqui vai além de apenas uma contribuição acadêmica, mas também um trabalho que pode trazer visibilidade sobre as questões que mulheres lésbicas enfrentam a fim de que não apenas sobrevivam, mas também prosperem, que suas histórias sejam celebradas, assim como suas conquistas e suas vidas.

A primeira incursão em busca por interlocutoras teve início ainda em 2022. Vênus aceitou imediatamente meu convite, sem nem saber do que se tratava a pesquisa. Marcamos nosso encontro pelo telefone e nos encontramos em sua casa pela primeira vez. Meu campo com ela foi muito tranquilo e célere. Nosso contato não foi tão extenso como tive com Andrasta, por exemplo.

Andrasta foi minha segunda interlocutora convidada, por também estar dentro do meu ciclo, não foi difícil convencê-la. Entre as interlocutoras, ela foi quem mais apresentou dados sobre violência e abusos sexuais perpetrados por mulheres, como estupro corretivo e as diversas formas de violências conjugais.

Nossos encontros transcorreram ao longo de 2022 e 2023 e, por termos estreitado laços antes mesmo da pesquisa iniciar, foi mais fácil acessar as particularidades de Andrasta, compreendendo suas vivências e traumas. Ouvi-la expandiu minha compreensão, permitindo-me enxergar a violência para além dos estudos teóricos, pois, ao fazer conexão entre as entrevistas e a teoria, pude ter percepções mais dinâmicas. Algo que facilitou a escrita e conclusão desta pesquisa.

Meus encontros com Andrasta ocorreram tanto em minha residência quanto na dela, onde nos sentávamos uma em frente a outra para que eu pudesse ouvi-la e registrar minhas próprias percepções. Confesso que em alguns momentos

identifiquei-me com suas experiências, pois, como mulher lésbica, percebi que as vivências não são tão díspares como imaginei.

Gaia foi meu terceiro convite. Nossos encontros ocorreram na universidade, além de dialogarmos de forma muito breve ao telefone por conta da correria da vida. Um dos motivos de ter convidado Gaia para esse trabalho foi a semelhança que identifiquei em nosso primeiro diálogo, pois, assim como eu, Gaia se identificava como mulher bissexual antes de se enxergar como mulher lésbica.

Lilith surgiu como o meu quarto convite, durante a palestra que ministrei sobre violências contra mulheres lésbicas. Nesse contexto, fui confrontada com diversos relatos perturbadores, alguns deles vindos dela. Entre essas experiências dolorosas, destaco o estupro corretivo, assunto sobre o qual Lilith contou para mim e os presentes na palestra. Por ser um assunto pouco discutido e abordado publicamente, decidi convidá-la.

Quanto a Ártemis, fazia parte do meu ciclo de conhecidos e surgiu como um convite mais espontâneo. Durante uma conversa informal, ela compartilhou um pouco de sua jornada pessoal e suas experiências como mulher lésbica e negra. Sua história ressoou profundamente comigo e percebi que tê-la como interlocutora seria valioso para esse estudo.

Foi comum ouvir de outras interlocutoras frases como “Você quer saber o que exatamente? Porque já sofri violências em tantos lugares”. Tal frase me confirmou como a problemática da pesquisa volta-se para além da violência em si, abordando vivências e construções sociais que incidem sobre o corpo lésbico. Compreender sobre o que estava pesquisando foi uma construção, pois ler é diferente de viver as situações, ouvir é fácil, mas entender é um processo.

À medida que a entrevista progredia, iniciava a condução para que pudéssemos adentrar mais profundamente à questão da violência. Embora a ausência de roteiro proporcione fluidez durante as entrevistas, esta também me exigia uma condução mais cuidadosa, pois muitas vezes falávamos de tópicos sensíveis. Essa condução do diálogo me garantiu uma exploração aprofundada de temas específicos relacionados à violência e seus impactos, assim como capturar valiosas nuances e complexidades das experiências dessas mulheres.

Durante meu campo, pude constatar que a essência da pesquisa vai além da manifestação da violência em si, pois também emergiram construções sociais que incidem sobre o corpo lésbico, o que foi crucial para o entendimento deste trabalho. O que se destacou não foi apenas a observação e documentação dos episódios de violência, mas também todo o enveredar das complexas estruturas sociais que moldam e afetam as vivências de mulheres lésbicas. Construções que podem abranger preconceitos, estigmas, estereótipos, entre tantas outras formas de discriminação. Isso inclui a maneira como a sociedade enxerga mulheres lésbicas, além de captar nuances pouco discutidas, como as violências entre parceiras afetivo-sexuais.

Foi a partir desse *insight* que passei a olhar com olhos mais atentos a minha própria pesquisa. Soraya Fleischer e Alinne Bonetti (2010) dissertam sobre uma tal “etnografia arriscada”, etnografia que passei a me identificar com o passar do tempo em campo. As autoras falam sobre o risco que o antropólogo corre em campo, principalmente mulheres, como assaltos, ameaças, chantagens, acidentes, processos de adoecimentos, epidemias, doenças contagiosas, etc.

No meu caso, passei a questionar como poderia falar sobre violência, por ser um tema sensível, e como me desvencilhar de situações em que poderia estar envolvida, pela possibilidade de haver uma proximidade maior com qualquer uma das interlocutoras. Esse era um risco e um desafio palpável. Fábio Rafael Augusto (2017) escreveu exatamente sobre esses desafios e oportunidades na investigação com temas sensíveis e grupos vulneráveis. O autor expõe que o conceito de tema sensível esteve associado a questões tabu, ou seja, a tópicos com grande carga emocional, geralmente negativa, e que podemos estar na presença de um tema sensível se existirem consequências ou implicações para os atores investigados ou seu grupo de pertencimento.

Neste contexto, como se encaixa a pesquisa de violência contra mulheres lésbicas na citação de Augusto? E como pode ser enquadrada como tema sensível? A resposta se pauta na natureza emocionalmente carregada da pesquisa, pois pode causar desconforto e respostas emocionais intensas não só às interlocutoras, mas ao pesquisador também. Acabamos entrando em uma ciranda de desafios

metodológicos, pois além da gestão emocional ao entrar em campo, implicações éticas também se mostram latentes dada a sensibilidade do tema.

Por ter feito pesquisa na graduação em Serviço Social senti uma enorme diferença na escrita, durante meses tive dificuldade em escrever. Eu precisava me aproximar da minha pesquisa, mas até que ponto? Como faria uma pesquisa sem parecer uma biografia da minha vida? Escrever em primeira pessoa? Isso parecia fora de cogitação. Fleischer e Bonetti (2010) elucidam que na pesquisa existe o mito da objetividade e neutralidade como sinônimo de qualidade e excelência acadêmica. Concordo com as autoras, pois é justamente essa aproximação com o fazer etnográfico que nos leva a avançar na pesquisa.

Na antropologia, transformamos situações pessoais em análise, não em caráter simples e infundado, mas voltada a uma leitura a partir dos referenciais da disciplina. E foi árduo me distanciar da pesquisa, ocupando o lugar de pesquisadora, ao mesmo tempo em que me inseri como uma observadora vulnerável, como cita Ruth Behar em sua obra *The Vulnerable Observer* (1997). A autora expõe que os antropólogos, quando entram em campo, podem encontrar situações emocionalmente desafiadoras, como testemunhar injustiças, sofrimentos e as lutas sociais dos sujeitos que pesquisam. Além disso, enquanto pesquisadoras nos sentimos igualmente vulneráveis. Essa vulnerabilidade veio para mim também no momento em que percebi, por intermédio da pesquisa, que havia sofrido violência numa relação afetivo-sexual, o que descreverei nos próximos capítulos.

É um movimento de mudança de lugar, mas ainda assim de permanência. Paradoxal, eu sei. Eis um risco. Fleischer e Bonetti dizem que:

Há “riscos” antes, no e depois do campo. Há aqueles invisíveis, imaginários, inimagináveis, persistentes, incontornáveis para o campo, os sujeitos da pesquisa, o antropólogo, a Antropologia, o Departamento, a Universidade, a consultoria de onde se vem etc. Não podemos mais retratar os “riscos” como algo estático e único. O termo e a experiência arriscada passam a ser adjetivados de forma polissêmica, conforme o conjunto de atores, cenários, circunstâncias e eventos envolvidos. É importante partirmos da noção dos “riscos” implicados naquele campo específico e não simplesmente reproduzir idéias comuns de “risco” ou de um “campo” universal. Apesar da polissemia, há, contudo, um sentido lato, de fundo para o “risco” aqui: o da ameaça (Fleischer e Bonetti, 2010, p.12).

A ameaça que as autoras citam vai além de palavras proferidas. Durante o campo me deparei com diversos sentimentos, um deles foi por conta da minha própria aproximação com a pesquisa. Por ser uma mulher lésbica, desprovida de grandes recursos financeiros, negra e moradora de periferia perguntei-me diversas vezes se aquela história não poderia ser minha, além de perceber como nós, mulheres lésbicas, estamos tão distantes do centro da sociedade.

Eu já fazia acompanhamento psicológico muito antes de sequer passar no Mestrado, mas quando iniciei o campo me vi tocada várias vezes pelas interlocutoras, o que me levou à psicoterapia várias vezes. Perguntava-me: “Como é estar distante e estar perto ao mesmo tempo?” Distante por ter me reconhecido como mulher lésbica aos 27 anos, e próxima por ser lésbica e estar me relacionando homoafetivamente com uma mulher. Estava há pouco tempo ali, mas já havia vivenciado algumas das violências que mulheres que se enxergavam como lésbicas assumidas desde os 16 anos viviam.

Cabe dizer que essa etnografia arriscada também está atribuída ao fato de dialogarmos com pessoas reais, ouvir suas histórias, suas vidas, seus anseios e seus medos. Falar sobre violências vivenciadas pode desencadear gatilhos, para ambas, pesquisadora e interlocutora. E como reagir nessa situação? Existe aqui um leque de riscos. Não há como eliminar a totalidade dos riscos, apenas controlar alguns deles. (Fleischer e Bonetti, 2010).

RESUMO DOS CAPÍTULOS

O capítulo inaugural desta dissertação intitula-se “Da infância à vida adulta: violências intrafamiliares e sociais”. Empreende uma investigação das narrativas de vida das interlocutoras e delinea um panorama multifacetado das experiências enfrentadas desde a infância até a maturidade. Exploro com minúcia a jornada dessas mulheres, desde os primeiros indícios de suas identidades sexuais até os processos mais complexos, como o de autodescoberta e de aceitação. O enfoque analítico do capítulo também se estende às abordagens interseccionais na pesquisa de gênero e violência.

Já o segundo capítulo: “A cicatriz não é invisível: Explorando a violência de gênero contra mulheres lésbicas” lança luz sobre a violência dirigida à essas mulheres e revela a inegável marca que essas vivências deixam em suas trajetórias. O capítulo mergulha nas relações de poder e contextualiza historicamente essas dinâmicas. Destaco a abordagem do estupro corretivo que, de acordo com as análises do trabalho, se mostrou como uma manifestação extrema do exercício de poder dos homens/sociedade sobre as mulheres lésbicas.

O terceiro capítulo que tem como título: “Ela podou minhas arestas: violências conjugais entre mulheres lésbicas” adentra no delicado âmbito das violências conjugais entre mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente. O capítulo destaca-se pela desmistificação da violência conjugal e pela exploração das dinâmicas de poder presentes nesse contexto. Exploro também as consequências e reflexos dessas formas de violências e evidencio as ramificações profundas que rodeiam a vida das interlocutoras.

1 - DA INFÂNCIA À VIDA ADULTA: VIOLÊNCIAS INTRAFAMILIARES E SOCIAIS

Orgulho

*Trancada no armário, silenciada em uma prisão,
A construção do meu orgulho levou anos com medo da rejeição,
Sentia vergonha da palavra sapatão,
Negava o amor, o desejo, o tesão,
Disseram-me que iria para o inferno, que não existia perdão,
Não encarava o espelho,
Reprimia todos meus desejos,
Rezava o terço,
Pedia libertação de joelhos,
Fizeram acreditar que não merecia ser feliz,
Não merecia respeito,
Envergonhava a família com minha má conduta,
No meu quarto chorava,
Sentia culpa,
Diferente da maioria,
Fui excluída do grupo da família que tanto amor nutria,
A vergonha era minha, mas não plantada por mim,
Um dia resolvi,
Se irei ao inferno, irei feliz,
Anos foram necessários e muitos ainda serão,
Hoje levanto a bandeira, tenho orgulho da palavra SAPATÃO.*

Keth Braz², 2022.

² Keth Braz é assistente social, poetisa amazonense, mulher lésbica, escreve sobre orgulho lésbico, vivências pessoais e as idiosincrasias que mulheres lésbicas vivenciam durante a vida.

1.1. Histórias de vida das interlocutoras

Meu interesse de pesquisa está pautado nas violências intrafamiliares e sociais, especialmente nas histórias das interlocutoras: mulheres lésbicas, que sofreram tais violações. É através de seus relatos que construiremos juntas esse texto.

Refleti durante alguns dias sobre como abordar essas mulheres, de que forma iria conduzir uma etnografia tão sensível a ponto de não as machucar e trazer sofrimento. Freei minha característica efusiva e falante para ouvi-las, compreendê-las e transformar suas falas em palavras escritas com pitadas de sentimento - seus relatos de vida. Foi por esse motivo que escolhi denominá-las por nomes de deusas. Para mim, as deusas representam mais do que uma divindade, representam força, resiliência, beleza, fertilidade, sabedoria e coragem. São qualidades que atribuo a todas as mulheres que são sobreviventes.

Cheguei até elas por meio de meus contatos pessoais, algumas conhecidas, outras da própria militância lésbica, outras amigas de longa data, colegas do mestrado e graduação. Suas trajetórias sociais e sexuais têm semelhanças, porém são completamente diferentes. Enxergo as trajetórias como um universo rico em diversidades e peculiaridades, como veremos nos dados apresentados a partir das entrevistas.

A primeira interlocutora será chamada de Vênus. Ela é uma mulher cis, branca, de 25 anos, amazonense, residente em Manaus-AM e, atualmente, está solteira após 7 anos de relacionamento com uma mulher que foi sua primeira namorada, é taurina. Estudou durante a infância em um colégio de freiras. Na época da entrevista ela se identificava como mulher lésbica. Essa entrevista foi feita na casa da Vênus, já éramos próximas por conta das redes sociais e estreitamos ainda mais os laços quando iniciamos as entrevistas.

Também pedi a ela que se definisse como uma deusa, alguém com quem se identificasse, e Vênus foi a divindade escolhida. Confidencio que eu já imaginava por conta da personalidade da interlocutora: ela é doce, carinhosa, tem a voz mansa e a capacidade de tranquilizar até o sujeito mais aflito. Sua justificativa foi que Vênus rege seu signo, o touro. Segundo a interlocutora, "Porque ela é uma safada (risos), deusa da beleza, do amor, da paixão...da vida, essa sou eu, descobrindo a minha

bissexualidade” (Vênus, 2023). Como eu disse anteriormente, na época da entrevista, Vênus se identificava como uma mulher lésbica, porém ao longo dos nossos diálogos vem se descobrindo e se identificando como uma mulher bissexual, após ter se envolvido amorosamente com um homem hétero cis. Pretendo aprofundar esse debate acerca da fluidez da sexualidade, da heterossexualidade compulsória e das certezas desde a infância acerca da orientação sexual, como é o caso de Andrasta.

A infância de Vênus perpassou pelo viés religioso, desde criança ela e sua família frequentavam a igreja católica, segundo seus relatos:

Eu passei por todos os rituais da igreja católica. Vivia na igreja, e até certa idade era tudo muito bacana porque tinham crianças da mesma idade, a gente se divertia, só que depois de certa idade eu comecei a não gostar tanto de frequentar, aos 11 anos de idade. Por quê? Hoje eu sei falar sobre isso, porque eu faço terapia há alguns anos, e aí a gente passou a compreender com a psicóloga que foi quando justamente eu comecei a compreender o que é uma mulher gostar de outra mulher. Inclusive, foi na igreja que eu escutei a primeira vez a palavra sapatão, na catequese, só que eu escutei de uma forma pejorativa. Então assim, tinha uma menina que se vestia de um jeito visto como masculino para alguns, e aí faziam bullying com ela na catequese “ah deve ser bem sapatão” e eu não sabia o que era isso, até que me contaram e eu fui entender. [...] a primeira vez que escutei uma mulher falar sobre se relacionar com outra mulher foi de um jeito pejorativo (Vênus, 2023).

A história sobre a infância, a sexualidade e a religião de Vênus nos apresenta diversas questões, dentre elas a influência da religião na vida de crianças e adolescentes, o desconhecimento sobre a diversidade sexual e o preconceito disseminado nesses ambientes. A interlocutora seguiu relatando que nunca se sentiu à vontade na igreja, primeiro porque estava sendo obrigada a frequentar, segundo porque escutava muito discurso punitivo que, segundo ela, era muito presente nesses ambientes, sobre o que “não podia fazer”, incluindo a questão da homossexualidade.

Andrasta foi a segunda interlocutora. Mulher cis, branca, 29 anos, filha única, amazonense, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas, professora, reside em Manaus-AM, namorada da Bruna há 4 anos e é leonina com ascendente em leão.³

³ Considerei inserir o signo das interlocutoras, pois nas entrevistas notei que era algo que elas frisavam, relacionando seus comportamentos ao signo e aos ascendentes.

Ela se apresentou como uma pessoa muito excêntrica porque se enxerga como uma mulher que se sobressai às outras por não ter tido problemas de crises existenciais com relação à sua orientação sexual. Tinha certeza desde a infância de que era uma mulher lésbica. Conheci Andrasta por acaso nas minhas andanças pela vida, fomos apresentadas em meio a pandemia de COVID-19. Ao conhecê-la, a primeira coisa que me disse foi “Sou lésbica futurista, sapatona convicta”. Não tinha como esquecer, ela era engraçada, animada, contava piadas muito boas e nesses momentos estava cheia de si. Sua trajetória acadêmica é muito linear, cresceu em uma família de origem pobre em um bairro de classe média alta em Manaus. Apesar de sua origem e de seus familiares, Andrasta sempre estudou em escolas particulares e, logo, acessou a universidade pública.

Ela é uma das interlocutoras mais falantes e expressivas, qualidade que atribuiu a si mesma. Assim que aceitou meu convite, perguntei com qual deusa ela se identificava e gostaria de ser chamada. Foi curioso quando me falou que seria Andrasta, a deusa da guerra. A todas perguntei por que se identificavam com essas divindades. No caso de Andrasta, me relatou que o fato dessa deusa ser temperamental, fervorosa, incisiva e tempestiva tinha tudo a ver com ela, pois eram traços de sua personalidade.

Ela me relatou que desde muito jovem já se sentia atraída por mulheres e, aos 4 anos, escreveu sua primeira carta a uma atriz que fez a Cinderela em uma peça de teatro. Esse relato é curioso, pois ainda não havia conhecido uma moça que tivesse tanta certeza de sua orientação sexual desde muito cedo, ainda que a heterossexualidade fosse a orientação sexual considerada “normal” e vista em sociedade como a única aceita. Seus processos foram diferentes com relação a tantas outras mulheres lésbicas.

A terceira Interlocutora, Gaia, mulher cis, negra, lésbica, amazonense, residente em um bairro da periferia de Manaus-AM, tem 29 anos e é servidora pública atuando como assistente administrativa. É casada com Sandra fazem 3 anos, uma mulher também lésbica, mas seu tempo de relacionamento com sua esposa ultrapassa os 5 anos. Ela é graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas e é virginiana.

Assim como as outras interlocutoras, também pedi que se definisse como uma deusa, alguém com quem se identificasse, e a escolhida foi a Deusa Gaia. Esta simboliza a deusa da Terra, uma deusa primordial, sem pai e sem mãe, responsável pela sua própria criação, nasceu de si e criou planetas, natureza e todos os outros deuses.

Meu contato com Gaia iniciou em 2023, apesar de conhecê-la desde que iniciei minha graduação em Serviço Social na UFAM, quando via fotos dela nas redes sociais porque fazia parte de um movimento social e sua imagem estava atrelada a ele. Era comum esbarrar com a sua fotografia nas redes e sua pessoa pelos corredores, o fato de termos amigos em comum também me fez chegar até ela. No nosso primeiro diálogo, logo que fomos apresentadas, Gaia me relatou como mulheres lésbicas não têm amigas também lésbicas e como essa trajetória do descobrimento até a aceitação é solitária. Logo no nosso primeiro diálogo, quando nem pensava em convidá-la para ser interlocutora, notei como era expansiva em suas falas, seus gestos e, apesar de muito articulada com suas convicções, também esbanjava sensibilidade e carisma. Foi nesse ponto, ao observar suas falas e dialogar sem presunção alguma, que decidi convidá-la para ser interlocutora.

Segundo Gaia, sua história é diferente das histórias de outras mulheres lésbicas, porque ela passou muito tempo imersa na heterossexualidade compulsória. Sua história atravessa anos em relacionamentos heteronormativos com homens cisgênero. Identifiquei-me muito com as falas dessa interlocutora, pois durante anos também tentei me encaixar na heterossexualidade compulsória. Quando crianças, muitas de nós somos condicionadas a seguir esse padrão, por imposição familiar e veladamente pela própria sociedade, isso porque a heterossexualidade é a orientação sexual considerada adequada aos seres humanos, e nós mulheres somos cobradas a nos enquadrarmos no que é exigido, que é seguir o ciclo regular da vida, casar com um homem, ter filhos e “viver feliz para sempre”. Muitas mulheres tentam seguir esse padrão imposto, porém, com o tempo e a maturidade isso começa a pesar, como foi o caso de Gaia, como foi o meu, como acontece todos os dias com tantas outras mulheres.

A quarta interlocutora escolheu ser chamada de Lilith, é uma deusa muito conhecida por sua história estar atrelada à recusa pelo paraíso, muitas vezes

representada por uma cobra. Lilith emana muito poder, sua representação está em diversas obras pelo mundo, principalmente pinturas. Perguntei por que essa deusa, e ela me respondeu “porque ela é subversiva igual a mim (risos)”. Antes de definirmos pseudônimos para essa pesquisa, Lilith disse-me que poderia utilizar seu nome real, mas argumentei que estava optando por usar nomes fictícios para que as interlocutoras não fossem identificadas

Sobre Lilith, ela tem 33 anos, é assistente social de formação, solteira, mulher cis, parda, amazonense, poeta e, atualmente estuda para concursos da sua área. Nos conhecemos durante uma palestra que ministrei em um evento sobre a visibilidade lésbica. Eu era a convidada e estava falando sobre violência contra mulheres lésbicas, numa manhã de um domingo. Lilith estava lá, mostrou-se muito cordial e muito espirituosa, na minha primeira impressão. Não estava errada. Durante a palestra Lilith relatou várias violências sofridas desde a sua adolescência até a vida adulta. Me marcou muito ouvir aquela mulher, até então desconhecida, falar de forma tão fluida sobre sua vida e traumas relacionados a sua orientação sexual, Lilith expôs recortes profundos e sucintos, isso me chamou a atenção. Ao fim da palestra, convidei-a para ser interlocutora, como muitas das minhas interlocutoras Lilith também ficou reticente, mas aceitou.

Organizamos um cronograma para nos encontrarmos em algum local e decidimos que seria na própria UFAM. Posso afirmar que essa foi uma das entrevistas mais leves que fiz, porque Lilith não deixava o clima pesar, ainda que estivesse relembando violências que sofreu. Foram algumas horas sentadas no chão, algumas mordidas de formigas e muito suor. Era uma tarde quente, tão quente que ao olhar para o horizonte, estava distorcido. Dialogamos sobre muitos assuntos, mas principalmente sobre a infância e a adolescência de Lilith.

Uma frase dela me marcou muito, “Se você me perguntar se existe uma esfera onde não sofri lesbofobia, te direi que não existe, eu sofri preconceito em todas as esferas da minha vida”. Mulheres lésbicas nem sempre sofrem preconceitos em todas as esferas da vida, desde que não aparentem serem lésbicas ou se escondam em um armário empoeirado. O ônus social permeia a vida desses indivíduos, por meio da segregação, da violência, da perseguição e de ameaças. O espaço que nós, mulheres lésbicas, ocupamos, por mais que para muitos seja insignificante, é o resultado de

remarmos contra a maré do subjugamento e das expectativas de orientação sexual que lançam sobre nós.

A quinta interlocutora será chamada de Ártemis, uma das deusas mais veneradas da Grécia Antiga. Deusa da caça, protetora das mulheres, crianças e nascimentos, Ártemis representa mais que força, uma resiliência sem tamanho. Nossa interlocutora é uma mulher preta, lésbica, 31 anos, residente em Manaus, porém maranhense, veio morar em Manaus com a mãe aos 09 anos de idade, atualmente é casada com sua companheira Joana, com quem dividem a vida há 4 anos.

Meu primeiro contato com Ártemis foi em 2020, no auge da pandemia de COVID-19, quando fomos apresentadas por uma amiga e desde então passamos a nos falar periodicamente. Me recordo do nosso primeiro diálogo, na época, ela estava solteira e relatou que estava tendo encontros com mulheres que conhecia por um aplicativo de mensagens conhecido como *Tinder*. Em seu último encontro, Ártemis me disse que havia conhecido uma moça e a levado até a sua casa, beberam e, como ela não estava habituada a ingerir álcool, adormeceu. Ártemis relatou que acordou ensanguentada nas partes íntimas e me disse com muita naturalidade “acho que a menina fez algo comigo enquanto eu dormia”. Ouvir aquilo me deixou em pânico, queria fazer algo, dizer alguma coisa, não sabia como reagir, pois estava horrorizada, Ártemis apenas sorria.

Não a julguei pela sua reação, não faria isso, fiquei decerto curiosa. Ela sofreu violência, mas me contava tudo com muita naturalidade. Ártemis demonstrou, em nossos diálogos, que carregava pesos inimagináveis por ser mulher, preta e lésbica. Isso me instigou a querer entrevistá-la. Ouvir a voz potente dessa mulher seria com certeza muito relevante. Sua força, resiliência, busca pelo seu lugar no mundo e, mais do que isso, pela felicidade que as pessoas tanto procuram, mas que para as mulheres pretas costuma se esvaír pelos dedos, dia após dia.

Como mulher preta, Ártemis tinha um enredo muito grande a ser dito. Audre Lorde (2019), poetisa negra e lésbica, fala que a dor produz um efeito que colabora com o rompimento do silêncio e que leva mulheres negras a não sucumbirem com o racismo, patriarcado, sexismo e lesbofobia presentes na sociedade brasileira. É sobre essa dor que dialoguei com Ártemis.

Acerca da religião, foi notável que para algumas interlocutoras tinha um peso em suas vidas. O cânone religioso emergiu de maneira proeminente durante as entrevistas, mostrando como a religiosidade exerce grande domínio sobre essas mulheres. A interseção entre religião e lesbianidade se fez nesta pesquisa como um ponto de convergência, delineando a vida e identidade dessas mulheres.

O peso das vivências religiosas nos relatos revelou a complexidade por detrás da construção social que mulheres lésbicas passam durante a vida, que vão desde os desafios emocionais aos conflitos internos. Lilith, Andrasta e Vênus foram as interlocutoras que mais apresentaram narrativas acerca das religiões, suas discordâncias e sofrimentos até chegar ao patamar de dizerem para si que amar não é errado, ainda que seja o mesmo sexo.

1.2. Do medo ao orgulho: as interlocutoras e seus processos de sair do armário

Neste tópico, elucidarei como as interlocutoras cresceram e se enxergaram como mulheres lésbicas, o papel da família nesse processo, as violências sofridas na família e o acolhimento, também.

As relações familiares se constituem de diversas formas. Para alguns indivíduos a família é a base, não somente da formação do caráter do sujeito e seus princípios na infância, mas também na adolescência e na vida adulta. Contudo, nem sempre a família é esteio nas vivências de sujeitos LGBTQIA+, como cita a antropóloga Isabel Wittmann (2016) em sua pesquisa acerca do corpo, gênero e identidade. Seu trabalho, apesar de voltado ao público transgênero, também abarca questões acerca da lesbianidade, pois trata o gênero como central no que concerne às micro e explícitas violências que sujeitos LGBTQIA+ sofrem na família e na sociedade.

Segundo a autora,

A família deveria ser o local de apoio e acolhimento dos sujeitos, mas nem sempre acontece desta forma. Os relatos dos interlocutores e interlocutoras tratam de questões relacionadas à rejeição ou à aceitação por parte dos familiares, e às consequências pessoais. Lucas, que, conforme citado anteriormente, se identifica ora como alguém que se traveste, ora como transexual, afirma que explorava

atributos femininos desde criança. Entre os oito e dez anos já usava o cabelo comprido e roupas justas e relata ter sido constantemente confundido com menina. Aos treze anos começou a “se travestir”, em suas próprias palavras, e foi quando passou a atender por Isadora (Wittmann, 2016, p. 74).

Por meio da narrativa da experiência de Isadora percebe-se que, embora a família deva ser um espaço de apoio e acolhimento, nem sempre seus membros cumprem essa função de maneira positiva. No que diz respeito às orientações sexuais dissidentes, como é o caso de mulheres lésbicas, essa violência dentro da família se baseia na lesbofobia. A citação de Wittman (2016), que traz Isadora como centro, sugere que a falta de apoio e a rejeição familiar podem ter impactos significativos na vida pessoal do indivíduo. A conexão que faço entre o trabalho da antropóloga e a violência contra mulheres lésbicas reside na percepção de que identidade de gênero e orientação sexual podem ser determinantes nessas relações.

Wittman (2016) também aborda a questão da falta de compreensão por parte da família e elucida o caso de Sara, mulher trans que, ainda na infância, se vestia com as roupas da irmã até um dia ser recriminada, ser exposta e punida pela sua mãe. Como a autora explica:

(...) ao quebrar expectativas de sua família, Sara foi punida justamente através de papéis atribuídos a seu gênero. Ao explorar sua feminilidade, sua mãe a puniu fazendo com que assumisse plenamente uma tarefa doméstica associada ao âmbito do feminino, como se tivesse que aceitar por inteiro esse papel social. Por esse motivo, raramente se monta em casa hoje em dia e sua irmã não sabe que ainda mantém o hábito. As relações familiares são saudáveis, mas ela omite a prática do *crossdressing* para aqueles que a conhecem. Novamente, nesse relato, há, por parte da família, a reafirmação de valores tradicionais, assim como o que ocorreu com Lucas. Mas ele é o reforço do fato de que o ambiente familiar pode trazer repressões, mas também é onde se processam as primeiras experimentações (Wittman, 2016, p.74).

A interligação da pesquisa com a citação da autora se manifesta na reação da família de Sara, onde seus membros reforçam valores tradicionais e reprimem expressões de gênero que fogem às normas estabelecidas. Esse episódio exhibe como o ambiente familiar, sendo um lugar de primeiras experimentações, pode ser um espaço de repressões quando não há compreensão e aceitação por parte dos familiares.

Para mulheres lésbicas navegar contra a maré as faz atravessar mares muito mais turbulentos que os sujeitos heterossexuais. Dialoguei com as interlocutoras sobre como foi atravessar esses mares, alguns raivosos, outros mais calmos, uns tempestuosos e abrimos esses canais de questionamentos acerca da família, o apoio, a aceitação, o respeito. Será através desses espaços de reflexão que prosseguiremos.

Gaia me contou que a família dela sempre a aceitou. Na infância já diziam que ela seria lésbica, “(...) já nasci sapatão (risos)”. Ela recorda que entre os 12 ou 13 anos, sua mãe, que sempre dialogou muito sobre qualquer coisa, disse que tudo bem se ela fosse gay, que se quisesse “chupar buceta” poderia fazê-lo, desde que contasse. Então ela sempre teve esse apoio e abertura da mãe para o diálogo.

Porém, os familiares de Gaia, vez ou outra, a desrespeitavam por simplesmente aparentar ser uma mulher lésbica. Acho válido ressaltar que mesmo sendo lésbica, durante anos de sua vida se relacionou com homens cis, condicionada à heteronormatividade. Ainda assim, pelo modo como se vestia e se portava em sociedade, a sua família não tinha reações sempre positivas, como foi um caso que me relatou:

(...) briga de família uma vez, *tava* com meu irmão e uma prima da mesma idade que a gente, e a gente saiu, ela e meu irmão beberam muito, e eu nunca fui de beber assim bebida alcoólica, e quando a gente saiu e voltou pra casa da minha vó, rolê de família a gente meteu fuga, saiu fomos beber nós três, conversar e voltamos, e eu *tava* super sóbria, mas essa minha prima ficou muito doida, e o pai dela ficou muito puto, ele começou a falar tipo assim, que eu tinha induzido ela porque eu era machuda, que eu era isso, que eu era aquilo, e veio pra querer me bater (Gaia, 2023).

A história de vida de Gaia está dividida em duas partes, o antes de se assumir — e se reconhecer — como mulher lésbica e o depois. O papel de sua família foi o mais brando perante tantas histórias de lesbofobia e ódio contra mulheres. Contou-me que quando disse à sua família que estava namorando uma moça, todos já esperavam e até a convidaram para um almoço em família, sendo que os tios, o pai, a tia e a avó, a receberam muito bem.

Quando ouvi Gaia me contar como foi acolhida em sua família, apesar de haver alguns percalços no caminho, me remeteu a algo que os indivíduos LGBTQIA+

não vivenciam com tanta frequência, pois o acolhimento familiar é quase incomum. Gaia foi acolhida e sua família reagiu bem à sua “saída do armário”. Essa liberdade dada pela família foi crucial no processo do “assumir-se lésbica”, como relata quando na sua adolescência seu pai a abordou para falar sobre uma possível orientação sexual dissidente da dominante:

Não convivi com meu pai, mas a gente sempre teve muita liberdade, sabe? Quando eu fiz 18 anos eu comecei a fumar maconha e minha mãe sabia. (...) Minha mãe nunca foi careta ou hipócrita, e meu pai sempre ficava meio alheio, sabe? Eu sinto que ele só sabe das coisas depois, depois de meses “ai, pai entrei no mestrado”, então nunca influenciou muito, apesar dele ser mais velho e eu lembro que quando eu...uma vez eu fui pra lá e ele tinha tomado umas, a gente foi na praia assim no final do ramal e ele falou, tipo, “minha filha eu sempre soube...” porque ele tem uma outra filha (...) e ela é totalmente o oposto de mim, ela é hétero, super feminina, feminilizada, e ele dizia assim “eu sei que tu é diferente da tua irmã e tá tudo bem” isso eu tinha uns 15/16 anos, e aí eu vi que no fundo todo mundo já sabia, as pessoas só ficavam esperando eu mesma sair do armário (Gaia, 2023).

A questão “sair do armário” é algo presente na vida de sujeitos LGBTQIA+. No caso de Gaia, o relato contado mostra que nem ela mesma sabia qual era sua orientação sexual. Por anos se relacionou com homens por conta desse sentimento de busca por pertencimento, ainda assim, sua família dizia que era lésbica.

Para Vênus, a segunda interlocutora, a “saída do armário” foi diferente. Nos nossos diálogos, tratou esse acontecimento da sua vida com muita leveza e humor. Por ser da igreja católica, Vênus disse que não só saiu do armário, mas o destruiu e queimou, aspirou tudo com aspirador de pó e ele sumiu, e quem a expôs foi uma beata da igreja:

- Eu já *tava* namorando com a Adriana e eu sempre postava fotos com a fulana (Adriana).

- Você saiu do armário com que idade?

- Eu não saí, eu fui arrancada! anota aí pra tu colocar (risos) arrancada do armário com 22 anos de idade. Aí a beata da igreja conseguiu se infiltrar no meu facebook (...) e tirou print da minha foto com a Fulana (Adriana). A gente já usava aliança e blá blá blá, e ela mostrou (o print) pro meu pai. Meu pai sentou comigo e disse “que que isso? tu tá noiva?” (...) foi quando eu falei “sim pai, eu sou lésbica, me relaciono

com mulher e é isso” aí sabe o que ele falou pra mim? “Eu nunca vou ter um neto.” Aí eu olhei pra cara dele e disse que ele teria sim, que era me planejamento de vida gestar e que se eu não conseguisse gestar, iria adotar e ainda seriam um casal de irmãos, mas ele só sabia repetir isso e chorar, (...) e a mamãe no meio disso só calada porque, de certa forma, ela já sabia. (Vênus, 2023)

A fala de Vênus chama a atenção no quesito “reação”. Existe uma noção na sociedade que somente mulheres heterossexuais podem gestar ou ter filhos, a noção da “família tradicional brasileira” que contesta qualquer orientação sexual que não seja a heterossexualidade, na qual se tem mãe, pai e filhos, como um modelo de família a ser seguido. Essa premissa se apoia na heterossexualidade compulsória.

O pai de Vênus declarou ser essa sua maior preocupação e, mesmo que dissesse que pretendia gerar ou adotar, ainda assim não houve validação.

A heterossexualidade compulsória fomenta isso e mulheres lésbicas, independente dos estereótipos, podem ser taxadas de “meias mulheres” por não estarem ao lado de um homem para constituir uma família. Wittig explora isso ao afirmar:

O que é uma mulher? Pânico, alarme geral de defesa ativa. Francamente, esse é um problema que as lésbicas não têm, graças a uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois a “mulher” só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais. Lésbicas não são mulheres (Wittig, 2022, p. 67).

Para a autora, mulheres lésbicas são frequentemente vistas como não conformes aos padrões tradicionais de feminilidade por não se relacionarem com homens e por não formar famílias com base na heterossexualidade. Isso as colocaria em uma posição de “meias mulheres” por não se encaixarem no modelo heterossexual dominante. A autora sugere que a identidade das mulheres só tem significado dentro do molde heterossexual, o que nos leva à questão de Vênus e seu pai.

Tombolato *et al* (2016) explica em seu artigo sobre adoção por mulheres lésbicas como o preconceito permeia suas vidas. Em seu estudo de caso, um casal de mulheres lésbicas vivenciou a invalidação e discriminação em um abrigo voltado para crianças disponíveis para adoção. O casal foi impedido muito sutilmente de “apadrinhar” uma criança por conta da orientação sexual. Como ele explicita:

O preconceito levou a uma conduta excludente e discriminatória, que resultou no fechamento das portas da instituição para qualquer possibilidade de diálogo com as participantes [mulheres lésbicas]. Por outro lado, o fato de os motivos dessa ação não serem explícitos, resultou em poucas alternativas de interlocução, que poderiam contribuir ao menos para o esclarecimento das posições antagônicas em jogo. O relato de Tarsila evidencia uma reação imediata de rejeição à possibilidade de adoção quando se tratam de duas mulheres (Tombolato *et al*, 2016, p.5).

Para o autor, a discriminação não foi explícita, o que pode dificultar uma possível denúncia. Tarsila, juntamente com sua companheira, buscaram um abrigo a fim de conhecer crianças e quem sabe apadrinhá-las, contudo, não só nesse caso, mulheres lésbicas acabam vivenciando a invalidação de seus relacionamentos.

O autor Edu Turte-Cavadinha em seu estudo *Mulheres lésbicas em busca da maternidade: desafios e estratégias* (2013) expõe que a sociedade considera impossível que duas pessoas do mesmo sexo tenham um filho pela via biológica “natural”, ainda que haja um grande desenvolvimento de técnicas de fertilização ou possibilidades de adoção. Segundo o autor, a parentalidade homossexual esbarra em preconceitos, ignorância, argumentos religiosos, à moral e aos “bons costumes”, frutos da repressão sexual que a sociedade impõe.

Entre os principais argumentos que sustentam o preconceito sobre o tema estão o medo de que a ausência da figura paterna dificulte uma adequada aquisição dos papéis de gênero, o medo de que os filhos de gays e lésbicas sejam homossexuais, como se fosse influenciar o indivíduo, no entanto, o autor destaca que a maioria dos gays e lésbicas vêm de famílias heterossexuais, soma-se a isso o receio de que gays e lésbicas sejam potenciais abusadores e abusem sexualmente dos seus filhos.

Esses argumentos refletem estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade com pouco ou nenhum embasamento científico e contribuem para a perpetuação da discriminação e exclusão de mulheres lésbicas que pretendem formar famílias, pois como observa Cavadinho (2013, p.246), “Mulheres lésbicas não são vistas como mães”.

No que diz respeito à violência, cabe ressaltar que por conta dessa invalidação, diversos casais de lésbicas optam pela inseminação artificial,

inseminação caseira, ou fertilização *in vitro* para gerar um filho. Cabe destacar neste trabalho a auto inseminação caseira, método bastante utilizado por mulheres lésbicas. Cavadinho (2013) explica que a inseminação caseira é uma alternativa de baixo custo realizada fora das instituições médicas. Segundo o autor:

Trata-se de uma técnica simples, que envolve o controle do ciclo menstrual pelo calendário (tabelinha) ou por acompanhamento da temperatura basal, a fim de localizar o período fértil e introduzir o sêmen com o auxílio de uma seringa, que pode ser comprada em qualquer farmácia. Tendo em vista que, no Brasil, só as clínicas de reprodução assistida têm acesso aos sêmens dos bancos e é proibida a venda desse material biológico, a aquisição desse material para realizar o procedimento pode ser fruto de um acordo com um amigo comum do casal, um familiar de uma delas ou algum desconhecido que queira “doar” ou até mesmo vender clandestinamente. Atualmente, existem sites elaborados por grupos de lésbicas e mulheres solteiras que ensinam às mulheres como controlar o ciclo menstrual, que material comprar, entre outras coisas para que se possa atingir o sucesso do procedimento (Cavadinho, 2013, p.248-249).

Embora seja um tema pouco abordado devido aos riscos associados às mulheres lésbicas, a inseminação caseira surgiu como uma alternativa para aquelas que desejam engravidar sem recorrer à relação sexual com homens cis ou à clínicas de fertilização. Em grande parte, essas mulheres enfrentam limitações financeiras que as impedem de arcar com os custos do tratamento e procedimento relacionados à inseminação artificial e *in vitro*. Apesar de ser uma opção acessível em termos financeiros, é válido ressaltar que a inseminação caseira não é considerada segura. Cavadinho (2013) ainda explica que uma das desvantagens desse procedimento é o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis, em suma, essa prática pode envolver outros riscos, como a possibilidade de infecções, complicações de saúde e possíveis falhas na inseminação.

O discurso de Vênus nos remete a todo esse histórico de que mulheres lésbicas não podem gerar filhos e, por isso, são motivo de decepção para os pais. Vênus seguiu falando sobre esse processo de sair do armário:

Eu me assumi primeiro pro mundo lá fora, depois pra minha família, acho que isso é bem frequente, no meio dos sujeitos LGBTQIA+ (...) quando fui exposta, acabei saindo de casa, morando de favor, etc., Devido a minha mãe ter entrado em depressão foi que eu voltei pra casa pra tentar ajudá-la.

- E como foi todo esse processo?

- Pra mim foi... libertador, em nenhum momento, me arrependi do tempo que eu levei pra tal, nem cogitei “ah como eu poderia ter feito melhor?” não. Pra mim foi aquilo ali e ponto. Desde então a minha forma de me relacionar com outras mulheres, de manter relações sexuais, de me posicionar no mundo, mudou completamente pra melhor, então pra mim foi um certo alívio, tirou o peso das costas, a minha ansiedade até diminuiu mais, porque eu vivia em estado de alerta, então assim, pra mim foi alívio e amadurecimento (Vênus, 2023).

Já a terceira interlocutora, Andrasta, relatou algo semelhante à vivência do “sair do armário” de Vênus. Na época da entrevista ela me disse que também foi arrancada do armário aos 15 anos e sua mãe inicialmente não aceitou, “(...) ela chorava pra uma amiga no telefone e repetia que não seria mais avó porque eu era lésbica”. As narrativas se interconectam ao observarmos a associação da orientação sexual com a imagem de uma família inexistente ou destruída.

O brado que se faz ecoar ao se despir da culpa, do medo da marginalização, da não aceitação é muito alto, ecoa para além das nossas percepções, destrói paradigmas delas mesmas e dilacera o peso que arbitra entre os corpos dessas mulheres. O que antes se via como aporia do pecado por estar fora do padrão heteronormativo, após a “saída do armário” vislumbra-se uma teia de possibilidades de viver a própria sexualidade, mas nem sempre é assim.

É o que explica Sedgwick (2007), quando diz que o armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX. Ou seja, permanecer no armário, foi uma característica central da experiência de opressão que sujeitos LGBTQIA+ vivenciaram durante a vida, o que para mim não se restringe ao século XX, mas até a contemporaneidade.

Segundo o autor,

Ressonante como é para muitas opressões modernas, a imagem do armário é indicativa da homofobia de uma maneira que não o pode ser para outras opressões. O racismo, por exemplo, baseia-se num estigma que é visível, salvo em alguns casos excepcionais (casos que não são irrelevantes, mas que delineiam as margens, sem colorir o centro da experiência racial). O mesmo vale para as opressões fundadas em gênero, idade, tamanho, deficiência física. Opressões étnicas/ culturais/religiosas, como o anti-semitismo, são mais parecidas, pois o indivíduo estigmatizado tem pelo menos alguma liberdade de ação – embora, o que é importante, não se possa garantir quanta – sobre o conhecimento das outras pessoas acerca de sua participação no grupo: poder-se-ia “sair do armário” como judeu ou cigano, numa sociedade urbana heterogênea, de maneira mais inteligível do que se poderia “sair” como, digamos, mulher, negro, velho, usuário de cadeira de rodas ou gordo. De qualquer maneira, uma identidade judia ou cigana (por

exemplo) e, portanto, um segredo ou armário judeu ou cigano seriam diferentes das versões distintamente gays dessas coisas em sua clara linearidade ancestral, nas raízes (por mais tortuosas ou ambivalentes) da identificação por meio da cultura originária que cada indivíduo tem (no mínimo) na família (Sedgwick, 2007, p.32).

Neste trecho, o autor expõe a singularidade da experiência da homofobia em comparação às outras formas de opressão. O armário surge como um símbolo ressonante da homofobia por ser diferente de outras formas de discriminação.

O autor destaca a discrepância entre opressões e aborda o racismo como exemplo, pois esse tipo de opressão se baseia em características visíveis, ao contrário da homofobia, que se manifesta por meio de uma característica que pode ser oculta: a orientação sexual.

A comparação de Sedgwick (2007) também é feita com opressões relacionadas a gênero, deficiência física, idade, características étnicas, culturais e religiosas, como o anti-semitismo, por exemplo. Enquanto essas características são visíveis a orientação sexual pode ser mantida em segredo, é nesse momento que o armário entra.

É essa epistemologia do armário que reforça os binarismos privado/público, sujeito/objeto e a heterossexualidade compulsória age como mantenedor de novos armários. O autor destaca que, independentemente da posição do sujeito homossexual em se assumir ou “sair do armário”, ele continuará convivendo com a sua presença.

Em meus diálogos com as interlocutoras, por exemplo, percebi que, ainda que elas se assumissem às suas famílias e amigos, a ruptura com o armário era utópica, isto porque em meio à sociedade, muitas dessas mulheres ainda se escondem por medo de violências, discriminação, estupros corretivos e medo da morte. Sugiro, então, que mulheres lésbicas vivenciem um *armário duplo*, e que sair dele não significa somente se assumir para a família e amigos, mas lutar contra o sistema que oprime mulheres e as deixam no limbo por não seguirem a orientação sexual dominante. Isso não exclui o fato de que assumir-se homossexual para a família é um obstáculo complexo e árduo, porém, não é o único.

Gaia exemplificou o armário duplo que cito nesta passagem quando disse:

Meu trabalho, por exemplo, quando eu entrei, foi uma questão. Agora nesse trabalho mesmo. Eu estou lá desde 2021. E eu lembro que eu *tava super crisada* antes de começar, daí eu fiquei usando umas armadilhas, tipo: “no primeiro dia de trabalho, vou me encher, e me feminilizar o máximo. Colocar uma blusa de botão, um brinquinho.”

Para mim, o auge da feminilização. E eu meio que fazia isso para sentir, porque as pessoas já sabiam. No meu primeiro dia, a secretária da escola onde eu trabalho, ela é super bolsonarista e super branca, perguntou: **“Qual é a sua opção sexual?”** eu falei: “olha, a senhora viu que eu acabei de trazer aqui a minha certidão de casamento, eu sou casada com uma mulher.” aí ela falou **“ah, então, eu acho que você não deveria falar pra ninguém”** e eu só concordei, porque na real, a galera já tinha sacado que eu era casada, mas ainda sentia vários comentários, como uma vez que eu *tava* em uma reunião e uma professora comentou assim “ah, porque tem uma criança do segundo ano, 7 anos, ele vai ser gay, mas isso é porque a mãe dele é sapatona.” e eu *tava* lá ouvindo (...) A maioria das professoras lá são evangélicas, eu sou a mais nova da escola, tem uma questão muito geracional, e são todas crentes, sabe? Sempre sentia muito os olhares, esses tipos de comentários (Gaia, 2023) [grifos meus].

Nesse caso, o armário duplo se refere à situação em que uma mulher lésbica revela a sua orientação sexual à família, mas ainda assim vê como possibilidade concreta escondê-la para não sofrer violências na esfera social, como no trabalho, por exemplo. Também está enraizado em um contexto social que pode perpetuar normas de gênero e sexualidade rígidas e discriminatórias. Para Gaia e muitas mulheres lésbicas, “sair do armário” vai além de se assumir para a família, visto que o preconceito também se materializa no ambiente de trabalho e em vários âmbitos sociais. A família pode ser um lugar seguro para se assumir, mas e perante a sociedade? Ao assumir-se lésbica no ambiente de trabalho, a quais violências essas mulheres estão expostas?

Trago Andrasta que foi a mais jovem das interlocutoras a se assumir para a família e que me confidenciou como é ser uma mulher assumidamente lésbica na sociedade. Além das diversas formas de violências que elas sofrem na família, assumir-se é apenas o começo, um pequeno broto, entre tantos outros que ainda vão germinar. Como ela disse:

Eu evito pegar na mão, demonstrar afeto em público, a gente anda como duas amigas, porque eu tenho medo de preconceito, tenho medo de agressão, e eu sou o tipo de pessoa que eu não abaixo a cabeça pra agressão, eu vou pra cima, entendeu? (...) Eu sou muito reativa, se você falar comigo com educação eu vou te responder à altura, mas se você vier apontar o dedo na minha cara e dizer que eu não posso “tal coisa”, minha filha, eu vou bater o pé e vou te dá-lhe uma cabeçada, depois a gente se resolve na delegacia. (...) Eu evito de pegar na mão, de demonstrar porque eu vejo os olhares, eu vejo os comentários, os incômodos das pessoas e isso me incomoda.

Então às vezes eu só quero passar despercebida, que é uma forma até de eu não sofrer sendo alvo de comentários...sendo alvo...sabe? de qualquer coisa. É chato. (Andrasta, 2023).

Andrasta buscou proteger-se devido às violências explícitas e veladas que sofreu durante a vida. Ela enxerga, por meio de suas vivências, que “se mostrar” e viver seus amores pode ser perigoso e acarretar transtornos. Se esconder, para Andrasta, é a única opção para se manter protegida.

A quarta interlocutora, Lilith, me relatou que se descobriu lésbica aos 16 anos:

Me entendi muito cedo, aos 16 anos, meus relacionamentos afetivo-sexuais sempre foram com mulheres, sempre. Fiquei com homens, aos 15/16 anos, mas não teve relação sexual, só beijo mesmo e logo vi que não era pra mim (risos) não gostei. (Lilith, 2023).

Lilith segue expondo que ainda tentou ficar com homens na adolescência, e se perguntava porque não sentia nada, sua sexualidade não aflorava como a das suas amigas da mesma idade e isso começou a lhe causar sofrimento psíquico. O sofrimento psíquico de Lilith está diretamente ligado à religião, conforme ela expôs em uma de nossas entrevistas.

Teve algo muito marcante na minha adolescência, que era as vezes que eu entrava nos templos religiosos. Eu aceitei Jesus não sei quantas vezes na minha vida (...), eu ia pra frente da igreja aceitar Jesus e pedia sempre a mesma coisa, na virada do ano eu pedia sempre a mesma coisa, eu não quero ser assim, eu quero ser como a maioria, eu me ajoelhava, orava, eu lembro que fiquei várias e várias vezes de joelho dobrado orando, pedindo pra ser curada porque o que era passado pra mim é que eu era doente, eu não queria pecar (...) até que chegou um ponto que eu falei “ah, se eu for pro inferno eu vou feliz!” (risos) Não quero saber, eu quero viver a minha vida, eu quero ser feliz! (Lilith, 2023).

Quando Lilith cita a religião, ela nos apresenta um viés que Foucault (2023) trabalha em suas obras, neste caso, a religião e a confissão como meio de controle dos corpos e dos indivíduos, como ele explana em seu texto:

(...) a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia e intervém

para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (Foucault, 2023, p. 60).

É por via da *scientia sexualis*, que, segundo o autor, a religião perpetuou seu controle como técnica para produzir a verdade sobre o sexo, através da confissão - atrelada ao discurso - e a interligação da sexualidade com a religião que este dispositivo foi instaurado e permanece como uma forma complexa de determinar o que seria correto ou não no sexo. Foucault (2023) conceitua *scientia sexualis* como:

(...) uma ciência feita de esquivas já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Era, também, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas. A pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigosos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias; no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie (Foucault, 2023, p. 25).

Ou seja, o autor introduz o conceito de *scientia sexualis* caracterizando-o como uma ciência fortemente subordinada aos ditames de uma moral específica. Sob o pretexto de busca da verdade, essa ciência instigava medos e temores caso os sujeitos transitassem fora do que a moral da época exigia. Comportamentos privados e tímidos eram julgados e os medos eram incutidos nas pessoas ao atribuir consequências negativas que se destinavam à atual geração e gerações futuras. Por fim, a *scientia sexualis* também serve como um instrumento de poder e controle social, assim como o *biopoder*. Essa abordagem não busca apenas entender a sexualidade, mas também moldar práticas sociais e individuais.

Este dispositivo que Michel Foucault destaca persiste resiliente até a contemporaneidade, se fortalecendo por meio da interseção entre a *scientia sexualis*, confissão e religião. Ao refletirmos sobre a narrativa de Lilith, observamos como a consideração da homossexualidade como perversão marginaliza indivíduos até os dias atuais, por conta de uma hierarquia moral onde a religião dita desde os primórdios

qual orientação sexual é correta, reforçando e moldando as estruturas sociais. A crença de Lilith, de que sua orientação sexual era disforme, se dá devido ao construto social em torno do que é a sexualidade aceitável e o que é considerado sodomia e perversão. Homossexualidade era considerada perversão e moralmente condenável.

No que diz respeito à “saída do armário” de Ártemis, ela chegou a me relatar que namorou “de porta” com dois rapazes, mas que não se relacionou sexualmente com eles e que esses relacionamentos influenciaram na aceitação de sua mãe, como ela explica:

- Nem sempre minha mãe aceitou a minha sexualidade. Ela demorou. Ela imaginou que fosse uma fase.
- Tu te lembras como foi?
- Eu tinha 16 anos. (Risos) Incrível, não é? Sempre nessa idade. Aí eu contei para ela. Mamãe, eu sou lésbica e tal, e aí ela me perguntou. “Mas minha filha, você namorou” é, eu namorei, mas eu não fiz nada, só namorei, só namoro de porta de casa. Ele vinha, a gente se beijava. E aí ele ia pra casa dele.

Fomos mais fundo e perguntei se ela achava que esses relacionamentos que teve com homens tinham premissa em alguma cobrança social em relação à sexualidade compulsória, como foi comum com a outra interlocutora, Gaia. Ártemis apenas me respondeu que suas relações com homens tinham mais a ver com sentimentalismo, e não pelo fato de serem homens.

Esse sentimentalismo que Ártemis cita pode estar ancorado nas emoções e conexões afetivas que compartilhou com esses rapazes durante seus relacionamentos. A ausência de relação sexual sugere que a natureza desses relacionamentos era mais emocional do que física. Com essa fala de Ártemis, percebo o quanto ela valorizava relações emocionais e afetivas. É importante reiterar que a orientação sexual de uma pessoa não é definida exclusivamente por experiências passadas, a sexualidade é um emaranhado complexo da identidade humana, e o fato de uma mulher lésbica ter se envolvido com homens em alguma parte de sua vida não invalida sua orientação sexual. Além de Ártemis, nesta pesquisa destaco Gaia e porque não, eu mesma, que assim como muitas mulheres lésbicas me mantive durante anos presa à heterossexualidade compulsória.

1.3 Abordagens interseccionais na pesquisa de gênero e violências

Ainda assim eu me levanto

*Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.*

*Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.*

*Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.*

*Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?*

*Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.*

*Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.*

*Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Por que eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?*

*Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto*

*De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.*

*Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.*

Maya Angelou⁴, 1978.

Audre Lorde diz “não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas” (Lorde, 2019, p.98). O que seria uma mulher livre? Que prisão é essa? Que correntes entrelaçam a vida dessa mulher? São perguntas que trazem em suas entrelinhas respostas. Para mim, os pressupostos descritos estão elencados com a prisão do racismo, do machismo e do sexismo, prisão que envolve dispositivos de poder que se interseccionam entre si em corpos femininos, e tece o que chamamos de “marcadores de diferença”. É nesse íterim que adentrarei no foco do tópico a seguir.

O objetivo dessa tônica é pensar gênero e violências por meio de uma perspectiva interseccional que se mostra relevante nesses estudos. Considero que suscitar essa discussão perpassa pela questão do gênero e da raça das protagonistas dessa pesquisa.

Em minha qualificação, fui questionada pela banca se não estaria “perdida” neste capítulo. Então, decidi me questionar: Por que falar sobre violências contra

⁴ Poesia de Maya Angelou, escrita em 1978. Mulher preta, poetisa, feminista, dançarina, cantora, atriz, professora e ativista. Sua primeira obra foi publicada em 1969, intitulada “I Know Why The Caged Bird Sing” (Eu sei porque o pássaro canta na gaiola. Nesta obra a autora retrata como foi viver uma infância traumática sendo uma menina negra, passando pelo racismo e estupro sofrido aos 8 anos de idade pelo então namorado de sua mãe. Maya faleceu em 28 de Maio de 2014, deixando um legado gigante em torno de suas palavras e militância.

mulheres lésbicas a partir de uma abordagem interseccional? Permitam-me esboçar uma resposta por meio de uma citação da autora Fátima Lima:

As violências sofridas por lésbicas negras e racializadas em contextos ao Sul ainda são muito pouco visibilizadas, discutidas e enfrentadas. Marcadas pelo silêncio e pela dor, suas histórias são atravessadas por diferentes formas de violências que vão desde as práticas discursivas injuriosas ao estupro corretivo, espancamentos e assassinatos. No movimento LGBTT brasileiro, por exemplo, as mulheres lésbicas sempre denunciaram seu apagamento. Com isso, quando a questão racial passa a ser a espinha dorsal em diferentes situações de opressões e violências na comunidade LGBTT, torna-se evidente que esse movimento ainda é (apesar dos avanços nos debates identitários) hegemonicamente branco, com elementos misóginos, sexistas e, conseqüentemente, também racistas e pouco implicado com a urgente agenda racial - ponta de lança nas questões sociais vivenciadas no Brasil nas últimas décadas (Lima, 2018, p.68).

Pressupostos aqui descritos me levam à constatação de que se deve pesquisar e falar sobre violências contra mulheres negras e lésbicas no Brasil sob um ponto de vista do cruzamento entre as formas de opressão, sendo primordial no que concerne à discussão presente nesta pesquisa. Carneiro (2003, p.122) também expõe facetas da violência contra mulheres negras:

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos vem despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais (Carneiro, 2003, p.122).

A autora faz uma breve síntese que baliza minha discussão ao afirmar que mulheres enfrentam as formas tradicionais de violência cotidianamente - tanto doméstica quanto sexual -, no entanto mulheres negras enfrentam violências

adicionais se comparadas às mulheres brancas, tais agressões encontram-se relacionadas à construção de imagem e representação. Essa passagem se refere a uma interligação da violência com a hegemonia da branquitude e afeta mulheres racializadas de modo subjetivo, impactando sua autoestima, privando-as de relações amorosas, afetando-as no mercado de trabalho e na vida social.

Este capítulo busca, portanto, expor e, conseqüentemente, contrariar tentativas de apagamento, silenciamento e segregação de mulheres lésbicas racializadas, e, é por meio da interseccionalidade que esse entendimento se balizará.

Kimberlé Crenshaw (2014) foi a pioneira no mundo a utilizar o termo interseccionalidade ao afirmar que raça, gênero e classe entrelaçam-se e sobrepõem-se para criar, assim, formas de opressão. A autora destaca a importância do reconhecimento dessa interconexão para que se possa lutar contra o sistema de opressão instituído pelos dispositivos de poder da sociedade. Ela enfatiza a relevância da interseccionalidade, pois é somente através dela que pessoas consideradas à margem da sociedade, minorias e sujeitos marginalizados serão incluídos no conceito de sociedade e terão suas idiossincrasias reconhecidas.

Segundo Patrícia Hill Collins, o conceito de interseccionalidade é um termo amplamente difundido entre diversas categorias profissionais, políticas e em meio a militância. A autora define interseccionalidade da seguinte forma:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2020, p. 16).

Em outras palavras, a interseccionalidade é compreendida por meio da investigação de como as formas de opressão estão interconectadas considerando as relações de poder. É por meio do reconhecimento das múltiplas identidades dos indivíduos que a interseccionalidade se sustenta e aborda o reconhecimento de que essas identidades podem se entrelaçar e influenciar-se mutuamente, criando

situações de opressão ou de privilégio. Vê-se, então, a importância da interseccionalidade enquanto uma metodologia que nos permite perceber as multifaces da violência e opressão, não de forma negativa, mas com o intuito de demonstrar como as chamadas “minorias” estão suscetíveis a vivenciar diversas violências no cotidiano. Trago o exemplo das mulheres negras que enfrentam diversas discriminações que se interseccionam entre si, como é o caso do racismo e sexismo.

A partir da abordagem interseccional percebo como o racismo e o sexismo, ao se entrelaçarem, reforçam e perpetuam tipos de violência contra mulheres. Em sua obra *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo* (2019), hooks explica que as lutas para acabar com o racismo e o sexismo estão diretamente interligadas e que separá-las seria negar o básico da nossa existência, pois raça e sexo são facetas imutáveis da identidade humana. Essa conexão se dá porque ambas as formas de opressão se interligam e operam em conjunto com um objetivo: marginalizar e oprimir mulheres negras e racializadas.

É por meio das vivências dessas mulheres que hooks evidencia como mulheres negras — por experimentar a intersecção entre raça, gênero e classe — sofrem diversas discriminações, diferente de mulheres brancas. Eu teceria os seguintes comentários: de que forma mulheres negras podem sofrer diferentes tipos de violências quando comparadas a mulheres brancas? Trago como resposta a abordagem interseccional como forma de compreender as vivências desses indivíduos.

Mulheres negras ou racializadas têm mais chance de sofrer violência do que mulheres brancas. Como cita Piedade (2017), em 10 anos (2005-2015) o índice de homicídios de não pretas caiu 7,4%, já entre as pretas subiu 22%. No Brasil, nesse período, 65,3% dos assassinatos de mulheres foram de mulheres pretas. hooks (2019) aborda que enquanto mulheres brancas sofrem com o sexismo, mulheres negras têm que lutar contra o combo sexismo+racismo, e quando são negras e pobres, precisam lutar contra o combo racismo+sexismo+preconceito por classe.

Ártemis, mulher preta e lésbica se enquadra no que acabamos de discutir. Em nosso primeiro encontro, me confidenciou que, durante sua infância, foi estuprada 12 vezes. Lembro-me de ficar em silêncio por alguns segundos, sem saber o que dizer,

estava inerte ali. Foi impactante demais porque, de algum modo, minhas vivências como mulher negra também são parecidas. Nesses poucos segundos, notou como fiquei e decidi prosseguir com o relato, e dividimos o seguinte diálogo:

- Sofri assédio recentemente no trabalho. Assédio sexual. Anda me conflitando demais. Por quê? Não foi feito nada a respeito. E acredito que não vão fazer. Porque assim como às vezes, os que sofrem abuso sexual. Nada é feito, apesar de eu ter falado, demorei para falar, mas falei.

- Foi alguém da sua família?

- Também.

- Então, foi mais de uma pessoa?

- Foram 13 vezes. Foram 13 pessoas. (Risos) 12 só na minha infância.

- Na infância, até que idade?

- A partir dos 6 anos. Até os 21, mas antes disso, foram dos 6 até os 8, 9 anos de idade.

Nesse instante, o nosso desejo é abraçar e dizer “você não está sozinha”. De fato, não está, mas em muitos momentos, arrisco dizer que na maioria deles, mulheres negras estão no limbo do esquecimento da sociedade. Como bell hooks (2021) expôs a mulher preta e negra vivencia diversos tipos de violências tanto no corpo quanto na alma e no espírito, e é se alimentando do rancor que muitas de nós vivemos e, mais que isso, sobrevivemos após cada evento traumático, cada violação, sentindo a dor que rasga, dilacera e nos revitimiza a cada memória. Nossa dor, contudo, não é a mesma de uma mulher branca, por quê? Por que o nosso corpo tem que ser educado para servir ao homem branco?

Ártemis disse-me que todos os estupros que sofreu foram praticados por homens brancos. Pode-se enxergar isso como uma coincidência? Ou as mulheres pretas são mesmo sedutoras sexuais incansáveis? Mas desde a infância? Ela é “quente, mulata exportação, da cor do pecado”. A nossa dor é real, então por que estamos na base de uma pirâmide onde os homens brancos estão no topo? Os discursos feministas nos impõem a “sororidade” com a finalidade de trazer a ideia de irmandade entre mulheres, independente de raça, classe social, religião, etc.

Pergunto-me se, como mulheres negras e pretas, a sororidade abarca realmente nossas idiossincrasias? Segundo Kilomba,

O termo fala de uma universalidade entre mulheres. Elas conceituam mulheres como um grupo coletivo, genderizado e oprimido em uma sociedade patriarcal. O termo “sororidade” supõe a crença em uma conexão familiar entre todas as mulheres do mundo – as irmãs (*Sisterhood*) – e um desejo por uma cumplicidade entre mulheres dentro de um mundo dominado por homens. Quando contextualizada, essa ideia pode parecer bastante poderosa; quando não, ela permanece uma presunção falsa e simplista que negligencia a história da escravização, do colonialismo e do racismo nos quais mulheres brancas têm recebido sua parcela de poder branco masculino em relação tanto a mulheres negras quanto a homens negros (Kilomba, 2020, p. 101).

Piedade (2017) afirma que um dos problemas do feminismo foi pensar o movimento como um projeto único voltado para a mulher branca, ocidental, de classe média e instruída. hooks (2019) conversa com as autoras quando elucida que, desde o início de seu envolvimento com os movimentos das mulheres, ficou perturbada pela insistência das liberacionistas brancas de que raça e sexo eram duas questões separadas, ou seja, têm-se a partir dessas premissas das autoras a ideia de que o feminismo iniciou branco e permanece branco. Esse é o motivo de Vilma Piedade (2017) ter criado o termo “dororidade” para se contrapor à sororidade, pois o que as feministas brancas chamam de sororidade não inclui as mulheres negras e pretas com suas dores e particularidades, não inclui o racismo que vivenciamos durante a vida e constantemente dissocia o gênero da raça, como se a violência de gênero pudesse ser pior que o racismo, excluindo, dessa forma, todo o campo apolítico que envolve a violência conjunta gênero-racismo.

O termo dororidade não nasce com cunho simplesmente simbólico, é, no entanto, uma categoria forjada no interior da sociedade patriarcal e racista. Conforme Piedade:

Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. Contudo, quando se trata de nós, mulheres pretas, têm um agravo nessa dor. A pele preta os marca na escala inferior da sociedade. E a carne preta continua sendo a mais barata do mercado. A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude (Piedade, 2017, p. 17)

É somente a partir desse conceito que chego à conclusão de que gênero, raça e classe andam de mãos dadas quando o discurso envolve mulheres racializadas, como a dororidade está presente na história desses sujeitos.

Esboço, por meio dessas afirmações, como a interseccionalidade é mais que uma teoria e/ou abordagem metodológica, refere-se a uma luta política, pois o debate se alastra para além das práxis social. A interseccionalidade demonstra como lutas políticas têm a força e a capacidade de movimentar as mentes de forma infatigável.

1.4 Da margem ao centro: Reflexões sobre racismo, sexismo e identidade na vida de mulheres negras e lésbicas

Esses movimentos atravessam as mulheres negras, periféricas, *mestizas*. É mister frisar, nesta pesquisa, o que observa Anzaldúa (2005) quando cita *la mestiza* e discorre acerca da posição das mulheres em sociedade, especificamente das mulheres mestiças, negras, indígenas, periféricas e as mulheres que vivem na “fronteira” em uma área de cruzamento de culturas e idiomas. De forma prodigiosa, acrescenta como essa posição de fronteira pode ser entendida como algo paradoxal, tanto como uma forma de riqueza como uma fonte de conflito e marginalização.

É por meio da magnanimidade da autora que destaco como as mulheres negras, *mestizas*, enfrentam a rejeição e a discriminação de povos dominantes, nesse caso, cito os grupos de pessoas brancas. Conforme a autora:

A cultura branca dominante está nos matando devagar com sua ignorância. Ao nos destituir de qualquer autodeterminação, deixou-nos fracassos e vazias/os. Como um povo temos resistido e ocupado posições cômodas, mas nunca nos foi permitido desenvolver-nos sem restrições - nunca nos foi permitido sermos nós mesmas/os completamente. Os brancos no poder querem que nós, povos de cor, construamos barricadas atrás dos muros separados de nossas tribos, de maneira que possam nos apanhar um de cada vez com suas armas escondidas; de maneira que possam cair e distorcer a história. A ignorância divide as pessoas, cria preconceitos. Um povo mal informado é um povo subjugado (Anzaldúa, 2005, p. 713).

Segundo a autora, a mulher *mestiza* está imersa nas matizes da cor branca, em um local sem fala, sem cultura, sem possibilidade de desenvolvimento, restringidas

de suas identidades, para que se adequem à cultura dos brancos. A teia que envolve essa afirmação de Anzaldúa (2005) está exposta na história e na contemporaneidade, ao trazer a público como *la mestiza* é impedida de se desenvolver por meio de sua própria cultura.

Enxergo isso como um apagamento que mulheres sofrem e, para mim, o exemplo mais pertinente se enquadra em como mulheres negras foram condicionadas a se odiarem. Os exemplos são diversos, entre eles destaco a cultura do cabelo liso, ou alisado, porque mulheres brancas têm predominantemente cabelos lisos, certamente ter qualquer característica que fizesse referência às pessoas negras era considerado feio, principalmente relacionada a aparência do indivíduo.

Trago mais uma vez um trecho da entrevista que fiz com Ártemis, enquanto me contava como foi a sua infância na escola. Construimos o seguinte diálogo:

- Na escola eu sempre fui excluída. Sempre bagunçaram comigo. Sempre tinha um para me perseguir, encher o saco. Me chamavam de gorda, preta feia (gargalha) cabelo de bombril. Acho que toda criança preta do cabelo ruim, pixaim ou que for sofreu isso.

- Cabelo crespo?

- É, crespo. Mas é difícil a gente chegar nessa palavra de chamar crespo. A gente chama as palavras que a gente conhece mais e por qual fomos chamadas. (Ártemis, 2023).

Grada Kilomba, em sua obra *Memórias da Plantação* (2020), explica que, no racismo, o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter. Ártemis confirmou a fala da autora quando agregou a si mesma termos pejorativos e racistas, palavras que ela inevitavelmente habituou-se a ouvir na infância e hoje, aos 30 anos, ainda reproduz - para si - com muita naturalidade. Mesmo se reconhecendo como mulher preta, têm-se por meio da fala da interlocutora a característica crucial que resiste entre muitas mulheres negras, a identidade apagada.

Essas vivências me atravessam, pois nasci preta, segundo a minha falecida bisavó “quase azul”, sou filha de uma mulher branca com um homem preto, na época adolescentes. Recordo-me que, na minha infância, sempre dialogava com a minha bisavó sobre a minha cor, queria ser branca, sempre que mencionava isso ela me

abraçava e dizia baixinho "eu só te escolhi porque você era pretinha, igual a mim". Minha avó utilizava o termo "escolher" porque no meu segundo mês de nascida minha mãe resolveu me dar "para criar". Não a culpo, não transformo minha mãe em algoz, ela tinha apenas 17 anos e hoje, na minha vida adulta, enxergo que ser criada por uma mulher tão forte como minha bisavó me moldou para ser independente e determinada. Minha bisavó era uma mulher negra, a conheci católica, mas suas raízes vinham das religiões de matriz africana. Foi através dela que conheci a força de uma mulher preta e periférica. E, apesar do mundo me apavorar, ela sempre estava lá para segurar a minha mão. Não quero ser piegas, mas escrever sobre ela ainda me faz chorar.

Para mim, que sou mulher negra, vivenciar as diversas formas de racismo durante a vida me levaram ao desejo de ser branca. Fui bombardeada na infância por referências de mulheres brancas e em como "somente elas eram bonitas", sobre como você só seria amada se fosse branca, magra e alta. Das diversas memórias de infância duas me marcaram muito, em uma delas ouvi da minha mãe, uma mulher branca, que "branco correndo é atleta e preto correndo é ladrão".

Kilomba (2020) explana que piadas racistas têm a função sádica de provocar prazer a partir da dor infligida e da humilhação do outro racial, dando-lhe dessa forma, um senso de perda em relação ao sujeito branco, ou seja, o sujeito negro perde seu senso de previsibilidade e segurança. Essa perda, por um lado, assegura a supremacia branca. Na época eu tinha apenas 8 anos, mas nunca esqueci. Quem seria eu então? Uma ladra? Uma pessoa sem valor? Porque nasci negra? Eu estava construindo um ódio desnecessário contra mim. As piadas racistas que ouvi durante a infância reforçaram a superioridade branca e a ideia de que pessoas negras deveriam permanecer em posições subordinadas. (Kilomba, 2020).

Por anos odiei meu corpo, a cor dos meus lábios, a textura do meu cabelo. Desde a adolescência, vivenciei situações de racismo nos meus relacionamentos afetivos sexuais, na família e até entre colegas de escola. Para muitas mulheres negras, a época do ensino médio é a pior, é o período que você tenta se enquadrar no considerado aceitável, mas é rechaçada por ser negra e, ao expor que é pobre, o preconceito é ainda maior.

Alisar o meu cabelo, pintar de loiro, referir-se a mim como uma mulher morena clara, para não dizer negra, era comum, eu vivia no limbo, segundo os brancos, de ser muito clara para ser negra e muito escura para ser branca. E, durante mais de 20 anos, me neguei a aceitar que era uma mulher negra.

Me perguntava se, sendo negra, eu seria amada, minha resposta era sempre não; me odiava, queria ser branca como as minhas irmãs para não vivenciar metade do que eu vivia, para conseguir me relacionar e não ser somente a “jezebel” como cita bell hooks (2019).

Essas vivências retratam o caminho que Glória Anzaldúa (2005) cita sobre o impedimento de sermos nós mesmas e sobre as barricadas construídas para que mantivéssemos distância dos brancos, mas ainda assim, eles tivessem poder sobre nós e acesso ao nosso espaço, nosso corpo e nossa cultura. É exatamente este o ponto da autora: sobre força e resistência e, para mim, resiliência, também.

Esse poder que a autora cita sobre o corpo das mulheres negras é histórico, também está enraizado em questões sociais e culturais. Historicamente, mulheres negras carregaram o fardo mais pesado entre os oprimidos, pessoas brancas criaram uma hierarquia social baseada em raça e sexo que coloca homens brancos em primeiro lugar, mulheres brancas em segundo, homens negros em terceiro e as mulheres negras em último lugar (hooks, 2019). Através do colonialismo e da escravidão mulheres negras foram submetidas a diversos tipos de violências, resultando na desumanização dessas sujeitas. Essa animalização da figura feminina resultou ainda na perpetuação da inferiorização das mulheres negras.

Um dos processos que atesta essa afirmação é a posição das mulheres negras em sociedade, vistas como sem valor desde a escravização. A imagem construída deu aval a homens brancos e negros para cometerem estupros e normalizar a violação de corpos negros. hooks destaca que:

Um motivo importante para que o estupro de mulheres negras jamais ter recebido a pouca atenção que o estupro de mulheres brancas recebe é o fato de o público branco sempre ter visto mulheres negras como permissivas em relação ao sexo, como disponíveis e ansiosas para receber violações sexuais de quaisquer homens, negros ou brancos. A designação de todas as mulheres negras como depravadas, imorais e sexualmente desinibidas surgiu no sistema da

escavidão. Mulheres e homens brancos justificaram a exploração sexual de mulheres negras escravizadas argumentando que elas iniciavam o envolvimento sexual com homens. Desse pensamento, emergiu o estereótipo de mulheres negras como selvagens sexuais e, em termos sexistas, uma selvagem sexual não humana (hooks, 2021, p. 93).

Esta passagem da obra da ativista norte-americana destaca a interseção entre o racismo e o sexismo, em como mulheres negras vivenciam as violências sexuais, o poder sobre o corpo dessas mulheres e como esses estereótipos permanecem na contemporaneidade e impactam diretamente a vida de crianças e mulheres racializadas. Um exemplo de poder e estereótipo são os casos de estupro que Ártemis sofreu durante a infância, ao todo 12 episódios de abuso sexual, como dito anteriormente e, cabe reiterar, todos cometidos por homens brancos. Ela relatou:

Será que o fator para todos os abusos sexuais que eu sofri na infância foi pela questão de eu ser preta? Porque assim...eu era a única ali. Eu era a única menina preta. Teve uma coisa que eu não te falei, mas todos os homens que me tocaram eram brancos. Tinha um cara na locadora quando eu vim morar em Manaus, eu saía com os meus primos e a gente ia todo dia de manhã pra locadora ver filme. Era um casebre de madeira na terra, e todo dia que eu ia brincar. O dono do local, que era branco do cabelo claro, me chamava para ver jogos. Eu era a única menina preta. Eu tinha 7 anos. Ele me chamava para ver os jogos que ele tinha. Só que ele passava a mão em mim e me tocava, me pegava, tirava minha roupa, e eu vendo os jogos. Ele fazendo tudo isso, eu vendo jogos. Porque eu só via os jogos e não fazia nada? Eu não sei. (Ártemis, 2023).

A narrativa de Ártemis destaca não apenas o abuso físico, mas questões de raça e poder, sendo que o auto-questionamento acerca das próprias ações em situações traumáticas é comum em sobreviventes de abusos. Em nossos diálogos, Andrasta também se questionou diversas vezes se era culpada pelos estupros e pelos abusos em relacionamentos que sofreu durante a vida, mas diferentemente de Andrasta, Ártemis nos escancara uma questão de raça.

Nesse sentido, articulada com Lima (2018) destaco como lésbicas negras têm seu corpo-subjetificação atravessado, entre outros, por três eixos de opressão que atuam entre si com muita força: raça, gênero e sexualidade; marcando assim uma tripla opressão que, ao ser coadunada com outros marcadores como classe, geração, território, entre outros, intensifica os processos de exclusão. Esse é o motivo da

violência entre mulheres brancas lésbicas e mulheres racializadas lésbicas serem diferentes. A autora aborda a síntese de que grupos marcados por determinados atravessamentos os deixa mais expostos a vulnerabilidades, como as mulheres lésbicas racializadas pobres, moradoras de favelas, comunidades e periferias são as mais suscetíveis a vivenciar tais agressões.

Melo (2016) explica que, para além do racismo, as mulheres negras e lésbicas também sofrem por não “cumprir” seu papel original e esperado, pois deixa de ser objeto de prazer masculino quando se recusa a ficar com um homem para exercer a prática do desejo com outra mulher, contrapondo-se à “mulata”. Em outras palavras, pode-se afirmar que mulheres lésbicas negras são vozes consideradas subalternas, marcadas pelo estigma.

A imagem da “mulata apetitosa” da sociedade escravocrata permanece intacta até a contemporaneidade. A mulher negra passa a ser a mulher “comível”, diferente da mulher “para casar” - branca - e seu corpo é lugar de prazer do masculino, retratada sempre como receptiva, amorosa e passional para os homens brancos, além de permitir que as domine, verticalmente e horizontalmente nas relações sociais (Melo, 2016).

As narrativas aqui apresentadas elucidam, de forma clara e objetiva, as citações das autoras estudadas quando abordam todos os tipos de abusos que foram cometidas. Perseguição, invisibilização e preconceito são alguns dos fardos que mulheres negras e lésbicas têm que carregar, considerando principalmente a construção social, chegando ao ponto de que esse cenário não pode ser abnegado.

2 – A CICATRIZ NÃO É INVISÍVEL: EXPLORANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES LÉSBICAS

Derrotas afetivas

Se eu pudesse não repetir os erros de outrora e prever como seria o futuro eu me bastaria. Me contentaria com o básico pois profundidade traz sofrimento.

Às vezes tudo que se quer é alguém para partilhar uma vida e uma história, mas o entorno pesa ao ponto de despertar vilandade.

Se você consegue blindar seu relacionamento, preservando a integridade dele com discrição, está no caminho certo. O ruim é ter que viver num campo que foi minado e, soterradas pela convivência, essas minas explodem. A qualquer momento tudo pode ruir.

E tudo o que você havia planejado para si (e com o outro) se autodestrói em frações de segundos. Pesar, dor, frustração, passam a ser seu alicerce a partir daquele ponto. Não existe como remediar. Não existe como reconstruir quando se está destruído. Após uma guerra resta o caos e os sobreviventes necessitam se refazer diante disso.

Eu já estive diante do caos. Eu sou sobrevivente. E eu irei sobreviver não importa quantas batalhas eu enfrente. Trago no peito as cicatrizes e marcas de batalhas sangrentas. Agora, estou ruída, amargurada, frustrada. Mas irei reconstruir meu Forte inabalável e com estruturas reforçadas que me amparem cada vez que uma avalanche de horror tentar me devastar.

Eu não vou abaixar a cabeça ainda que as lágrimas insistiam em cair, pois eu sei que elas secarão.

A dor não mata. Apenas fortalece ainda que nos adoeça bastante. No fim, será só mais uma frustração pro meu hall de decepções.

Paula Palmeira⁵, 2023.

⁵ Paula Palmeira é uma filósofa amazonense, mulher lésbica, jornalista, mestranda em Antropologia Social, pesquisadora, poeta, escreve crônicas, recortes da vida e poesias que retratam os sabores das relações entre mulheres.

2.1 Gênero e poder: Historicidade e perspectivas

No contexto brasileiro, o movimento homossexual surgiu nos últimos anos da década de 1970, por meio de uma mobilização multidimensional protagonizada por indivíduos LGBTQIA+. Estes buscaram, através das reivindicações, o reconhecimento de seus direitos fundamentais, incluindo a prerrogativa de se manifestar e se apresentar à sociedade sem restrições.

Regina Facchini (2005) expõe que tais organizações tiveram influência direta pelo movimento internacional de gays e lésbicas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Internacionalmente, a revolta de Stonewall, ocorrida no bar de mesmo nome, na cidade de Nova York, nos dias 27 e 28 de junho de 1969, foi um marco. Enfatizar esse episódio é de suma importância no meu trabalho, pois foi a centelha fundante dos movimentos de gays e lésbicas no mundo. No Brasil, ele repercutiu de forma positiva, pois por meio dessas reivindicações os movimentos LGBTQIA+ ganharam força, notoriedade e surgiram como a gênese dos estudos de gênero.

Do ponto de vista de Grossi (1998), os movimentos feministas e LGBTQIA+ foram os precursores dos estudos acerca de gênero no Brasil, porque a partir de lutas sociais buscou-se a quebra de paradigmas que norteavam a sociedade, como o de que as mulheres teriam que ser submissas aos homens, ou viver em função da maternidade e do casamento.

É notório que a questão de gênero, de acordo com Grossi (1998), está diretamente ligada ao feminino, porém gênero não se restringe somente ao que diz respeito às mulheres. Reduzir gênero ao sujeito feminino é fomentar a binaridade de gêneros e desconsiderar, por exemplo, as relações intragênero. Penso que gênero tem uma abrangência gigantesca, surge como uma “rejeição” à condição de que sexo é um determinante biológico em uma pessoa. Grossi ainda elucida que “[...] em linhas gerais, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (Grossi, 1998, p.5).

A autora explica que o termo gênero é um discurso acerca das diferenças entre os sexos, em outras palavras, tudo o que está atrelado às práticas cotidianas do

indivíduo, sua construção sócia histórica e cultural do que é ser homem ou mulher determina como o sujeito vai viver em sociedade.

Já Scott (1995) elucida como os papéis de gênero agem como um dispositivo de poder, em volta de mulheres principalmente. Têm-se uma conjuntura recém estabelecida pela sociedade em questão, que controla mulheres e suas formas de agir e pensar através de dispositivos de controle, como por exemplo a mudança de nome. Como cita Mariza Corrêa, a partir do casamento mulheres perdem seus sobrenomes de nascença e adotam os do marido. Por que não ao contrário? Nitidamente, a mudança de sobrenome age como um reforço de que as mulheres são propriedade do masculino, por isso o apagamento da identidade, o que ainda se encaixa no que elucida Scott:

A teorização do gênero, entretanto, é desenvolvida em minha segunda proposição: o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (Scott, 1995, p.88).

Parto do princípio de que gênero age como um regulador, no caso das mulheres de forma mais acentuada, isso porque mulheres foram condicionadas a subserviência aos homens, o gênero dominante. Desse modo, seu comportamento seria moldado ao que eles quisessem, como uma forma de poder sobre o outro, rechaçando-se a figura feminina como um sujeito não legítimo e incapaz como indivíduo.

Fazendo referência a minha pesquisa, posso afirmar que tais circunstâncias afetam diretamente a vida de mulheres, independentemente de sua orientação sexual. O apagamento de suas vozes diante da sua própria sexualidade é apenas uma das consequências do ostracismo que algumas identidades de gênero e identidades sexuais sofrem constantemente. Ainda acerca do gênero, Butler explana que:

Gênero não é exatamente o que se “é” nem é precisamente o que se “tem”. Gênero é o dispositivo pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem junto às formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume. Pressupor que gênero signifique sempre e apenas a matriz do “masculino” e “feminino” é justamente perder o ponto crítico de que a produção desse binarismo coeso é contingente, tem um custo, e

aquelas permutações de gênero que não se encaixam no binarismo são tanto uma parte do gênero como sua instância mais normativa (Butler, 2022, p. 7).

A autora argumenta que o binarismo “feminino” e “masculino” esgota o campo semântico do gênero e é a partir da desconstrução dessa performance “padrão” social que se busca o reconhecimento de outras identidades de gênero.

A cultura ocidental construiu, ao longo dos séculos, papéis de gênero que homens e mulheres deveriam seguir na vida privada, por meio de comportamentos, vestimentas e modo de se portar, é o que Judith Butler (2022) chama de “performatividades de gênero”. Enquanto homens são ensinados desde a infância a demonstrar um comportamento mais sério e nitidamente superior às mulheres em muitas situações beirando a misoginia, as mulheres passam pelo processo contrário, onde a fragilidade, a delicadeza e a pureza são fatores determinantes para se enquadrar nas concepções de gênero ocidentais.

Exatamente como delineia Swain:

(...) a educação, os valores morais e a repressão que moldam o sexo biológico à imagem do masculino e do feminino, “menino não chora”, “menina não demonstra força”, “menino é corajoso”, “menina é retraída”, “menino é agressivo”, “menina é tímida”: frases que todos já ouviram ou sentiram na própria pele (Swain, 2004, p.14).

Segundo a autora, as normas de gênero são mantenedoras da própria heterossexualidade, pois são os construtos de gênero que criam a heterossexualidade como norma e a homossexualidade como desvio. Penso que os construtos sociais de gênero são determinados ainda na infância, alguns perpassam por gerações, outros são diluídos e metamorfoseados.

Na infância, meninas são condicionadas a buscar “o príncipe encantado” na vida adulta, e convencidas de que somente um casamento e filhos as tornará realizadas. De acordo com Swain (2004), essa socialização das crianças é um processo de formação de pequenas fêmeas e machos ensinados, desde o nascimento, que cada sexo tem seu lugar e seus limites, suas preferências corretas e seu caminho definido.

Recordo-me da minha infância. Fui criada no seio de mulheres fortes e trabalhadoras, que se deslocaram para Manaus em busca de melhorias para si e para seus filhos, ainda assim, mulheres que buscavam no casamento algo que para elas faltava para serem felizes. Era comum ouvir que ter filhos seria o maior prazer do mundo e uma mulher só se tornaria mulher ao ser mãe. Ou seja, para que eu fosse um indivíduo aceito em sociedade, sendo mulher, precisava ser mãe e seguir os “protocolos” de gênero.

Nesse caso, o gênero age como uma norma regulatória (Butler, 2022). A autora sustenta que essas normas se produzem a serviço de outros tipos de regulação, por exemplo, os códigos de subversão das mulheres sob os homens no matrimônio. A subordinação das mulheres está intrinsecamente ligada às normas de gênero, essa regulação implícita age através de uma estrutura hierárquica entre os gêneros binários.

Faz-se necessário definirmos o que seria orientação sexual. Segundo Butler (2020), a orientação sexual não é algo inato e imutável, mas um construto social e cultural. A autora contesta que a heterossexualidade é o centro das sexualidades e defende que as orientações sexuais são moldadas culturalmente pela história e política de cada sociedade. O que foge do culturalmente “aceito” se enquadra no chamado orientações sexuais dissidentes. Em outras palavras, a autora argumenta que a forma como as pessoas vivenciam e expressam suas sexualidades não é determinada biologicamente, mas influenciada por fatores sociais e culturais.

A partir dessa premissa, Butler (2020) desafia a noção convencional de uma sociedade heterocentrada e expõe que a heterossexualidade não nasce com o indivíduo, ou seja, não é “natural”, ou “normal”. Por fim, a autora aborda noções tradicionais e binárias de orientação sexual e compreende a sexualidade como um fenômeno complexo, multifacetado e sujeito a influências sociais.

Neste ínterim, a lesbianidade se enquadra no considerado “desviado”, porque foge do padrão estabelecido e é vista como uma sexualidade transgressora e subversiva no meio da orientação sexual dominante: a heterossexualidade.

É neste bojo de “desvio” e fuga de padrão que reside a singularidade de Monique Wittig (2022) quando a autora diz que “lésbicas não são mulheres”, como ela articula:

Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias do sexo (homem e mulher), porque o sujeito em questão (lésbica) *não* é uma mulher, seja em termos econômicos, seja em termos políticos ou ideológicos. Pois o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão, uma obrigação que implica obrigação pessoal e física, assim como obrigação econômica (“residência forçada”, corveia doméstica, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos, etc), uma relação das quais as lésbicas fogem pela recusa de se tornarem ou permanecerem heterossexuais. Somos foragidas de nossa classe da mesma forma que os escravos fugidos norte-americanos quando escapavam da escravidão e se tornavam livres (Wittig, 2022, p.54).

Wittig (2022) bate de frente com o pensamento heteronormativo ao inserir as mulheres lésbicas em sua própria categoria, retirando-as dessa rede de submissão ao masculino, colocando-as no lugar de protagonistas, e não subservientes. Quando a autora diz que lésbicas não são mulheres, ela engloba diversas questões como a dependência econômica, social e reprodutiva. E coloca a lesbianidade como mais que uma orientação sexual, como um desafio às leis heterocentradas ao se relacionar afetivo-sexualmente com outras mulheres.

Concordo com a autora, pois a lesbianidade ultrapassa a teoria de apenas se enquadrar em uma orientação sexual, ela está inserida em um contexto político de resistência e inquietação ao que a sociedade impõe às mulheres. Swain (1999) segue explorando o ponto ao afirmar que o lesbianismo⁶ aparece no movimento feminista como a radicalização extrema na recusa de um mundo patriarcal. A autora rechaça a lesbianidade como categoria e expõe que ser lésbica não pode ser um definidor de identidade. Para a autora, a necessidade de traduzir as sexualidades se enquadra nas exigências da sociedade em que cada indivíduo precisa estar adequado a uma moldura binária.

⁶ Inserir esta palavra pois a autora a utiliza em todo o seu texto, no entanto, acho pertinente deixar uma nota esclarecendo que no dia 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da Classificação estatística de doenças e problemas relacionados à saúde, o CID. O termo “ismo” não é mais utilizado pois remete à doença. O correto é Lesbianidade.

“Diga-me teu sexo e eu te direi teu gênero”, frase de Tania Navarro, que em sua obra *O que é Lesbianismo* (2004) define que as representações sociais e até imagens que nos são transmitidas engendram os gêneros binários na sociedade. A autora explica:

(...) no caso do Ocidente, criou-se todo um discurso filosófico-religioso para justificar a divisão dos humanos de acordo com um critério básico: o sexo biológico. Complementares ou diferentes, os sexos biológicos foram dotados de uma importância crucial, de uma evidência indiscutível; entretanto, enquanto divisor do humano esta distinção é também arbitrária, é também construída em torno de um critério básico: a reprodução (Swain, 2004, p.16).

Desenvolveu-se, portanto, uma forma de dividir pessoas com base num elemento biológico: homens ou mulheres, meninos ou meninas. A filosofia e a religião foram determinantes nessa construção, na qual existe a ideia de que homens e mulheres são diferentes especialmente por gerarem filhos. No entanto, é necessário que entendamos a ausência de sentido nessa filosofia, como o gênero pode ser determinante e pautado na capacidade de ter filhos?

Uma explicação é que, para a autora, o gênero determinado está intrinsecamente ligado à heterossexualidade compulsória e faz parte de um “repertório ficcional”, onde o homem é a imagem de Deus, a mulher, sedutora e fraca, destinada por seu erro à obediência e à dor. Têm-se dois polos, um superior e outro inferior, marcados pelos signos do sexo, da sexualidade e da reprodução, cada um em seu papel seguindo a natureza, dotada pelo divino (Swain, 2004, p.46).

Estabelece-se, então, a heterossexualidade como norma, tendo como base a reprodução e os papéis de gênero. Recordei-me de uma frase que ouço desde que sou menina: “Dois iguais não reproduzem”, de fato, mas o sexo não está fadado somente à reprodução. Swain (2004) confirma ao afirmar que mulheres que faziam sexo com outras mulheres seriam submetidas ao que contemporaneamente conhecemos como *cura gay*.

Mulheres eram vigiadas o tempo todo e qualquer comportamento suspeito era visto como um sintoma de anormalidade e *lesbianismo*. A “cura” de homossexuais era praticada para condicionar mulheres e meninas à heterossexualidade, segundo Swain (2004). Ela surge como uma condição *sine qua non* para a realização do destino último

das mulheres, a maternidade. Sendo também um marco da sanidade mental, inserção social e uma completa harmonia com a natureza, ou seja, a “cura” é a garantia que finalmente a vida e sexualidade daquela sujeita será considerada normal. Swain questiona:

Como separar a instituição social daquilo que é concebido como “natural”, senão pela própria afirmação redundante de que é natural “porque é”? O espaço vivido do lesbianismo se reduz na proporção do medo, da sujeição, da vergonha de ser “diferente”, da repressão implícita e explícita que aponta e nomeia para melhor excluir. Lésbica: a palavra designa e constrói ao mesmo tempo todo um campo de representações negativas (Swain, 2004, p. 57)

Para mim, muito mais que um definidor de orientação sexual, a lesbianidade é uma forma de desafiar as normas heteronormativas da sociedade e questionar o status quo, e é nesse ínterim que a lesbianidade surge como transgressora e dissidente.

O peso que as orientações sexuais dissidentes têm afeta diretamente a vida dessas mulheres. A moral e a estrutura heteronormativa agem através de elementos específicos como a perseguição, humilhação, agressão, apagamento, violação e preconceito; exibindo uma imagem transfigurada das mulheres lésbicas ou bissexuais.

Considero todo o contexto violento como um “dispositivo de poder”, termo assinalado por Foucault (2023) que aborda como as estruturas de poder agem em parceria com as normatividades sociais, moldando e controlando o indivíduo e toda expressão de gênero. É relevante ressaltar que o autor não conceitua violência em suas obras, apesar de trabalhar com elas, porém expõe as formas de opressão da sexualidade e o controle das instituições sobre os corpos, o que configura violência indireta.

Apesar de não conceituar violência, Foucault (2023) sugere que é uma forma de poder indissociável das estruturas sociais, que se evidencia no controle dos corpos, comportamentos e técnicas de vigilância, conduzidas por instituições que detém poderes na sociedade. Ele também argumenta que a opressão, a marginalização e a exclusão são violências simbólicas, perpetuadas pelas relações de poder, sendo um exemplo o que Foucault chama de biopoder.

Para Melo (2016), o biopoder se refere a normas pré-estabelecidas que fomentam a heterossexualidade compulsória. Já para o autor, o biopoder está relacionado à disciplinarização dos corpos e possui o intuito de moldá-los ao que as instituições exigem. Também age como um regulador de corpos e comportamentos, além de se concentrar no controle de processos biológicos e sociais.

O biopoder, segundo Foucault (2023), se refere à maneira como as instituições e estruturas de poder modernas buscam a regulamentação e controle não apenas de corpos individuais, mas também da sociedade como um todo. Envolve a regulação de aspectos da vida biológica, como mortalidade, natalidade e práticas médicas, bem como a administração de populações em termos de políticas sociais, imigração, eugenia, etc. O autor sugere que o biopoder busca regular a vida dos sujeitos em níveis mais aprofundados, moldando a própria biologia e as condições de existência das populações.

Observando a conversa entre os autores noto que este age de modo velado, para que sexualidades dissidentes sejam limadas e segregadas caso eclodam em sociedade, esse nicho de controle apresenta a noção da violência estrutural que mulheres lésbicas vivenciam durante a vida.

Perguntei-me, a partir dessa reflexão, como mulheres lésbicas poderiam vivenciar o leque de violências que Foucault (2023) explicita em suas obras, inclusive o biopoder. Acredito que a opressão aja como um modo de controle dos corpos femininos, sendo que no caso das mulheres lésbicas é ainda mais evidente quando não seguem os padrões impostos pela sociedade.

Seguindo a lógica de Foucault (2023), a marginalização atravessa corpos de forma mais cruel, pois para além da segregação perpassa pelo assassinato dessas mulheres. E, por fim, a exclusão na qual mulheres lésbicas, principalmente as desfeminilizadas, passam por segregações em ambientes de trabalho, faculdade, vida social, família, etc. Ou seja, segundo o autor, as normas de poder controlam a sociedade e perpetuam violências.

Ainda sobre poder, a seguinte citação de Adrienne Rich, se encaixa na segregação social que mulheres lésbicas sofrem diariamente:

Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende de que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade” (Rich, 2010, p. 28).

A autora cita como mulheres lésbicas se forçam a seguir padrões para não sofrer segregações e violências cotidianas. Através desse artifício de “se esconder”, segundo a autora, mulheres têm aprendido a aceitar as violações masculinas como preço pela sobrevivência, pois em nossa sociedade as mulheres cresceram e foram educadas a se ver como presas sexuais dos homens.

A minha crítica em cima do pensamento de Rich é de que sim, a pornografia, a heterossexualidade compulsória, as religiões e todo o arcabouço no entorno do considerado normal existe e nos educa, porém, com o advento dos movimentos LGBTQIA+ e feministas no mundo houve uma problematização e críticas às questões acerca do domínio masculino e da existência lésbica, possibilitando diversas mudanças. Talvez nem seja uma crítica e sim um adendo sobre como esse condicionamento das mulheres lésbicas tem perdido potencial com o passar dos anos.

Ao seguir com Foucault e suas ideias acerca da violência, Veena Das (2020) também não conceitua violência, isso porque, para a autora, o fenômeno é um acontecimento multifacetado, ou seja, que perpassa pela cultura, política e estruturas sociais. Ela designa a violência através de uma definição de grupos, algo não transparente e dimensiona a violência à cultura de cada localidade. Através da elucidação da autora é nítido que a violência de fato não é algo tangível, suas formas de expressão atravessam os corpos femininos de modo silencioso e acessam suas histórias de modo constante.

2.2 Vítimas invisíveis, histórias inapagáveis: Desvendando a violência contra mulheres lésbicas

Em sua obra *Las estructuras elementales de la violencia* (2010), Rita Segato explora as dinâmicas sociais, psíquicas e culturais que permeiam o estupro,

abordando, em suma, como essa estrutura de relações com diferencial hierárquico - racial, de classe, entre nações e regiões - age como uma cobrança forçada e naturalizada de um tributo sexual e perpetua o poder sobre um gênero.

A autora se refere ao estupro como “o uso e o abuso do corpo de outra pessoa, sem que esta participe com intenção ou vontade comparável” (2010, p.10). Além disso, elucida que este é um dos mantenedores do poder, pois atua a fim de perpetuar o controle de um corpo sobre o outro, entende-se assim como uma das diversas ramificações das violências expostas pela autora. Esta, por sua vez, evidencia ainda o quanto a violência é estrutural, uma vez que sua raiz está arraigada à estrutura da sociedade, sendo responsável por sustentar as hierarquias de gênero.

Dissertar acerca da violência contra as mulheres lésbicas engloba uma variedade de formas que estão relacionadas a essas violências, como aponta Melo (2016). As violências cometidas contra mulheres lésbicas são divergentes das que são cometidas contra homens gays, travestis e transexuais, por exemplo. Isso se dá porque, no caso das mulheres, o gênero está diretamente atrelado à orientação sexual, ou seja, não basta nascer mulher, é preciso sobreviver na sociedade do gênero dominante. Ter uma orientação fora do “esperado” agrava mais o suplício e a dor que essa pessoa pode sofrer durante o percurso de sua vida.

Acredito que nesse ponto esteja o cerne da questão que Segato (2010) aponta ao afirmar que a violência é estrutural, uma vez que por meio dos processos de vivências dessas mulheres compreende-se como a norma e a moral imposta pode contribuir e desencadear violências dessa ordem. Elas perpassam pelas histórias e corpos dessas mulheres porque não está firmada somente em violências físicas, são vivências cotidianas que se entrelaçam desde a infância até a vida adulta. De acordo com Melo:

Há diversas formas específicas de violências diretas direcionadas aos sujeitos considerados “abjetos” ou à margem de uma sociedade heteronormativa, como, por exemplo: violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, dentre outras. Consideramos a heteronormatividade como uma matriz ou um “espaço” em que a sociedade formula um binarismo padrão sobre o que é ser homem ou ser mulher (Melo, 2016, p. 42).

Segundo a autora, circular fora da matriz heterossexual perpetua violências contra sujeitos considerados dissidentes, transgressores e desviados. Os exemplos claros que confirmam essa afirmação são os dossiês divulgados anualmente pelo Grupo Gay da Bahia, o GGB, que incluem os crimes de ódio praticados contra LGBTQIA+, obviamente abarcando mulheres lésbicas.

Atuando a mais de 40 anos com coleta e divulgação de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, o grupo constatou que, entre os anos 2000 e 2022, 5.635 pessoas LGBTQIA+ foram assassinadas ou se suicidaram no país em decorrência de situações vivenciadas de preconceito ou intolerância, homofobia, lesbofobia, transfobia, etc. O ano de 2017 foi o período no qual houve um recorde de mortes documentadas pelo GGB, 445 mortes de indivíduos LGBTQIA+.

Os dados são alarmantes, entre os anos de 2019 e 2022, por exemplo, 1.155 pessoas morreram. Ao desmembrar esse valor, encontra-se em 2019, 2020, 2021, e 2022 documentadas 329, 237, 316 e 273 mortes, dados organizados respectivamente por ano. Em 2022, a cada 32 horas uma pessoa LGBTQIA+ morria no Brasil em decorrência da violência física ou psicológica, o que expõe que nem todas as mortes são realizadas por terceiros, por vezes o indivíduo se suicida por conta do histórico de violência sofrida. Tais informações, de acordo com o GGB, transformam o Brasil no campeão mundial de crimes contra minorias sexuais.

No que diz respeito ao Estado do Amazonas, em 2019, foram documentadas 19 mortes, sendo 02 na capital Manaus. As mortes divulgadas são datadas por meio de arma de fogo, esfaqueamento, estrangulamento, depressão, pauladas, asfixia, apedrejamento, atropelamento, tortura, carbonização, esquartejamento, descarga elétrica e até empurrada de barranco. Os dados elucidam que a violência contra sujeitos LGBTQIA+ ultrapassa o senso de ser “apenas um assassinato” e se enquadra no que se conceitua por crimes de ódio, pois o tipo de arma, a forma com a qual essas pessoas são assassinadas e suas condições no momento do delito demonstram com clareza que tais crimes não podem ser tratados como violências comuns.

No que concerne à violência contra mulheres lésbicas, segundo os dados analisados pelos dossiês do GGB, mulheres lésbicas ocupam o terceiro lugar no

ranking de violência e mortes no Brasil. De 2019 a 2022, foram contabilizados 40 assassinatos motivados pela lesbofobia, de estupros corretivos a mortes por tortura, por ano, sendo que 5% do total de mortes de LGBTQIA+ é ocupado pelas mulheres lésbicas.

Essa porcentagem, apesar de aparentar ser irrisória, representa algo nas entrelinhas, pois os assassinatos e as violências contra pessoas LGBTQIA+ são quase sempre casos subnotificados. O próprio relatório enuncia que não existe um órgão responsável pelo mapeamento e notificação compulsória desses dados, e que a base para o conteúdo do dossiê é retirada de notícias e casos divulgados pela imprensa.

Trago como exemplo o caso de Ana Caroline Sousa Câmpelo, 21 anos. Mulher lésbica, desfeminizada, foi brutalmente assassinada dia 10 de dezembro de 2023, em Maranhãozinho, cidade a 232 km de São Luis, Maranhão (G1, 2023). O caso chama atenção, primeiramente, pelos requintes de crueldade. De acordo com a Polícia Militar (PM-MA), Carol teve a pele do rosto, couro cabeludo, olhos e orelhas retirados. Soma-se a isso a invisibilidade do caso, não houve repercussão imediata, somente após mais de uma semana do crime.

Carol trabalhava em uma conveniência de um posto de combustível e havia ido morar recentemente com sua namorada na cidade. No domingo, dia 10 de dezembro, Ana Caroline desapareceu por volta de 1h30min após ter saído do trabalho. Sua bicicleta e celular foram encontrados nas primeiras horas da manhã do mesmo dia em uma estrada vicinal que dá acesso ao povoado Cachimbós, em Maranhãozinho. A linha de investigação seguida pelas autoridades sugere a possibilidade de motivação lesbofóbica, embora, até o momento, não haja suspeitos identificados.

O crime bárbaro praticado contra Carol destaca a urgência em abordar como o lesbocídio sobrevive e se concretiza por meio da invisibilidade que esse grupo de mulheres sofre diariamente, até mesmo quando são assassinadas com requintes extremos de crueldade. Esse caso evidencia não apenas a violência física infligida às vítimas, mas principalmente a violência simbólica que reforça a marginalização de mulheres lésbicas na sociedade.

É essa invisibilidade que contribui com a perpetuação de estereótipos e preconceitos, muitas vezes resultando em atos horrendos como o que vitimou Ana Caroline. A ausência de repercussão imediata do caso expõe a necessidade de maior conscientização acerca da gravidade dos atos infracionários de lesbocídio e destaca como crimes contra lésbicas podem ser classificados como agressões de ódio.

Ressalto assim que o lesbocídio não é um caso isolado, parte de um contexto e uma gama gigante de violência de gênero e discriminação. Pedir justiça para Carol é pouco diante da crueldade a qual a mesma foi submetida.



Figura 1. Caroline Sousa Câmpelo. Fonte:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/12/12/veja-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-da-jovem-de-21-anos-que-foi-encontrada-com-a-pele-do-rosto-couro-cabeludo-e-olhos-arrancados-no-ma.ghtml>

Esses dados e o caso de Carol nos levam a maiores percepções acerca das violências que mulheres lésbicas sofrem no cotidiano, além de ampliar nossas visões acerca da agressão de gênero.

Como é minha intenção mostrar parte do percurso que a violência faz até chegar às mulheres lésbicas, é crucial ressaltar como o domínio masculino tem um

papel de extrema relevância nessa discussão. Rich (2010) aborda como os homens têm capacidade de desempenhar esse poder sobre mulheres, ela cita as características mais fortes de domínio, sendo que as formas de poder que selecionei tem alguma ligação com a existência lésbica.

A autora explana como exemplos a negação da sexualidade das mulheres por meio da punição; a morte devido ao adultério e em razão da sexualidade lésbica; o fechamento de arquivos e a destruição de documentos relacionados à existência lésbica; histerectomias desnecessárias; imagens pseudolésbicas na mídia e na literatura; a obrigatoriedade (forçada) da mulher ser heterossexual e o silenciamento de sua sexualidade por meio de estupro corretivo e marital.

Outras formas de agressão apresentadas referem-se ao incesto pai-filha e irmão-irmã; à idealização do romance heterossexual na mídia, literatura, arte, propaganda, etc.; ao casamento infantil e arranjado — o qual viola totalmente o corpo de um indivíduo para que ele se enquadre na heterossexualidade compulsória —; à pornografia em que a mulher sente prazer na dor, na humilhação, e no sadismo; ao confinamento e privação de seus movimentos por meio do estupro como terrorismo.

Rich (2010) demonstra ainda como a violência de gênero está presente na tentativa e ação efetiva de controlar e roubar as crianças de suas mães, por meio do direito paterno, atitude comum quando uma mulher se divorcia de um homem e se assume como lésbica. Homens heterossexuais têm sua masculinidade ferida e tentam atingir a mulher por meio dos filhos. Por fim, os homens também conseguem atingir as mulheres quando as retiram de áreas de conhecimento na sociedade, por meio do impedimento de acesso à educação, ou de forma ainda mais explícita, na exclusão de mulheres em diversos segmentos, de lugares que poderiam facilmente ocupar e que lhes é impedido por conta do gênero e orientação sexual.

Tais manifestações de poder masculino se expressam por meio da violência, velada ou não, algumas vistas como “normais”, inclusive. É curioso falar sobre a questão do apagamento lésbico e como nem sempre ele ocorre. Na sociedade, este só se manifesta quando a lesbianidade é vista como algo perverso, dissidente, transviado e patológico, dessa forma a existência lésbica é validada, assim como quando se comporta de forma exótica, sexual, pornográfica e fetichista, sempre

voltada para os homens cis héteros cujo o único objetivo do sexo entre duas mulheres é satisfazer-se e fomentar o falocentrismo.

Essas reflexões me levam ao que Gregori aborda em sua obra *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (1993). Cabe trazer o parâmetro da autora e abordar essa cisão entre a violência como forma de comunicação perversa nas relações afetivo-sexuais.

“A violência contra a mulher não se resume a espancamento doméstico” (Gregori, 1993, p.19). A agressão pode estar registrada nas entrelinhas da comunicação, conforme cita a autora, não está restrito somente às suas formas físicas. O abuso psicológico é um dos meios de violência expostos em relatos de mulheres independente da orientação sexual, pois está diretamente atrelado às questões de poder. Posso citar diversas ramificações que a agressão se alicerça, incluindo a manipulação que gera a culpa, a projeção de violência, a provocação emocional e a difamação como meio de perpetuação de poder mesmo após o término da relação,

O estudo de Gregori (1993) se destaca por conta de sua natureza, a qual relativiza a imagem do homem agressor e da mulher vítima nas relações violentas. Para a autora que trabalha com relações heterossexuais, existe um agente que coage, reprime e agride, enquanto o outro que é vitimizado por essas ações, acaba reproduzindo/imitando ações do mesmo tipo.

E quanto à relação entre mulheres lésbicas? Mulheres podem reproduzir violências também? A resposta é sim. Essas crenças que foram construídas em sociedade não se restringem somente às relações heteronormativas, também residem nas relações homoafetivas. Para além dos papéis de gênero que, em sua maioria, colocam a mulher em local de vítima, as mulheres também podem agredir suas parceiras e reproduzir atitudes violentas. É o que Miriam Pillar Grossi explana em seu artigo “*Rimando amor e dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal*” (1998), no qual a autora explica que:

A ampliação da reflexão sobre a violência conjugal ao âmbito das relações homoeróticas permite, no meu entender, duvidar das teorias feministas centradas na concepção de que são os homens, enquanto representante do patriarcado, os “culpados” da violência doméstica,

uma vez que permite constatar que também há violência de mulheres contra mulheres e de homens contra homens em relações afetivo/conjugais e não apenas de homens contra mulheres, situação na qual as mulheres são sistematicamente percebidas como vítimas da violência masculina. Da mesma forma, este descentramento da violência do pólo masculino permite observar que as mulheres são co-participantes das cenas de violência doméstica (Grossi, 1998, p.304).

A antropóloga amplia o debate sobre violências conjugais ao incluir agressões em relações homoafetivas e destaca que mulheres também podem agredir outras mulheres, assim como homens também podem ser vítimas em relacionamentos homoafetivos. Essa perspectiva desmonta argumentos sociais de que homens são agressores e mulheres potenciais vítimas.

Grossi também explicita em seu artigo *Vítimas ou cúmplices? Dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre violência contra a mulher no Brasil* (1991), como mulheres podem ser passivas numa relação, mas não em todas, pois em caso de acusação as mulheres podem escudar-se no papel de vítima potencial para legitimar seu ato agressivo, ou seja, podem recorrer ao papel de vítimas em potencial para justificar ou legitimar sua própria agressão.

Esta ideia nos conduz à reflexão de que mulheres podem ser tanto vítimas quanto perpetradoras de violência e que esse papel constante de alvo pode ser utilizado como uma forma de proteção ou justificativa para comportamentos agressivos. É nesse viés que destaco a violência psicológica. Melo (2016) dialoga com Gregori ao afirmar que essa forma de ataque são os mais preponderantes e também perigosos, uma vez que esse tipo de violência não deixa marcas físicas. Como denunciar algo que não é tangível e sua única prova é a sua palavra? Não há defesa, principalmente se é algo que as vítimas não enxergam e desconhecem como identificar.

2.3 Para ela a culpa; para ele a desculpa: O estupro corretivo como uma forma de poder dos homens sobre as mulheres

Perguntei às interlocutoras quais tipos de violências elas já haviam sofrido por serem lésbicas entre violências familiares, conjugais, agressões físicas e psicológicas,

abusos sexuais, xingamentos e perseguições. De todas elas, o estupro corretivo me chamou a atenção.

Escrever sobre estupro é um desafio, falar sobre algo tão íntimo com as interlocutoras é ainda mais desafiador. Ainda assim, contudo, decidi abordar o estupro corretivo porque, dentre os diversos tipos de violências contra mulheres — sejam lésbicas, bissexuais ou transexuais —, considero este um dos mais violentos, visto que é uma questão de poder sobre o corpo ou sexualidade que socialmente não é aceito, é uma punição para que as mulheres se enquadrem no que é exigido pela sociedade contemporânea.

Swain (2004) explica que o estupro de lesbianas é o castigo “natural” para reduzi-las a sua condição de fêmea, ou seja, a autora se baseia no poder sobre o corpo e na heterossexualidade compulsória imposta pela sociedade, a qual impõe paradigmas sobre o seu corpo e mantém a orientação sexual dominante em seu devido patamar.

E o que seria o “estupro corretivo”? O próprio nome diz, é uma correção de comportamento, uma violação dirigida a mulheres lésbicas, bissexuais ou transexuais. É um ato sexual forçado por homens, para que as mulheres tenham sua sexualidade “corrigida”, em suma, é um mecanismo de coerção e controle sobre essas mulheres e suas sexualidades.

É neste íterim que as autoras Tatiana Nascimento dos Santos, Bruna Pinheiro de Araújo e Luiza Rocha Rabello em seu artigo *Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica* (2014) explicam que:

Estupros corretivos não se restringem a países com legislações conservadoras sobre direitos das mulheres, muito menos a comunidades pobres ou de interior (essa afirmação, em si, já é bastante enviesada); acontecem em todas as classes sociais, e envolvem pessoas de todas as escolaridades e rendas. Entre as dificuldades de denúncia de estupro, encontra-se a culpabilização das vitimadas, uma retórica hegemônica em sociedades patriarcais heteronormativas. Soma-se à já conhecida dificuldade em denunciar estupros cometidos por desconhecidos o peso da dependência social, afetiva, socioeconômica que pode orientar as relações intrafamiliares e domésticas. O pesado fenômeno dos estupros corretivos nos parece uma subnotificação dentro da já subnotificada violência contra lésbicas

e bissexuais no Brasil; ambas demandam ainda pesquisa e atenção exclusiva, bem como políticas de prevenção e lida específicas (Santos; Araújo; Rabello, 2014, p.109).

Para as autoras, o estupro corretivo é uma forma perversa de violência de gênero, na qual a agressão sexual é utilizada como meio de punição ou controle da sexualidade de uma pessoa, sendo que esse tipo extremo de violência pode alcançar todas as camadas sociais e afeta mulheres de diferentes níveis de educação e renda. Neste sentido, busco analisar por meio da narrativa de mulheres lésbicas como essa incursão atravessou suas vidas e como reflete em suas vivências atuais.

Apesar de ser um assunto delicado e exigir tato, dialoguei acerca dele com Andrasta, deixei-a bem à vontade para me relatar qualquer coisa. Não foi fácil abordar o tema, conversamos por semanas até ela aceitar explicar sobre o que houve.

Em uma ocasião, nos sentamos para a entrevista e, antes de começarmos a falar, a mesma informou que gostaria de desistir. Afirmei que tudo bem se não se sentisse à vontade para me contar e, neste dia, a entrevista foi cancelada. Observei o quanto falar sobre as violências sexuais que ela sofreu durante a vida — por homens cisgêneros — era algo sensível a ela e difícil de relatar. Bati de frente com meus questionamentos iniciais, como entrevistaria essas mulheres sem trazer sofrimento? É uma tarefa difícil e requer paciência, certo grau de acolhimento e, principalmente, tato.

Em outro momento conversamos e Andrasta me relatou dois estupros corretivos que sofreu, um aos 16 anos, outro aos 21. Não tenho minúcias do ocorrido, no nosso diálogo me disse que não contaria detalhes, pois a machucava muito. Acatei. Nas duas situações, eram conhecidos de Andrasta. O primeiro, um homem cisgênero, casado e líder religioso, era amigo de sua mãe, uma pessoa em quem ela confiava. Quanto ao segundo, um amigo de Andrasta, um homem o qual ela também confiava.

Não ironicamente mulheres são estupradas por conhecidos com mais frequência do que por desconhecidos. Segundo a pesquisa *I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil (2022)*, realizada pela Liga Brasileira de Lésbicas e Associação Lésbica Feminista de Brasília — Coturno de Vênus — e o Instituto Patrícia Galvão, 24,76% das mulheres lésbicas afirmaram já terem sido estupradas, confirmando ainda que 75,13% desses crimes foram cometidos por

peessoas conhecidas. A pesquisa aponta que, entre 20 mil mulheres lésbicas entrevistadas, 6.612 sofreram estupros corretivos ao longo da vida, nos quais 2/3 foram cometidos por pessoas de confiança da vítima.

Existe um mito de que o estupro só aconteceu e teve validade se for consumado por um total desconhecido que abordou a vítima na rua, a agrediu e a machucou, violações fora desse padrão estabelecido não são consideradas. No caso de mulheres lésbicas, afirmo que isso é ainda mais evidente, porque existe uma correlação entre o domínio de corpos e sexualidade feminina com a heteronormatividade.

Ártemis também me relatou um estupro corretivo que sofreu aos 21 anos, por um vizinho que ela considerava amigo:

- O abuso sexual que eu sofri aos 21 anos foi relacionado à minha sexualidade. Eu posso te contar porque ele já morreu. E eu fico feliz com isso. É estranho, não é? (risos) Nessa época que eu *tava* na faculdade, né? E aí eu conheci esse rapaz que era meu vizinho. Eu sempre passava na rua e um dia ele falou comigo, e foi nesses *modus operandi* dele por uma semana ou duas, e aí um belo dia, a gente conversando e tal, passou 1 mês, 2 meses. A gente virou amigo. A gente saiu para um lanche, e aí eu comecei a beber e eu não bebo, eu nem posso beber, porque eu sempre tomei remédio controlado. Mas inventei de beber, aí a gente "se pegou" lá no lanche que a gente estava. Depois disso, não lembro de mais nada. Quando eu dei por mim, eu *estou* no meio da rua, sem roupa (risos).

- Você *tava* nua no meio da rua?

- Aham (risos) 100% nua. E aí a minha mãe me acha porque ela estava me procurando já, a gente teve que ir *no* IML. E foi um rolê todo. Constatou-se que ocorreu estupro. Aí ele ainda veio me procurar no dia seguinte como se nada tivesse acontecido, E o pior de tudo é que ele tentou fazer de novo a mesma coisa, só que eu estava sóbria, né? E aí a minha mãe pegou ele no ato.

A narrativa de Ártemis revela a complexidade e as nuances que permeiam o estupro corretivo. Seu relato é marcado por uma rede intrincada de vulnerabilidade, pois destaca não apenas a brutalidade do ato em si, mas também os posteriores desdobramentos emocionais que reverberam na vida de Ártemis. O encontro com o agressor, inicialmente, travestido de amigo e o posterior estupro reafirmam de maneira contundente que esse tipo de violência tem mais incidência vindo de pessoas

conhecidas, “amigos” de confiança que propositadamente ludibriam sua vítima, instrumentalizando a segurança prévia com a finalidade de praticar um abuso sexual.

Também trago o caso de Andrasta que perpassa pela religião, amizade e confiança, o que me conduziu a pensar sobre como o construto religioso atua sobre o corpo das mulheres, como existe a influência de líderes carismáticos no que concerne à sexualidade feminina e como a cura gay é disseminada nesses espaços. Para mim, a “cura gay” está diretamente interligada com o estupro corretivo, isto porque este possui, além de um caráter pedagógico, um viés de cura de sexualidade que garante a manutenção da heteronormatividade compulsória.

Quanto à religião, diferentemente de Vênus, Andrasta não era católica, durante a infância acompanhava sua mãe em casas de umbanda e, devido a esse contato com o pai de santo, foi estuprada aos 16 anos. Andrasta me contou que era virgem e foi coagida, ameaçada e ludibriada para que cedesse ao seu agressor:

Ele era pai de santo, minha mãe era da casa, aí a entidade desceu, entidade de confiança, conversou comigo e fez ameaças, dizendo que eu poderia até gostar de mulheres, mas eu precisava transar com homem pra eu ter certeza do que eu queria e que se não acatasse, tipo, o homem que eles iam colocar pra eu ter a minha primeira vez, eles iam me proibir de me relacionar com mulheres. Fui ameaçada, sofri ameaças psicológicas, e eu fiquei em pânico porque eu sempre tive muita convicção da minha sexualidade e quando você mexia com a minha sexualidade eu virava bicho, quando alguém chegava comigo e falava “não pode” eu respondia “não pode o caralho” aonde diz que não pode? (...) então com muita dor eu acatei, né? ...

Ela seguiu a entrevista e contou como foi o pós:

Ele agiu como se nada tivesse acontecido. Naturalmente, começou a me fazer muitas pressões, me delegar várias tarefas dentro da casa (terreiro) e eu dizia que não queria ir pedindo coisas *pras* entidades e aí de mim se eu não desse. Ele me ameaçava dizendo que se eu não desse meus guias iam virar as costas pra mim, aí eu comecei a questionar, e ele não gostou do confronto. Foi quando eu falei que ia sair da casa, que se ele não acatasse eu iria denunciá-lo. E aí ele se fez de desentendido (Andrasta, 2023).

Quando conversamos sobre o porquê de não o ter denunciado, a justificativa foi que não queria ser exposta aos seus amigos e família, mas, principalmente, à sua mãe. Ela tentou manter contato com o seu abusador durante um curto período de

tempo por não ter associado o ocorrido a um estupro, foi sua então namorada quem disse que ela havia sido abusada.

No quesito emoções, acredito que o bloqueio de Andrasta esteja associado ao nível do trauma, o receio de denunciar interliga-se ao fato do agressor ser um conhecido da família e os sentimentos que se sobressaem como resultado de uma violação sexual. Segundo ela, predominava a vergonha de ter que contar o ocorrido a pessoas desconhecidas — policiais da delegacia —, recontar mais vezes ao leque de profissionais, relatar a sua mãe, aos amigos e passar a ser estigmatizada por conta do que houve, soma-se a estes fatores toda a culpa por conta do sistema estrutural que as mulheres carregam por um abuso sofrido, como se ela tivesse cedido ou facilitado.

Ainda dialogando com Andrasta, confidenciou-se que essa foi somente a primeira vez. Em outro momento, anos depois, foi novamente estuprada, duas vezes, por um amigo e um desconhecido, contabilizando três estupros ao longo da sua vida, todos cometidos por homens cis:

Ele era uma pessoa conhecida, frequentava a casa da minha namorada, era amigo dela, uma pessoa que se fazia de amigo (...) Ele fazia mutirão entregando cartão de natal aos amigos, fez pra mim, fez pra minha namorada, ele era assim, eu tinha confiança nele. O pior de tudo é que essa pessoa depois de tudo o que aconteceu me expôs pra minha amiga, ficou com essa minha amiga, falou coisas absurdas, disse que gostei, entendeu? Várias coisas e tentou reproduzir com a minha amiga a mesma coisa, trancou ela lá, não a deixou sair.

- E o que seriam essas reproduções?

- É que ele não me deixou sair da casa dele até conseguir o que queria. (...) Ele me chamou pra conversar na casa dele, e aí ele fez, foi desconfortável, me forçou, tentou forçar sexo anal e eu não queria, só queria que acabasse, ele ficava pedindo pra eu falar coisas que eu não *tava* sentindo...(...) eu falei que queria ir pra minha casa e ele ficava me prendendo, me puxando, tentava me beijar, eu não queria, e, depois ele me procurou pra dizer que ele queria repetir, que ele tinha gostado (Andrasta, 2023).

Andrasta seguiu a entrevista relatando que, após o ocorrido, ele ainda a assediou e tentou abusar dela novamente:

(...) Certa vez, chegamos a nos esbarrar e eu estava com a moça que eu *tava* ficando. Novamente, ele me desrespeitou, dessa vez na frente

das pessoas... tentou me beijar e ficou me puxando pra ficar com ele, disse que queria ficar comigo porque era aniversário dele e que eu tinha que ficar com ele. (...) Quem me defendeu foi a flanelinha, eu ficava falando pra todo mundo “eu não vou ficar com ele eu sou lésbica, eu não quero, eu não vou. Ele me prendia, me puxou pra parede e me prendeu contra o corpo dele”, ele dizia “não, mas tu vai ficar comigo, eu te garanto que tu vai gostar”, e o amigo dele *tava* achando graça, sabe? (Andrasta, 2023)

Perguntei à interlocutora como vislumbrava tudo o que aconteceu com ela. Disse-me que enxergava como estupro, e, ainda tentou manter amizade, porque achava que se criasse animosidade com essas pessoas, iriam expô-la, “(...) eu ainda tentei manter as coisas encobertas, por debaixo dos panos, mas eu vi que não ia dar pra manter uma cordialidade e, entre aspas, uma amizade porque eu sempre ia estar sendo desrespeitada” (Andrasta, 2023).

Antes de finalizar a entrevista, perguntei quais foram as consequências dos abusos em sua vida, como lidou na época e como se sentia e como lida atualmente. Andrasta não me respondeu todas as perguntas, apenas falou sobre como as violências sofridas por ela mudaram sua forma de encarar o mundo e as pessoas:

Não de fato só com os abusos e os estupros, mas toda e qualquer forma de assédio, que foi sucedendo após a adolescência eu fui me mantendo uma pessoa menos carinhosa, menos aberta, porque eu vi que estar aberta faz as pessoas confundirem, então comecei a colocar limites (Andrasta, 2023).

Andrasta, por meio do seu discurso, apresenta como os estupros sofridos nos dois casos tiveram reflexo na sua vida. Durante nossos diálogos, me disse que era muito mais aberta, feliz e carinhosa, mas que os homens que considerava amigos “confundiam” e tentavam se aproveitar do que aparentava vulnerabilidade da parte dela, mesmo que sua orientação sexual fosse explícita a todos desde os seus 16 anos.

Ao visualizar um panorama dos acontecimentos, chego à conclusão de que muitos dos estupros corretivos se consumam por conta do preconceito e invisibilização da lesbianidade. Observo como, culturalmente, mulheres lésbicas não têm sua orientação sexual validada, existe algumas falácias de que “só é lésbica porque não encontrou o homem certo”, “tem que ter um homem na relação para que ela seja completa”, “só fica com mulher porque não foi comida direito”, entre tantas outras expressões que agem como um mantenedor da sexualidade dominante.

Esse entendimento se baliza no que Swain explica:

O que dizer das (mulheres) que não se casam e que não se interessam pelos homens, na atualidade, onde o sexo é rei? Desvio, anormalidade, exclusão, feiura, falta de atrativos, falha de caráter, caricatura: o desejo e a atração de uma mulher por outra são transformados em válvula de escape para um corpo desgracioso e desprezado pelos homens (Swain, 2004, p.26).

A autora observa que as mulheres são vistas através de uma lente depreciativa e que só amam outras mulheres por conta da frustração da própria aparência, como se elas fossem indesejáveis, feias e com total ausência de atrativos, ocasionando assim a repulsa e o desprezo masculino.

Concordo com a autora quanto à correlação entre a não conformidade aos padrões sociais estabelecidos e a atribuição de conotações depreciativas, como a falta de atratividade física. Essa conexão, desprovida de embasamento sólido, beira o ridículo, ao perpetuar uma visão centrada na heterossexualidade e relegar as mulheres a uma posição subalterna. Sugere-se, assim, que a atração entre mulheres seja vista como uma alternativa, uma espécie de válvula de escape à falta de interesse masculino. Tal postura revela um viés sexista com o qual mulheres lésbicas frequentemente se deparam.

3 - ELA PODOU MINHAS ARESTAS: VIOLÊNCIAS CONJUGAIS ENTRE MULHERES LÉSBICAS

Arvoreto do amor

De você me podo aos poucos

Pra não deixar laços.

Vestígios, estreito espaço.

Desvencilho-me a mansos passos.

Pois quem sua árvore muito poda

Seus galhos encurtam.

Na intenção da árvore por fim se cortar.

No final, sobram só as raízes.

Ou, um cotoco de tronco que nunca irá vingar.

Se é isso que nos cabe,

Assim seja feito.

Se o sentimento precisar esvair-se,

Que morra direito!

De cima pra baixo,

Como árvore que brota

Espera anos para estar pronta

Para finalmente morrer aos poucos quando os frutos começam a dar.

Muda de amor

Que deveria ter morrido semente.

*É o que eu desejaria pra gente
Se agora, no tempo eu pudesse voltar.*

*Então, meu bem
A cada decepção causada
Podo-te da mente,
Do coração descrente
E dos sonhos que ousei te enfiar.*

Afinal, amor que nem árvore é que mais se encontra:

*Nasce semente,
Depois vira planta.
E quando dá sombra
A gente manda arrancar.*

Paula Palmeira, 2014

3.1. Desmistificando a violência conjugal entre mulheres lésbicas

Antes de iniciarmos as discussões deste tópico, é válido que se apresentem alguns conceitos no que concerne os tipos de violências. Mello (2014) ao levantar esses entendimentos explica que as categorias “violência doméstica”, “violência intrafamiliar”, “violência contra a mulher”, “violência conjugal” e “violência de gênero” são frequentemente usados como sinônimos entre si, contudo, existem diferenças.

A autora defende que violência intrafamiliar designa a agressão que ocorre na família. A violência doméstica, por exemplo, não se limita à família, envolve pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico, vinculadas ou não por laços de parentesco. A utilização do termo “violência conjugal” se dá por conta da especificidade do tipo de violência, já que é algo diretamente voltado aos relacionamentos afetivo-sexuais, pois a violência doméstica aparece como expressão

englobadora das mazelas da sociedade brasileira e pode ser confundida e usada como sinônimo da violência contra a mulher, contra a criança e ainda contra o idoso (Mello *APUD* Debert; Gregori, 2008).

Maria Filomena Gregori em *Cenas e Queixas* (1993) explica que a violência conjugal é vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos. Nessa relação assimétrica, os homens ocupam a posição de mando, podendo fazer valer a sua autoridade para punir, exigir e agredir os outros componentes da família. Nessa situação, as mulheres estão subordinadas aos seus desígnios.

Rafael Reis da Luz e Hebe Signorini Gonçalves, em seu artigo intitulado *Violência doméstica entre casais homossexuais: a violência invisível* (2014) conversam com Gregori ao expor que o pressuposto feminista afirma que a violência doméstica surge como fruto da desigualdade de gênero, mas o heterocentrismo entende a violência sempre entre o homem e a mulher, sendo o primeiro o agressor e a segunda, a vítima. Esse desenho elude as violências que possam ocorrer na relação conjugal ou amorosa entre pessoas do mesmo sexo. Tais pressupostos podem colocar as agressões entre mulheres lésbicas como “invisíveis”.

Além da visão heterocentrada acerca da violência, os autores explicam que existe uma tendência no movimento LGBTQIA+ que contribui com a invisibilidade da violência nas relações homoafetivas, provavelmente pelo medo que haja um reforço do estereótipo negativo sobre esses relacionamentos (Da Luz; Gonçalves, 2014). No entanto, segundo os referidos autores, ainda que haja essa visão heterocentrada, a dinâmica das agressões nas relações homoafetivas se assemelha à violência entre casais heterossexuais.

Em outras palavras, a violência conjugal não se restringe somente às relações heteroafetivas. No que tange a indivíduos do mesmo sexo, no entanto, é uma ação subnotificada, pouco divulgada e discutida. Devido ao heterocentrismo, existe um imaginário de que somente homens héteros cis agridem suas parceiras, uma tentativa de colocar sobre esses indivíduos a responsabilidade exclusiva por toda agressão em situações conjugais, porém o ataque agressivo entre mulheres lésbicas é algo frequente.

“Numa relação conjugal lésbica, por exemplo, uma mulher pode assumir o papel de dominador (violento) e a outra, o papel de vítima” (Da Luz; Gonçalves, 2014, p.90). Essa dinâmica subverte a ideia convencional de violência partida somente de

homens e destaca a necessidade de ampliar o entendimento sobre o tema além da heteronormatividade. É ao reconhecer tal questão e compreender que esses casos também podem ocorrer em relacionamentos entre mulheres, estejam elas ocupando a função de agressoras ou de vítimas, que há uma quebra das concepções tradicionais sobre o fenômeno da violência de gênero.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha torna-se um instrumento crucial no combate à violência, por reconhecer a diversidade das relações afetivas e a violência que pode acontecer dentro delas. Existem diversos tipos de violências de gênero discriminadas na Lei Maria da Penha⁷, como violência moral, física, psicológica, patrimonial e sexual. Essas ações podem desenvolver-se em qualquer tipo de relacionamento, inclusive nos homoafetivos:

Artº5: Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial [...] em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...] **As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual** (Lei Maria da Penha, 2006) [Grifos meus].

O ponto principal é que a lei reconhece que a violência baseada no gênero pode afetar mulheres em relacionamentos íntimos, sejam eles heterossexuais e homoafetivos. Para elucidar os argumentos deste trabalho, é pertinente discorrer sobre os conceitos de cada tipo de violência contemplados na Lei Maria da Penha, como listamos a seguir.

O primeiro tipo, a violência física, refere-se a “qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (Lei Maria da Penha, 2006), o que se manifesta em sacudidas, pancadas e espancamentos a filhas, primas, irmãs ou quaisquer mulheres que sejam ou pareçam ser lésbicas, bissexuais ou MSM⁸, principalmente se esses espancamentos estão relacionados a alguma tentativa de “punir” ou “proibir” tal mulher por conta de sua orientação sexual (Santos; Araújo; Rabello, 2014).

Quanto a violência psicológica, a lei a define como:

[...] qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou

⁷ Lei Nº11.340 de 07 de Agosto de 2006. Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Para os efeitos desta lei, configura-se violência doméstica e familiar toda e qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial. (Brasil, 2006)

⁸ MSM: Mulheres que fazem Sexo com Mulheres.

que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação de uma mulher (Lei Maria da Penha, 2006).

Acompanha-se este tipo de agressão nos casos em que mulheres lésbicas são ameaçadas, perseguidas, controladas, humilhadas, desvalorizadas, ofendidas, constrangidas por conta de sua orientação sexual, incluindo a violação de correspondência eletrônica, fiscalização de conversas e mensagens por celular ou via internet, ciúmes e chantagem familiar ou doméstica, ameaças de assédio sexual, exposição da orientação sexual da mulher contra a sua vontade, controle da saída de mulheres lésbicas com a intenção de coibir sua vida afetiva e sexual, entre outros (Santos; Araújo; Rabello, 2014).

No que diz respeito a violência patrimonial,

qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (Lei Maria da Penha, 2006).

Incluem-se qualquer impedimento de acesso a bens materiais da família, como computadores e celulares, e ainda a destruição ou confisco de bens adquiridos nas relações afetivo-sexuais — presentes de namorada, por exemplo — confisco de salário ou renda da mulher lésbica pela família ou cônjuge, além de maus-tratos, sumiço ou assassinatos de animais de estimação da mulher lésbica como forma de punir, questionar ou controlar sua sexualidade (Santos; Araújo; Rabello, 2014).

Quanto a descrição de violência sexual, refere-se a

[...] qualquer conduta que force uma mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Lei Maria da Penha, 2006).

Alguns autores destacam, neste ponto, o estupro corretivo, ocorrido quando um ou mais homens, estupram uma mulher por acharem que ela é ou parece ser lésbica e que tal prática vai corrigir sua orientação sexual. Nos assombrosos casos de

estupro em ambientes intrafamiliares e domésticos, incluem-se também aqueles cometidos em congregações religiosas por líderes e demais fiéis que pretendem “exorcizar” mulheres lésbicas (Santos; Araújo; Rabello, 2014).

Por fim, a violência moral, que diz respeito a “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (Lei Maria da Penha, 2006), inclui as ameaças ou as efetivas práticas de se falar mal da mulher lésbica ou ainda a invenção e divulgação de inverdades a respeito dela, com o intuito de prejudicá-la moral e socialmente, mesmo aquelas cometidas fora dos espaços intrafamiliares e domésticos (Santos; Araújo; Rabello, 2014).

Entre as interlocutoras, a manifestação dessas formas de violência nas relações afetivo-sexuais foi bastante marcante. Andrasta foi a primeira a relatar suas experiências em relacionamentos. Por ser uma mulher que nunca se relacionou amorosamente com homens, sua régua dá-se somente por relações homoafetivas. Quando iniciamos a entrevista, Andrasta gargalhou. Não compreendi bem o que estava acontecendo e, ao notar minha confusão, Andrasta comentou “me desculpa, (risos) mas é catastrófico falar, são péssimas referências, todas elas, péssimas”.

Logo que comecei a entrevista, Andrasta me disse que a ausência de apoio da mãe e de diálogos sobre sexualidade junto aos processos de seus envolvimento emocional fez toda a diferença na forma de lidar com a violência. Ela relatou que seu primeiro relacionamento na adolescência foi o carro chefe de todos os seus vínculos amorosos posteriores e cita que, se pudesse voltar no tempo, jamais teria se relacionado com sua primeira namorada, pois ela havia estabelecido um padrão.

Padrões podem ser benéficos ou maléficos, no caso da interlocutora, ao ser questionada que tipo de paradigmas eram esses, ela explicou “(...) padrões de tudo o que eu abomino em um relacionamento, pessoa que mente, que é instável emocionalmente, que tem vícios, que não consegue estabelecer relacionamentos saudáveis (...)” (Andrasta, 2023). Quando Andrasta cita a palavra “padrão” ela se refere não só a comportamentos repetitivos, mas também a traumas provenientes desses comportamentos. Como a mesma exemplifica:

(...) depois que eu comecei a me relacionar com ela, depois que estávamos namorando...estávamos namorando há 3 semanas, 1 mês, aí do nada ela não mandava mais mensagem. Naquela época, não tinha whatsapp, mas tinha SMS, ela não me mandava mais mensagem, ficava distante. Isso é uma coisa que tem reflexo até hoje no meu relacionamento, eu penso que se a pessoa começa a ficar

distante de um modo, age diferente do modo em que ela costuma agir comigo eu já acho que vai terminar ou que a dinâmica da relação tá mudando ou que ela não gosta mais de mim, porque isso é uma coisa que eu aprendi e eu filtrei dessa minha primeira relação (Andrasta, 2023).

O ciclo da violência pode iniciar na adolescência através de eventos ocorridos que podem ser balizadores para experiências futuras. No caso dessa interlocutora, percebi explicitamente um caso de agressão psicológica onde se manipula o outro para conseguir o que se quer. Nessa situação, a ex-namorada de Andrasta, exatamente como ela relata, “terminava” o relacionamento várias vezes, sem aviso prévio, porque queria se relacionar com outras pessoas e depois voltava “como se nada tivesse acontecido”. Tais comportamentos resultaram em sofrimento psíquico e passaram a refletir na vida adulta da interlocutora e as violências se seguiram nos relacionamentos posteriores.

Ela relatou como gostaria de se relacionar com mulheres na adolescência, porém sua mãe a prendia em casa, então ela se relacionava “com o que tinha”. De acordo com Andrasta, eram mulheres que não a atraíam fisicamente e não tinham nada em comum. Sua segunda namorada, Joana, uma mulher bem mais velha que ela, no auge dos seus 21 anos, se relacionou com Andrasta quando esta tinha apenas 16 anos de idade. Ela contou como foi frustrante e violento todo o processo do início da relação até o fim, dois anos depois:

Quando nos conhecemos, ela mentiu pra mim. Conversávamos somente por telefone e combinamos de nos encontrar no centro. Quando eu a vi, quis continuar no ônibus, mas ela já tinha me visto, desci e foi muito, muito ruim, eu queria conhecer uma pessoa, de conversar, sabe? Conhecer mesmo, mas ela me conduziu até um motel no centro da cidade, aqueles da José Paranaguá, por ali assim e entrou comigo, só que na minha cabeça de adolescente eu ia conversar com ela, né? Mas ela quis transar, foram toques que eu não pedi, foram palavras de baixo calão que eu não esperava, não queria transar, até menstruada eu *tava*, então assim, foi decepcionante (Andrasta, 2023).

Relacionamentos homoafetivos entre mulheres lésbicas podem ser vistos como relações igualitárias, ou seja, sem a possibilidade de acontecer violências, no entanto, isso é um mito. Para argumentar sobre isso, me baseio em Costa (2013), que observa que relações afetivas sexuais são facilitadoras de diversas formas de violências, relacionadas ao ciúme, à posse, ao medo da traição, etc. De acordo com

meus estudos, a premissa de que em relacionamentos homoafetivos entre mulheres a violência é inexistente pode se basear no que Maria Filomena Gregori critica:

Em especial, quero chamar a atenção para o fato de que nela a mulher aparece como ser passivo, ou melhor, vitimado. Desde que ela não é um sujeito constituinte de sua situação ou destino, é vítima, inclusive quando age contra os outros. Esta é uma noção que leva a argumentação a um dilema cujos efeitos são pouco favoráveis à ação política no combate à violência. O "vitimismo" é o pior caminho, seja para compreender o fenômeno, seja para estimular a ocorrência de transformações substantivas nas relações entre os sexos (Gregori, 1993, p. 143).

A antropóloga argumenta que essa noção de vitimização da mulher pode levar a um dilema prejudicial, no qual a mulher sempre ocupará a posição de vítima ainda que atente contra outras pessoas. Para Gregori, salientar o vitimismo feminino na abordagem sobre o fenômeno da violência implica em não considerar que, nas relações familiares, as mulheres, ainda que partilhem uma condição de subalternidade, agem, condenam, exigem, e, por vezes, agridem (Gregori, 1993).

Enquanto isso, Costa (2013) explica que a dominação patriarcal é influenciada pela perspectiva feminista e marxista que compreende violência como expressão do patriarcado, ou seja, mulheres sendo alvos, mais uma vez, do controle social masculino. A problemática se pauta na naturalização da fragilidade de mulheres perante os homens, o que pode disseminar o seu papel de vítima, fomentando que a violência inevitavelmente partirá sempre de um homem.

A autora segue expondo que afirmar o quanto a violência de gênero é coisa de homens retoma a ideia de dicotomia, binarismo, homens e mulheres. Além disso, atribuir caráter violento somente aos homens reitera a ideia de que mulheres são pacíficas, calmas, tranquilas e igualitárias (Costa, 2013). Neste ínterim, existe o mito de que a violência é sempre de um homem para uma mulher.

Ao observarmos casais do mesmo sexo, nos deparamos com mulheres sendo autoras da violência. Contudo, como dito anteriormente, mulheres também podem abusar de outras mulheres. No caso de Andrasta houve ainda um agravamento: o fato de ela ser menor de idade e estar em um motel, um ambiente proibido, por lei, para menores de 18 anos, ainda na companhia de uma mulher de 21 anos que a forçou a ter relações sexuais.

Andrasta passou a ser a minha única interlocutora a relatar com tanta precisão e detalhes sobre os abusos que sofreu em seus relacionamentos. Desde o início dos nossos diálogos, sempre se mostrou ciente das violências sofridas, ela enxergava quase todas as nuances de violência durante a relação e pós-término.

Diferentemente de Andrasta, Vênus não teve muitos relacionamentos homoafetivos, pois foi criada em ambiente religioso durante a adolescência e só se relacionou com homens. Segundo ela, por conta da religião e da heterossexualidade compulsória, se reconheceu como mulher lésbica já na vida adulta. Na faculdade Vênus se relacionou com Iara, vindo a ser sua primeira relação com uma mulher lésbica, afetivamente e sexualmente falando. Segundo Vênus, foi um relacionamento abusivo. Em seu pós-término com Iara, Vênus conheceu Adriana, mulher lésbica, com quem foi casada por 7 anos.

Ela fazia faculdade na UFAM, e a Adriana era: meu deus! Eu não precisava pisar no chão porque eu era tratada como uma princesa, só que hoje eu enxergo que era o mínimo, mas para uma menina de 21 anos que só tinha se envolvido com quem não me tratava de um jeito saudável, para mim aquilo era o céu, o amor da minha vida. (...) Eu cuidei dela quando ela precisou. Quando ela teve crises, busquei psicólogos *pra* ajudá-la. Quando foi comigo em 2021, com 26 anos e com quase síndrome de burnout *pra* conseguir manter os custos da casa, ela simplesmente me desamparou. Ela já estava me traindo com uma moça do trabalho dela e eu literalmente tinha crises sozinha, longe da minha mãe, família, amigos, porque eu já não tinha contato com ninguém, eu estava sozinha (...) (Vênus, 2023).

A noção relatada por Vênus é algo muito recorrente e pouco discutido na comunidade LGBTQIA+. Conforme observei entre as interlocutoras, pessoas no início do relacionamento são carinhosas, atenciosas e aparentemente diferentes, mas com o tempo podem se mostrar violentas, trair e abandonar, como acontece também em relacionamentos heteronormativos.

Notei que a traição foi um assunto muito recorrente nas entrevistas. Ártemis, Vênus, Lilith e Andrasta relataram sobre relações abusivas que vivenciaram e culminaram em traições. Andrasta observou que, em 100% das suas relações, ela foi traída, exceto pela atual namorada, com quem se relaciona há 3 anos.

Esse tipo de violência entre mulheres lésbicas perpassa além de uma “simples traição”, pois desenvolve sofrimentos psíquicos e traumas relacionados a

relacionamentos amorosos, como foi o caso de Ártemis. Em nossa primeira entrevista, ela observou como foi traumatizante um de seus relacionamentos monogâmicos com uma mulher bissexual com a qual passou um ano. Nesse relacionamento era comum a então namorada traí-la com homens e até viajar para outro Estado com essa finalidade, o que nos levou aos seguintes questionamentos durante a entrevista:

- Tu achas que essa experiência te causou algum trauma?
- Sim. Eu não me relaciono mais com mulheres bissexuais.
- Tu achas que por que a mulher é bissexual ela vai trair?
- Sim.
- Por quê?
- Ela pode se sentir atraída por outra pessoa e não me falar. No caso, um homem. Mulheres bissexuais se atraem sempre por homens, né? Já fui trocada e traída, por isso não confio mais.

Acho válido apontar, ainda que de modo breve, esse preconceito sobre mulheres bissexuais, pois apesar de Ártemis ter sofrido com traições vindas da ex, o fato de sua parceira ser bissexual pesou bastante e permanece como um referencial negativo de relacionamentos.

Em meu processo de campo, ouvi de quase todas as interlocutoras que elas não se relacionariam com mulheres bissexuais. Sempre questionei o porquê e a resposta é unânime: “não quero ser traída ou trocada por homens”. Em alguns casos, consideram que “mulher bissexual é vetor de IST⁹”. Como dito anteriormente, não vou me estender sobre como mulheres lésbicas enxergam mulheres bissexuais. As violências que sofrem são divergentes e não cabem nessa pesquisa, no entanto ambas são mulheres estigmatizadas e, mesmo que a bissexualidade não seja pauta neste trabalho, também tem sua relevância na vida de mulheres lésbicas.

Ainda sobre violências em relacionamentos monogâmicos, a entrevista de Andrasta foi a que mais suscitou desconforto à entrevistada. Ao me relatar seus relacionamentos, ficou evidente o quanto essas lembranças ainda eram vívidas e causavam sofrimento a ela. Tivemos que parar em alguns momentos para respirar,

⁹ Infecções sexualmente transmissíveis.

mudar o foco, pois vez ou outra segurava o choro ou chorava em minha frente. Até então um dos trechos que mais causou desconforto, sem dúvidas, foi sobre sua relação com Kátia, que durou quase dois anos também:

(...) era muito ruim, ela não queria que eu usasse batom vermelho, eu adorava usar batom vermelho. Ela dizia que não queria, que não gostava, que gostava de beleza natural, não gostava de ficar manchada com batom, eu era muito mais alegre também. Eu era mais sociável, e quando eu *tava* entre amigos, eu brincava soltava uma piadinha e tal. Ela dizia que eu queria ser o centro das atenções, isso nunca foi verdade, ela se incomodava com o meu magnetismo com as pessoas. Ela podou as minhas arestas, foi nessa relação que eu comecei a demonstrar traços de depressão e ela não me acolhia. Ela falava assim “ah *tu tem* que ficar bem, porque se tu não ficar bem a gente não vai dar certo”, como se o relacionamento com uma pessoa só se pautasse se você for leve (...). Falava que eu escrevia muito bem e que futuramente iria escrever um livro infantil, era todo o tempo assim, falava mas me diminuía em seguida, sabe? Como se eu fosse incapaz de conversar como uma pessoa adulta, dizia que eu era imatura, perguntava se eu era idiota, retardada, e não era em tom de brincadeira, sabe? (Andrasta, 2023)

O relato de Andrasta não é incomum, a violência psicológica entre mulheres lésbicas age por meio de um processo lento e gradativo a fim de minar a auto estima daquela mulher e moldá-la para que o poder que se quer exercer sobre aquele indivíduo seja aceito com mais facilidade. A ausência de uma rede social de apoio contribui para que essas violências se perpetuem, como foi o caso do terceiro relacionamento de Andrasta com Gabriela, o qual conta que foi agredida psicologicamente, fisicamente, sexualmente, patrimonialmente e moralmente. O isolamento devido ao relacionamento abusivo foi a base para que a interlocutora vivenciasse todas essas violências em uma única relação. Essa relação que iniciou por meio de uma amizade evoluiu para um relacionamento afetivo sexual entre elas. Andrasta me disse o quanto ela foi “feita de besta” por essa moça e o quanto isso ainda era doloroso para si.

Achei que não tinha como dar errado, porque, acima de todo o interesse afetivo-sexual que ela pudesse ter comigo, tinha a confiança, tinha a amizade, tinha a intimidade. Então eu falei “ah não tem como dar errado”, mas o fato é que eu comecei a me relacionar gostando da minha ex mais recente, e eu *tava* muito frustrada porque antes dela eu tinha ficado 3 anos solteira, 3 anos...tem noção?”

- E como foi seu relacionamento com ela?

- Conturbado, né? Ela tinha duas filhas, então ela me sobrecarregava, sobrava tudo pra mim (...) até a própria frustração com relação à maternidade, entendeu? Quando eu não fazia algo que ela queria muito, ela fazia show, tinha surtos de birra, chutava as minhas coisas, parede, guarda roupas, esperneava. Uma vez ela interpretou errado o que eu falei e quebrou um pote de plástico, jogou com tanta violência que arrancou a tinta da parede. Ela pegou a minha chave de casa e riscou o meu carro, aí eu peguei e fiz igual no carro dela. Aí depois, ela ficou dizendo que eu era abusiva e controladora, porque eu risquei de volta (Andrasta, 2023).

Andrasta seguiu apontando as violências sofridas:

Foi piorando, até que um dia que eu pedi...é....pra ela limpar a sanduicheira que ela tinha deixado suja em cima do balcão, (...) e eu falei assim “olha, mas a gente não vai sair assim não, tu pelo menos limpa essa sanduicheira”, ela falou assim “eu não tenho como fazer isso agora vai ficar aí”. Eu falei pra ela tirar de lá, porque a gata ia quebrar, e ela me respondeu muito irritada “acontece que eu *to* ocupada, tenho que cuidar das meninas, tenho que fazer não sei o que...” aí eu sentei no sofá, ela foi limpar a contragosto, reclamando e eu falei assim “acontece querida que quando a gente tem filho a gente não faz nada no nosso tempo, tem que ser no tempo da criança” e eu falei algo relacionado a isso (...) Foi quando eu levei cinco socos, eu levei dois do lado esquerdo do meu rosto, eu *tava* tão distraída sentada no sofá né, não sabia que ia apanhar tanto que eu fiquei extremamente assustada. Ela me bateu no ombro, três socos no meu ombro, eu meio que me defendi então um pegou atrás, e aí eu fui chorar... (Andrasta, 2023).

Ela me relatou que essa foi uma das primeiras agressões físicas que sofreu em casa nesse relacionamento e que, após esse episódio, outras situações também culminaram em violência física e perseguição através de injúria e difamação após o término da relação.

Em nossa terceira entrevista, Andrasta se mostrou mais aberta para falar, porém parecia mais fragilizada, foram algumas horas de diálogo e, entre palavras, em alguns momentos ela se esforçava para não chorar, algo que não aconteceu em nossos primeiros encontros e diálogos. Senti que essa parte da vida dela ainda era uma ferida aparentemente aberta. As suas falas não são somente relatos de relacionamentos abusivos, Andrasta também me apresentou consequências das violências sofridas e como isso ainda reflete nos seus relacionamentos atuais.

Decidimos em conjunto prosseguir com perguntas mais fechadas para que ela pudesse relatar os acontecimentos com mais precisão. Minha primeira pergunta foi: Qual foi a violência mais marcante que você sofreu em seus relacionamentos? Foi quando trouxe dois relacionamentos antigos, o primeiro regado de violência psicológica, o segundo, além de conter violência psicológica, a violência física também era muito presente. Como ela relembra:

Ela me xingava muito, me chamava de tudo. Um dia cheguei pra ela e perguntei por que ela me tratava tão mal, sabe o que ela me disse? “Porque eu fui abusada”. Até levei isso pra minha psicóloga. Ela justificou os maus tratos dessa forma, na relação ela nem chegou a me contar, pra você ver o nível da relação. Pra ela eu era muito emocionada, muito dramática, não tinha o menor interesse sobre mim, não existia diálogo. Praticava silêncio punitivo comigo, etc (Andrasta, 2023).

Questionei se a violência psicológica que sofreu nessa relação foi a que trouxe maior sofrimento, Andrasta lembra que sim: “foi depois dessa relação que eu fiquei bem *bichada* da cabeça, que aí eu aturei todas as outras (violências)” (Andrasta, 2023). Destaca-se, em sua fala, como a violência psicológica pode ser a precursora de todas as agressões que se cometem a seguir em uma relação. De uma forma simplificada, é por meio da violência psicológica que se puxa o gancho da violência física, por exemplo. Ela vem primeiro, velada ou explícita. Para mim, enxergo-a como um meio de manipulação, uma forma de minar a autoestima do outro para que se mantenha o controle de tudo. Não é tangível, não é fácil de lidar.

Seguimos com a entrevista, Andrasta iniciou os relatos sobre sua outra relação, na qual as violências psicológicas culminaram em agressões físicas. Para mim, um dos momentos mais sensíveis dessa pesquisa. Vivi por anos acreditando que em relacionamentos homoafetivos entre mulheres não existiam violências. Ouvir os relatos das interlocutoras e, nesse caso em específico de Andrasta, me direcionou a patamares de questionamentos que jamais me fiz.

Mulheres agrediam sim suas parceiras, e, por que esse é um assunto pouco discutido? Enxergar isso perpassa por algo pertinente, existe uma linha tênue entre o domínio masculino e o feminino? Claro, mulheres sofrem mais opressão que os homens, nesse caso, então por que mulheres oprimem mulheres? Pelo visto, a

violência e o poder intrinsecamente interligados também transformam mulheres em algozes em relacionamentos.

Não foi somente Andrasta que trouxe relatos de violências psicológicas e físicas, Lilith me apresentou vivências parecidas. Em nossas entrevistas, sempre deixei claro que Lilith poderia falar sobre o que quisesse ou se sentisse à vontade para expor a mim. Entrevistar Lilith me remeteu pensar como fazer antropologia é bem mais que pesquisa, pois enxergo como o despertar de um possível elo de confiança entre pesquisador e interlocutor. Nem sempre isso acontece, mas só de ser uma escuta sobre a vida daquela pessoa, os laços se estreitam e, por vezes, podem apertar.

Com Lilith não foi diferente, dialogamos algumas vezes como pesquisadora e entrevistada e, no fim, acabamos trocando ideias sobre como tinha sido as nossas vidas, algo bem além do considerado científico. Na nossa segunda entrevista, dialogamos sobre seus relacionamentos amorosos, Lilith se relacionou poucas vezes, por ser monogâmica, em 15 anos somente duas, sua primeira relação durou 5 anos, e a segunda, 10 anos.

Acredito que seja importante frisar que, em 10 anos de relação, Lilith não tinha nada de ruim para falar da sua ex-companheira, pelo contrário, rasgava elogios. Isso me chamou a atenção, não de uma forma negativa, mas com o olhar de pesquisadora que vai além do senso comum. Pensei que por mais que pesquisar sobre violência contra mulheres lésbicas seja algo um tanto perturbador, nós também esbarramos com relações saudáveis pelo caminho e isso Lilith não precisou me expor, podemos enxergar em pequenas falas, proferidas ou não.

Sua principal história foi a primeira relação que aconteceu dos seus 16 anos em diante. Abordamos diversas questões como a dependência emocional, traições, perseguições após término, ausência de apoio familiar, agressões físicas e psicológicas. Como ela explanou:

Minha primeira namorada foi uma relação de 5 anos, mas muito conturbada, abusiva, não era saudável, era tóxica a relação. **Acho que é bom eu falar de nós duas, não era só ela que era abusiva, eu também era.** Só que começou com muita traição da parte dela e acabei também traindo com o decorrer do tempo, não porque gostava, eu me vi obrigada a trair, mas isso me fazia mal (...). Tinha muita violência psicológica e verbal e eu me mantive nesse relacionamento

por muito tempo, no caso 5 anos, né, pelo fato de eu ter sido muito acolhida pela família dela. Então, era uma forma de me manter perto dela, porque ela sabia que eu não era aceita pela minha família, sendo aceita pela família dela fazia com que ficasse presa nessa relação (Lilith, 2023). [Grifos meus]

A fala de Lilith sintetiza toda a indumentária do abuso psicológico. É mister frisar o trecho “eu acho que é bom falar de nós duas, não era só ela que era abusiva, eu também era”. O espelho que se segue após essa fala reflete algo que pouco se comenta entre mulheres lésbicas ou até mesmo relações entre heterossexuais: vítimas que reproduzem nuances de abusos ou vítimas que reagem ao abuso.

A partir dos meus dados de campo, destaco a seguinte premissa: não podemos confundir a reação do oprimido com a ação do opressor. O espelho, nesse caso, tem mais significado que o simples refletir, quando falamos de violência, trazemos o imaginário de que em relacionamentos amorosos o abusador é quem age, esse movimento está fincado na falácia, “quem bate é quem é o culpado”. No caso de Lilith e tantas outras mulheres, nem sempre a agressão se revela de modo lúcido, vem do cansaço, do exílio, do exaurir do sentimento e das histórias vividas. A reação em situações de abuso é comum entre as vítimas.

Um exemplo está no estudo levantado por Melo (2016). A autora expôs que ficou surpresa ao se deparar com o relato de uma das interlocutoras, no qual a mesma admitiu ter agredido sua ex-companheira. Chamada de Paloma, a entrevistada relatou:

Paloma - Eu cheguei mais cedo do trabalho e peguei ela na cama com outra. Ou seja, eu não tenho sangue de barata e acho que ninguém teria. Foi aquele quebra pau, a outra pessoa que estava com ela até então se fazia passar por minha amiga. Eu sei que acabou. Peguei minhas coisas, saí de casa, pra casa da minha mãe, quebrei tudo dentro de casa, até então quando eu vi tava tudo destruído. Porque assim, eu saí de mim, quando eu vi, tinha quebrado porque era tudo o que eu tinha construído com ela, era minha casa, meu sonho, meus planos. [...] No outro dia ela foi na delegacia e deu queixa de mim. Eu vou responder aos processos de agressão, tudo isso por ter quebrado as coisas.

Mariana Melo - Você chegou a bater nela?

Paloma - Também, foi recíproco tanto ela quanto eu, tanto eu como ela, ela comigo, foi. Foi o quebra pau, eu sei que no final das contas, ela foi na delegacia, deu queixa, eu também fui, fizemos o corpo de delito e ficou nesse moído aí, eu vou responder os processos e o dela tá pra chegar. Mas a experiência terrível, nunca mais eu quero passar na minha vida (Melo, 2016).

Após analisar casos como o de Paloma, percebe-se como a reação do oprimido pode não se limitar à passividade, mas incluir atos de agressão, mesmo que em resposta a uma situação de abuso. Isso me leva ao questionamento: quem age é de fato sempre o culpado? Os relatos de Lilith, Andrasta e Paloma evidenciam como a violência pode ser recíproca e como as situações de vulnerabilidade emocional podem contribuir com posteriores agressões em relacionamentos afetivo-sexuais entre mulheres lésbicas.

3.2 Violência conjugal: uma questão de poder

Grossi (1994) explica que violência é uma categoria historicamente construída, ou seja, assim como o significado de ser homem ou mulher varia de cultura para cultura, em cada momento histórico determinado, a percepção social da violência varia, não sendo única nem tampouco universal. Melo (2016) também define violência em sua pesquisa e observa a necessidade de percebê-la a partir dos contextos específicos:

Uma visão mais atenta sobre a violência enquanto fenômeno sociológico nos permite caracterizá-la como objeto multidimensional, encarnada de acordo com contextos, necessidades e instrumentos de cada sociedade. Não há, portanto, universalismos, há sim, sistemas e definições temporais, de maneira que nem tudo observa como normal e corriqueiro no passado, tem a mesma compreensão na contemporaneidade (Melo, 2016, p. 21).

Um exemplo claro é o modo como o conceito de violência altera-se com o passar das gerações. Durante anos o estupro marital não foi considerado violência sexual, as mulheres eram obrigadas a atender aos desejos sexuais de seu marido,

independente de sua condição. A cultura sexista exigia isso e era julgado que esposas tinham esse dever. Era muito comum ouvir a frase “se ele não tiver em casa, vai procurar na rua” e isso era considerado normal nos relacionamentos.

Na contemporaneidade, com as lutas feministas e o avanço de leis como a Maria da Penha, forçar mulheres a praticar sexo em relações afetivas, seja ele vaginal, anal ou oral, é considerado estupro. Melo (2016) reitera que por conta dessas mudanças culturais, a violência não pode ser tratada com elemento de definição fixa, já que se alinha à sociedade em questão.

A violência perpassa por visões mais aprofundadas, por ter diversas formas de manifestação. É mister frisar que a violência, em nossa sociedade, tem em suas ramificações enredo direto com a força, a dominação e o poder. Para Melo (2016), essa narrativa está além de simplesmente forçar alguém a fazer algo que não quer, esse poder se agarra à vontade de humilhar e machucar o outro, à satisfação da cólera.

A antropóloga segue conceituando violência de forma mais ampla, além do poder e dominação, observando que atravessa diversas áreas, “(...) desde a economia até o Direito e a psicologia, passando pela moral, se firmando assim como assunto das relações humanas em geral” (Melo, 2016, p. 88), ou seja, a violência é um fenômeno que está intrinsecamente ligado à existência humana, age para além de um elemento pontual nas relações, como é o caso da violência simbólica ou institucional.

A ordem social age como um mediador primordial nos processos de violência (Melo, 2016). A escola, a mídia, a política e a cultura são meios de disseminação de violência e acrescento, ainda, um meio mais rápido: as redes sociais. É através dessas mídias que os sujeitos são violentados, por vezes de forma velada, por vez explícita. Essa dinâmica das formas de se exercer violência e sua premissa com a sociedade impacta diretamente a vida dos sujeitos, alguns de forma assaz, como é o caso das mulheres e homens negros e pretos, sujeitos LGBTQIA+, moradores de zonas periféricas, etc. Esses sujeitos acabam sendo os mais atingidos pelas violências simbólicas e institucionais.

Concordo quando a autora explana que as violências são definidas de acordo com cada cultura e dinamizadas pelas relações. Nesse contexto, o sexismo e o

racismo estrutural, por exemplo, são práticas implicadas nas situações de violência na contemporaneidade se pensarmos de forma relacional e situacional. As observações em campo vão ao encontro do que a autora expõe e indicam a importância de perceber que a realidade se faz na dinâmica das relações, nos embates e conflitos ideológicos e de poder.

Essa constante transformação existe por conta de um processo civilizador, o qual deixa de lado costumes considerados arcaicos, neste caso em questão, os processos de violência (Melo, 2016). Aproveito o ensejo e me pergunto o que seria o conceito de civilização tão aclamada pelos homens brancos. Seria o que eles consideram aceitável, evoluído? A conjuntura de civilização pode ser torpe e excludente, segrega minorias e beneficia os brancos.

Por exemplo, a tortura é uma forma de violência considerada arcaica em diversas sociedades, assim como a perseguição e humilhação. No entanto, o chamado “processo civilizador” não abarcou pessoas negras, LGBTQIA+, pobres e indígenas. Seus corpos ainda são violentados com métodos considerados arcaicos e nada civilizados pelos homens brancos. O malfazejo existe e persiste nas comunidades e no chamado processo evolutivo da violência. Como comenta Butler (2022), a maioria das formas de agressão estão comprometidas com a desigualdade.

É nesse processo de transformação que a violência abarca questões de poder. A autora elucida que as diferenças de poder nos ajudam a repensar noções sobre gênero e sexualidade, no sentido de que independente do gênero ou orientação sexual daquele indivíduo, isso não o impede de cometer atos violentos com outras pessoas. Adentramos nas mulheres lésbicas e como elas podem também agredir suas parceiras.

A autora cita a necessidade de evidenciar que a auto identificação, enquanto mulher lésbica, indica diversas formas de lidar com a violência e, neste caso, a orientação sexual compartilha raízes com a violência contra o sujeito político mulher, ou seja, com as violências diversas que atingem as mulheres, como assassinatos, estupros corretivos, discriminação, preconceito, etc. Cabe reiterar que essas violências se intensificam quando o sujeito interceptor é uma mulher. Isso se dá porque além daquele sujeito ir contra a “normatividade” de orientação sexual, que é a

heterossexualidade, ainda é uma mulher, algo indissociável para mulheres cis-lésbicas.

Por que muitas vezes mulheres não denunciam suas agressoras, considerando que a lei Maria da Penha as acolha também? A autora Daniella Tebar Avena, em sua obra *A violência nas relações lésbicas: realidades e mito* (2010), explica que:

Os homens violentos contam com movimento feminista e seus calcanhais e, apesar da forma ainda precária, as mulheres dispõem das delegacias das mulheres e da proteção da hetero-normalidade para se amparar. Já no caso das lésbicas a situação se complica ainda mais. Algumas dessas mulheres já tiveram o paradoxo de ter, como molestadoras, lésbicas que se dizem feministas (sic) e que contam com a indulgência do movimento do mesmo nome para cometer seus abusos. Outras que procuraram apoio em delegacias da mulher e tiveram que encarar uma segunda violência, além da já sofrida: a violência do preconceito contra a homossexualidade (Avena, 2010, p. 99).

Mulheres lésbicas esbarram constantemente no paradoxo da “mulher agressora”, mas como se manifesta esse paradoxo? Segundo Avena (2010), refere-se a mulheres que se apoiam na luta feminista na esfera pública, onde supostamente lutam e buscam por emancipação e valorização do sujeito feminino, porém, na esfera privada cometem violências com suas parceiras. Observei, assim que adentrei ao movimento feminista, a existência de uma utopia a qual atesta que mulheres em relacionamentos afetivo-sexuais não agridem outras mulheres.

Avena (2010) afirma que mulheres não denunciam suas parceiras por conta de diversos fatores, entre eles as campanhas de violência contra as mulheres ser voltada prioritariamente a casais heterossexuais, colaborando assim para que casais homoafetivos não se sintam acolhidos e passem a ter dificuldades para definir se aquilo que acontece dentro do seu relacionamento é um tipo de violência.

Além da ausência de políticas públicas contra a violência doméstica que insira mulheres lésbicas, a rede de apoio é escassa, tanto familiar quanto em questões de amizades, isso porque, mais uma vez, a cultura relaciona apenas o binômio homem-agressor e mulher-agredida, essa leitura bidimensional perpassa pelas estatísticas que indicam que as mulheres são mais agredidas por homens, sendo colocadas no

lugar de vítimas. Andrasta desmistifica esse binômio por meio do relato sobre seu último relacionamento:

A terceira vez que ela (até então namorada) me agrediu eu tentei (suicídio), fui lá pra fora e tentei me enforcar, só que ela agiu com mais violência ainda pra me frear (chora), eu não soltava a corda, aí ela chegou a pisar no meu esterno, e puxar meu cabelo, parecia assim que na verdade ela não queria me conter, na verdade ela *tava* querendo descontar a raiva dela. (...) tirei fotos dos hematomas e mandei pro grupo das minhas amigas, eu tenho uma amiga que é da igreja, pedi pra ela rezar por mim...(chora) (Andrasta, 2023).

Andrasta seguiu expondo que sua rede de apoio era mínima, inclusive no que diz respeito a amizades. Isso colaborou diretamente para que, ainda que as violências se tornassem explícitas, a interlocutora não enxergasse a gravidade do que estava sofrendo. Da Luz e Gonçalves (2014) explicam que, sem a presença de familiares e amigos, a violência pode acontecer com maior facilidade e recorrência. Além de que, neste caso, a vítima tem dificuldade em encontrar apoio externo por conta do não reconhecimento social de sua relação, o que acaba isolando-as socialmente. Os autores prosseguem expondo que existe a possibilidade de que, quando a vítima buscar ajuda, sofra uma “dupla estigmatização” caso denuncie, ou seja, que ela seja discriminada por ser homossexual e por ser vítima de violência doméstica. Todas essas questões contribuem para que mulheres lésbicas prossigam no ciclo da violência, o que tragicamente pode findar em feminicídio.

Ao ouvir Andrasta sobre a tentativa de suicídio, seguida de mais um leque de agressões, me perguntei se essas ações não poderiam ser consideradas tentativa de feminicídio. E sim, poderiam, é o que torna a violência doméstica tão perigosa, o fato de que existe a linha tênue entre agredir e assassinar. Andrasta esteve nessa linha.

Seguindo o raciocínio, abordo a cultura de culpabilizar a vítima. Para a sociedade ocidental, independente da orientação sexual, a mulher é o indivíduo de caráter duvidoso que “provocou” ou fez algo para merecer a agressão. Observo que, independente do gênero, a vítima quase sempre leva a culpa pela agressão, “ela deve ter feito algo”, “mas o que aconteceu antes?”, são perguntas recorrentes nesses casos.

Por fim, há também a vergonha da denúncia, seguida de lesbofobia. É a dupla estigmatização que já fora citada. O deslocamento até uma delegacia pode ser ainda mais doloroso do que a violência sofrida. Isso porque, em muitas situações, não há preparo da polícia para atender casos de violência doméstica entre lésbicas. Por serem mulheres, são desmerecidas e suas dores reduzidas, como foi o caso de Andrasta.

Fomos pra delegacia da mulher, 2 da manhã, quando cheguei perguntei “moço, quem é que *ta* fazendo B.O?” — Mas o que que aconteceu? — Ele quis falar comigo da porta pra fora, ele nem me deixou entrar na delegacia, quando me viu foi até a porta e ficou falando comigo do lado de dentro. Aí eu fui lá, deixei primeiro ela relatar o que aconteceu e depois eu fui (...) ele começou a perguntar coisas que não eram da alçada dele. Começou a entrar em campos que não era pra ele ter entrado, por exemplo, quem tinha sido ausente na minha família, se era mãe ou pai, porque eu estava me submetendo àquilo, entendeu? Chegou a falar que não era pra eu levar adiante a questão do IML, disse que era pra gente se resolver numa conversa, que era muita exposição, que não era pra ir pro IML. Ele me desmotivou de todas as formas, falou que não precisava daquilo, disse que o judiciário era preconceituoso que eles iam desconsiderar várias coisas, e que era pra conversamos entre a gente e tentar resolver da melhor forma possível (...) falou até do meu padrão de parceiras, onde eu costumava buscar minhas parceiras. Um acolhimento bosta, sabe?

- Tu achas que esse “acolhimento bosta” tem a ver com o fato de vocês serem um casal homoafetivo?

- Olha, cheguei a acreditar que sim.

Ao elucidar esse acontecimento, compreende-se que mulheres lésbicas agredidas são desmerecidas em ambientes que deveriam acolher, como é o caso da delegacia em questão. Nota-se um explícito despreparo da parte policial com Andrasta e sua companheira. Dessarte, abordar questões como a de que mulheres lésbicas podem agredir suas parceiras também abarca o jogo de poder, os papéis de gênero e seus impactos na violência.

É comum ouvirmos relatos de mulheres que foram perseguidas por seus ex-companheiros após não aceitar o fim da relação, perseguições que culminaram até em agressões físicas e feminicídio. No entanto, existe uma lacuna quando se elucidam fins de relacionamentos conturbados entre mulheres lésbicas. Uma mulher que divide a mesma teia de opressões de gênero seria capaz de perseguir a ex companheira?

Varro as nuvens do senso comum ao afirmar que sim. Perseguições nem sempre fatais, mas que se desenvolvem por meio da violência. Como foi o caso de Andrasta com Giovana, sua última relação violenta.

Ela me relatou como foi difícil o término da relação, no início houve uma enxurrada de e-mails de Giovana para tentar reatar o relacionamento, sem sucesso. Quando Andrasta deu o ultimato de que não haveria volta, Giovana iniciou o ciclo de violência moral. O desejo de reatar e a devolutiva negativa de Andrasta provocou em sua ex-companheira uma onda de difamação, injúria e calúnia, todas disseminadas pela internet e redes sociais. Como ela declara:

Tudo começou quando, após o término, eu fui contar para ela que já estava me envolvendo com outra pessoa, tudo porque eu não queria que ela soubesse pela boca de outra pessoa, e sim pela minha. A partir desse dia, começou o inferno, onde eu passei por situações bem agravantes, digo mental e psicologicamente (Andrasta, 2023).

Vê-se, a partir do relato de Andrasta, a continuidade dos processos de violência sofridos mesmo após o término. Estabelecemos ainda o seguinte diálogo:

- Ela se valeu das redes sociais e fez uma série de difamações *pra* reverter a situação, *pra* dizer que eu tinha feito A, B e C.

- Que tipo de difamação?

- Tem coisa que eu não cheguei a ver, me falaram, me mandaram prints. Até minhas fotos ela mandou pra um perfil de *exposed* de Manaus, onde ela disse absurdos sobre mim, fui apedrejada de todas as formas. Ela sujou a minha imagem profissional e pessoal, propositalmente. Dizia que eu tinha tentado estuprá-la, que eu era abusiva, tinha transtornos mentais graves, [...] ela procurou até meus amigos pra me difamar, disse que eu tinha psicose [...] até que um dia me mandaram prints de todas as difamações em uma conversa privada.

- E depois?

- Entrei na justiça. Nem pedi danos morais, pedi uma retratação, e nem isso ela fez de forma decente. Meu nome profissional ficou sujo, meu nome pessoal, eu que tive e tenho que recomeçar do zero. Eu não preciso provar nada sobre o que ela falou de mim, é ela quem me acusa, então ela que prove. Mas fui acusada injustamente por ela e processada sem nenhuma prova, ela dizia que eu a perseguia, mas mostrei áudios e e-mails dela (na delegacia) me falando absurdos e me perseguindo, depois disso ela disse que eu forjei provas contra ela, mas eram áudios, era a voz dela [...] foram mais de dois anos de perseguição.

É nítido o elemento de fronteira neste diálogo, Andrasta me apresentou toda a perseguição sofrida após o fim da relação, violência que apenas deixou de ser explícita após instauração de queixa crime, culminando em um processo judicial por danos morais, calúnia e difamação.¹⁰

Há um leque de abuso e violência moral explícita, que se pauta na questão da honra daquele indivíduo, são discursos milimetricamente forjados a fim de manchar a imagem das mulheres, seja entre amigos, na família ou no âmbito profissional, o chamado *stalking* — perseguição obsessiva. É através desse tipo de violência que se consegue, ainda que distante da vítima, perpetuar seu poder sobre esta. A difamação gera afastamento dos amigos e familiares e dificuldades de socialização. Andrasta me apresentou o epicentro da violência: a não aceitação do término da relação.

Pesquisar sobre agressões entre mulheres e ouvir as interlocutoras me remeteu a vivências próprias. Com o caminhar da escrita da dissertação me vi em um local que nunca tinha me visto: também fui vítima de um relacionamento abusivo entre mulheres. Foi um deslocamento violento para mim, pois, no início da pesquisa, me colocava apenas como pesquisadora, afinal, “nunca tinha vivido um relacionamento abusivo com uma mulher”. Em linhas gerais, havia uma cegueira da minha parte, como acontece com muitas mulheres lésbicas, “ela me amava, como poderia me ferir?”, “Seus olhos brilhavam ao me ver, como aqueles olhos poderiam me violentar assim?” Eram questionamentos constantes e considerava que não havia passado por violências.

Depois de passar por um processo constante de desnaturalização da violência passei a enxergar que não estava somente no lugar do “e se fosse eu?”, mas estava imersa integralmente, de corpo e alma, inserida na minha pesquisa. Havia uma preocupação constante de como faria as entrevistas, como as ouviria e iria transcrever tantas falas de modo respeitoso para o papel. Ao me preocupar tanto com o outro,

¹⁰ Não adentramos muito no assunto acerca do processo judicial atrelado à Lei Maria da Penha que Andrasta moveu contra sua ex-companheira, em nossos diálogos ela sempre deixou exposto o quanto gostaria que o fim da relação tivesse sido sem maiores animosidades, mas que infelizmente não teve uma devolutiva positiva de Giovana. Durante o processo judicial Andrasta teve uma ordem de restrição (Medida Protetiva) deferida pela delegacia da mulher (AM), após a conclusão do processo, houve acordo entre as partes no qual Giovana não poderia mais citar o nome de Andrasta, além de ter que escrever uma retratação em suas redes sociais. Acredito ser importante ressaltar que tive acesso aos documentos do processo, já que é de domínio público.

talvez tenha me atribuído menor valor, não no sentido de que me desvalorizo, mas de que estava ali somente como pesquisadora e que não poderia me colocar, como cita Ruth Behar (1997), como um observador vulnerável.

Behar (1997) afirma que fazer antropologia é embarcar em uma viagem através de um longo túnel, você vai a outro lugar: da perda, da saudade, da memória, do luto, da vontade de entrar no mundo ao redor e não saber como fazê-lo, do medo de observar muito friamente ou muito irregular, ou muito distraído, e da sensação de escrever qualquer coisa e ainda do desejo ardente de escrever algo. “Quando você escreve de forma vulnerável, outros respondem de forma vulnerável” (Behar, 1997, p.52). Esse é o ponto.

Ao ouvir seus relatos, tomei consciência de que havia sofrido inúmeras violências enquanto me relacionava, pela primeira vez, com uma mulher lésbica. Reitero que expor minhas próprias vivências não é algo fácil, enxergo essa exposição de forma poética, como uma ruptura de paradigmas impostos e como algo mais do que um relato, pois contém uma densa significação para mim.

Prossigo apoiando-me nas minhas afirmações sobre a violência contra a mulheres lésbicas em sociedade. Foram alguns anos para perceber que estava envolta em uma situação de violência. Relutei, fui contra a minha intuição, meus familiares, meus amigos e até minha psicóloga, estava encegueirada pelas palavras dela, seu controle disfarçado de cuidado e, mais que isso, suas mentiras sempre cobertas por papéis de presente brilhantes e chamativos. Eu era mais jovem que ela, estava vulnerável e sozinha, quando a vi estender a mão, tive a visão que jamais imaginei que teria, estava entrando em uma fresta que não sei se saberia voltar, estava apaixonada.

Me joguei.

Mas caí sozinha.

Agarrei-me ao meu próprio sentimento, alimentado por migalhas que ela jogava o tempo todo. Seu “amor” fazia eu me perguntar sempre se não era digna de ser amada, estava sendo devorada viva e não sabia como me desvencilhar. bell

hooks, em sua obra *Tudo sobre o amor* (2021), expõe por meio de suas palavras meus exatos sentimentos:

[...] eu era frequentemente soterrada por um luto tão profundo que parecia que um imenso mar de dor carregava meu coração e minha alma. Dominada pela sensação de ser arrastada para debaixo d'água, de me afogar, procurava constantemente âncoras que me mantivessem na superfície, que me puxassem em segurança de volta para a margem (hooks, 2021, p. 21).

Esse tipo de amor consome, rasga, degenera, decompõe. Cada lágrima derramada apagava um pouco de mim e, muitas vezes, apesar de suas fabulosas e floreadas palavras, sentia um enorme vazio. Parecia radiação, como pequenos raios que sem que você perceba vão te adoecendo aos poucos, minando todos os seus sistemas, corpo e mente, até não sobrar mais nada da sua essência.

Era uma prisão sem grade. Muitas noites orei aos céus e a quem estivesse ouvindo que esse sentimento fosse tirado de dentro de mim, não suportava mais a dor, era intensa demais, meu corpo padecia todos os dias. Eu estava na beira de um profundo abismo e, a cada passo que dava, me sentia mais perto do fim. Cheguei ao pensamento de hooks (2021) de que o amor nos faz sentir mais vivos. Porém, quando estamos em um estado de desamor, sentimos que poderíamos facilmente estar mortos, tudo dentro de nós é silêncio e imobilidade, o que a psicanálise chama de “assassinato da alma”, termo utilizado para descrever esse estado de morte em vida. Meus dias eram constantemente assim, convivendo dia após dia com minha morte enquanto ainda respirava.

Questionava-me, como alguém que diz me amar como nunca faz isso comigo? Porque sou tratada dessa forma? O que eu fiz? A culpa é minha? Com certeza. Não sou boa o suficiente? Não sou bonita? Não sou inteligente como achava ser? Ela me disse que não sou. Me disse que se preocupa comigo, mas que preocupação é essa? Talvez eu não seja capaz de ser alguém, ela desaprova todos os meus comportamentos, acho que está certa. Talvez eu não tenha conhecimento suficiente. E se realmente eu for medíocre como ela insinua que sou?

Há muito valor nessas perguntas, pois decodificadas elas representam rebarbas de abusos psicológicos. Havia truques por trás delas para manter-me inerte. Minha autoestima precisava definhar para que suas palavras penetrassem firmes e

objetivas. E ela conseguiu. O ciclo de violência prosseguiu até atingir níveis mais hostis, beirando a crueldade. Até eu tentar, mais de uma vez, o suicídio. Foi árduo reconhecer que estava sendo levada por um ciclone chamado violência, e mais do que isso, aceitar.

hooks (2019) expõe que mulheres são menos propensas a reconhecer a agressão eventual por medo de serem vistas como alguém que aceita um relacionamento ruim ou cuja a vida está fora de controle. Hoje consigo enxergar que estava ali, respirando com dificuldade, tentando emergir enquanto todos ignoravam sobre como o abuso que estava sofrendo poderia me levar à morte. Não, eu não queria ser estigmatizada. Acredito que todas as mulheres que passaram pelo processo de reconhecimento de que foram vítimas de algum tipo de violência viveram um período de negação.

Cheguei à conclusão de que foi totalmente irracional imaginar que não havia sobrevivido violências. No início da minha dissertação, expus que meu objetivo era apresentar as interlocutoras como deusas, porque não queria que estigmas recaíssem sobre elas, para mim, aquelas mulheres eram sobreviventes. Com o delinear da escrita e os diálogos transcritos migrei do “e se fosse eu?” para “isso já aconteceu comigo”, e, mais que isso, ter ciência das violências que vivi nessa relação me pôs na posição de sobrevivente também. Essa auto identidade me aproxima ainda mais das interlocutoras e transforma meu campo em algo muito mais contingente. Esses movimentos violentos, implícitos ou explícitos, amparados por mentiras e manipulação, são estratégias de controle sobre o outro.

Como disserta Butler (2020):

A violência é certamente o pior tipo de toque, uma maneira pela qual a vulnerabilidade humana aos outros seres humanos é exposta em sua forma mais aterrorizante, uma forma pelo qual somos entregues, sem controle, a vontade de outrem, um modo pelo qual a própria vida pode ser eliminada pela ação voluntária de um outro. Na medida em que cometemos violência, estamos agindo sobre o outro, colocando outros em risco, causando danos aos outros. De certo modo, todos vivemos com essa vulnerabilidade particular, uma vulnerabilidade ao outro que faz parte da vida corpórea, mas, sob certas condições sociais e políticas, essa vulnerabilidade torna-se altamente exacerbada (Butler, 2020, p.45).

Leio o termo vulnerabilidade de Butler como uma forma de direcionar a questões de homofobia, de vulnerabilidade social, de raça, de cor e de etnia, como já foi dito anteriormente. Pessoas que estão fora do padrão social estabelecido podem estar mais suscetíveis a sofrer violências, mulheres negras, pobres e emocionalmente vulneráveis, principalmente. Como é também o caso das mulheres lésbicas em relações homoafetivas. Pouco se fala sobre violências entre casais homoafetivos, esse silêncio na própria comunidade LGBTQIA+ pode colaborar para que “por debaixo dos panos” mulheres continuem a ser agredidas na esfera afetivo-sexuais de suas vidas.

3.3 Consequências das violências entre mulheres lésbicas

As palavras “consequências” e “reflexos” me remetem a feridas que podem ser mexidas durante a vida e refletir diretamente na vida social e afetivo-sexual de qualquer mulher que um dia foi vítima de violência. Nem todas as feridas se fecham, essas, quando cicatrizam, deixam marcas que acompanham ciclos e muitas vezes se perpetuam no íntimo, a ponto de fazer morada definitiva. Se não for trabalhado, esse sentimento machuca, pois são relevos e mais relevos de dor, desalinhados, causando vertigens, agarrando-se ao corpo como um parasita. Talvez essa seja — para mim — a definição sobre as consequências da violência, o trauma se agarra a sua vítima como um parasita em busca de alimento, e fica ali, martirizando, deformando.

Quando entrevistei Andrasta sobre sua última relação que, segundo ela, foi a mais conturbada, notei como, mesmo anos depois do trauma, a dor estava ali presente. Não fez questão de esconder, estava estampado em seus olhos, na voz trêmula e nas lágrimas que insistiam em sair. Andrasta estava calma no início da entrevista, me relatou tudo o que aconteceu com precisão, mas apenas o que lembrava. Em alguns momentos, ela fazia pausas e dizia “Acho que apaguei muitas coisas da minha memória”. Meus questionamentos foram: Das violências que você sofreu nas suas relações, qual foi a mais marcante? Naquele instante, você identificou aquilo como violência? E, depois de tudo, quais foram as consequências das agressões sofridas? Deixei claro que não gostaria que focássemos nas violências em

si, mas que me dissesse também quais foram os mecanismos que encontrou enquanto estava em busca da melhora para si.

Andrasta me relatou que, por conta das agressões que vinha sofrendo na relação e por não aguentar mais, resolveu se defender e agrediu sua companheira. Mesmo após essa atitude e a separação, as violências continuaram como ela explanou a seguir:

- E aí, depois que ela saiu de casa vocês terminaram?
-
- Não. A relação ainda continuou à distância, porque eu me sentia culpada pelo que aconteceu, pela agressão que eu cometi.
- Por que você se sentia culpada?
- Porque eu não sei te dizer, mas a forma que ela falava comigo fazia com que eu me sentisse culpada. (Ela gritava) “AAA. Eu voltei para a casa da minha mãe”, aí quando ela falava que ela tinha voltado para casa da mãe, ela surtava, começava a chutar a parede onde a gente *tivesse*. Dava “*piti*” no carro. (Ela gritava) “Eu não queria, não era isso que eu queria e eu voltei para casa da minha mãe!!” e ela gritava “E FOI CULPA TUA”. Então assim, ela jogava tudo para cima de mim, entendeu? Então, na minha cabeça, eu tinha estragado o relacionamento.

Ela seguiu:

- E o que que isso te causou?
- Eu sempre tive um sentimento de culpa que nunca consegui resolver em terapia nenhuma, nunca conseguiram aprofundar a ponto de resolver essa porra dessa culpa, mas me levou a um problema muito sério. Eu tive que buscar intervenção psiquiátrica, por causa da forma que ela me tratava. [...] eu comecei a ter gatilhos, umas coisas muito fortes que eu cheguei a pedir intervenção. Eu mesma vi necessidade porque não estava aguentando mais. Ela brigava comigo, eu começava a tremer. Eu tinha tremedeira. É, eu tinha. Foi neste relacionamento que comecei a praticar automutilação. Eu não tinha, mas comecei a ter.

Segundo Saffioti e Almeida (1995), a reação violenta da vítima significa, a partir da resposta com a mesma intensidade de agressividade, uma tentativa de promover mudanças comportamentais no outro. No caso de Andrasta, houve uma tentativa de desvinculação do relacionamento, sem sucesso. Por vezes a vítima

carrega a culpa pela sua reação e a parte agressora fomenta esse sentimento. É a partir desse movimento que surgem, e se perpetuam, as marcas das agressões.

Andrasta buscou atendimento psiquiátrico, pois após as agressões ela tentou suicídio:

- Você tentou suicídio mais de uma vez?
- Sim...peguei uma seringa e coloquei na veia pra provocar uma embolia gasosa. [chora]
- Foram quantas vezes?
- Só uma vez (com a seringa). Nessa noite eu liguei pra uma amiga, ela conversou comigo, me acalmou, ficou conversando. A gente fez uma videochamada e ela viu como eu estava transtornada (Andrasta, 2023).

Ela seguiu a entrevista:

(...) ela quis abrir a relação, mas eu sou monogâmica, aceitei, mas estava me flagelando. Me auto flagelando, porque ela estava se relacionando com outras pessoas e eu não. Estava muito presa ainda naquela relação. E não conseguia sair da relação também, né? Tem a questão, eu acho que de querer sair, e não é nem porque *tu não gosta* da pessoa, mas porque *tu está sofrendo*. Está no nível de sofrimento tão grande que *tu sabe* que aquilo é o melhor para ti, entendeu? (Andrasta,2023)

Butler (2023) delinea de maneira eloquente como a violência pode ser uma mancha terrível e é por meio dela que se expõe a vulnerabilidade a outros seres humanos, na medida em que se perpetram atos violentos e se age sobre o outro, colocando-o em risco, violando sua integridade, ameaçando expurgar o outro. A autora prossegue argumentando que, de certa forma, todos nós vivenciamos essa vulnerabilidade singular, contudo a mesma fragilidade que é distribuída a todos torna-se altamente exacerbada sob certas condições sociais e políticas, isso é notável no contexto das mulheres lésbicas e no caso de Andrasta em seu último relacionamento.

A ausência de apoio e a fragilidade mental de Andrasta contribuíram para que a outra parte praticasse violências psicológicas tão graves que a levaram a tentar suicídio mais de uma vez.

Relatos do que restou

Lembro-me que ao longo de todas minhas primaveras balzaquianas existia algo em que havia muita constância.

Eu me via com frequência rogando a Deus em oração para que não me permitisse sofrer novamente, pois mais algumas decepções e eu teria certeza que sucumbiria.

A vida não foi amorosa comigo.

Foram inúmeras as decepções, as rejeições e os maus tratos ao ponto de me fazer pensar que existia alguém se divertindo às minhas custas.

Eu não saberia dizer em que ponto isso soaria engraçado - brincar com os sentimentos de outrem.

Foram tantas lágrimas derramadas que daria para suprir todo período de estiagem amazonense.

Durante alguns momentos, me senti seca pois verti-me nelas.

Se antes havia uma romantização utópica de que o amor entre mulheres me faria forte, inabalável e potente, hoje, me reconheço distorcida, traumatizada e descrente. Parte de mim tornou-se experiente, porém, através de muita dor e mágoa ainda latente.

Existe uma caixa empoeirada, guardada cheia de lembranças e emoções difusas tornando difícil a lida com o externo. E parece que nem toda terapia do mundo consegue fazer a faxina na bagunça interna que outrora esteve aqui dentro.

A saída foi deixar essa caixinha assombrosa, quase esquecida. Mas não a joguei fora para poder relembrar.

Lembro-me diariamente de tudo o que passei e nada pode ser descrito em palavras. O horror de ver-se perdendo, esvaindo-se, tomando uma forma horrenda e lúgubre é algo que eu não desejaria ao pior dos inimigos.

Ninguém merece morrer por dentro.

Lembro dos sonhos soterrados, do tempo perdido, da tenra idade, da jovialidade e da ternura no olhar. Que acabaram por dar vazão a uma desconfiança tão presente, que atualmente mesclo-me à ela.

Aceitar e aprender a viver em solitude foi o mecanismo mais eficaz que desenvolvi em busca do amor próprio.

Mas o que sempre quis de verdade sempre foi compartilhá-lo.

Aprendi da pior forma que as pessoas não querem compartilhar, mas dividir. Segregar. Tomar para si algo que nunca deram em troca.

São tantas afirmações falaciosas sobre confiança, parceria, verdade. Troca.

Ao fim, tudo não passava de um discurso tão vazio quanto as pessoas que o proclamavam.

Eu, logo eu, que queria entrega, profundidade, tinha sonhos...vi tudo dissolver-se diante dos meus olhos. Como uma cortina de fumaça que se desfaz...

O mundo não foi feito para pessoas sensíveis. Ele as massacra sem pudor.

Mais fácil seria ganhar na loteria se esse fosse meu intuito.

Mais tangível e simples, ainda sigo em busca da bondade com honestidade e verdade.

Mas onde estão as pessoas profundas? Que não temem mergulhar em si, para então banhar o outro?

De águas lamacentas e com dejetos eu estou farta. Assim como da bondade de gente ruim, que faz o inferno ficar tão lotado quanto a fila do SUS.

Sigo na certeza de que fui pérola na lavagem de muitos porcos.

E hoje me travesti em cofre a fim de guardar o melhor de mim.

Paula Palmeira, 2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho destacou a importância de abordar as narrativas individuais e coletivas de mulheres lésbicas, desafiando estereótipos e promovendo uma compreensão mais profunda das complexidades enfrentadas por essas mulheres. Ao explorar as interseções entre poder, gênero e violência, busquei trazer à luz toda a problemática que envolve as vivências de sujeitos que, em muitos casos, encontram-se à margem da sociedade, contudo isso não foi fácil.

Por estar imersa em meu campo de pesquisa e me identificar como mulher lésbica, recorri muitas vezes à minha terapeuta: “É muito pesado pra mim, porque escolhi esse tema?” — indagava. Pacientemente ela me dizia que entendia o meu sofrimento, mas que eu deveria olhar mais além do que estava à minha frente. Estava fazendo diferença em um mundo que invisibiliza as violências que mulheres lésbicas sofrem e, no futuro, tudo o que senti durante a pesquisa faria sentido e valeria a pena.

Posteriormente, sempre que me deparava com as falas das interlocutoras, com suas lágrimas e histórias, finalmente entendi o que é a antropologia, o que é ser pesquisadora e o sentido de pesquisar o que lhe atravessa. Em uma defesa de doutorado, ouvi de um professor da banca a seguinte frase: “O pesquisador pesquisa a sua dor”, foram essas palavras que me levaram à compreensão do que de fato é pesquisar sobre violência e porque escolhi esse tema. Como por trás de cada dado há uma experiência única e valiosa. Chamo isso de conexão intrínseca entre a pesquisa acadêmica e as experiências pessoais.

Ouvir e transcrever as falas de Andrasta, Gaia, Ártemis, Vênus e Lilith me ascenderam ao local de subjetividade, de que fala Grossi (2004), no qual a pesquisadora mergulha e se conecta com o objeto de estudo. Mergulhamos juntas, eu e as interlocutoras, não apenas em dados objetivos, mas também nas complexidades e nuances das suas vidas. Foi ao mergulhar na vida delas que aprendi como a pesquisa antropológica vai além dos muros da universidade.

Dentre as minhas percepções e resultados, destaco as violências mais explícitas, como o estupro corretivo, por exemplo, em que o poder e a violência se entrelaçam em sua face mais obscura. Além do estupro corretivo, abordamos diversas

questões como traições, dependência emocional, perseguição pós término e diversos outros tipos de agressões. Constatou-se que, por mais que seja pouco discutida, a violência entre parceiras no âmbito afetivo-sexual é comum.

Nesse contínuo pensamento dinâmico, chamo a atenção para os tópicos voltados à interseccionalidade, ao enfatizar como mulheres lésbicas e negras convivem com violências que se amarram, como o sexismo e o racismo, ambos indissociáveis quando falamos sobre mulheres racializadas. Ao aplicar o conceito de interseccionalidade nesta pesquisa, pude compreender mais profundamente como mulheres lésbicas podem enfrentar formas únicas e complexas de violência de gênero interligadas a outros sistemas de opressão, como o racismo, a lesbofobia e a pobreza.

Ao refletir sobre a pesquisa apresentada e os variados conceitos que circundam a violência, percebo toda a estrutura como uma realidade complexa e multifacetada, a qual permeia as interações humanas em diversas esferas da sociedade. Ao longo deste estudo, exploramos uma ampla gama de formas de violência, desde as mais sutis e veladas até as mais explícitas. Dentre elas, destaco o abuso psicológico, que se revelou como uma forma danosa de violência e se mostrou como uma violência precursora nas relações afetivo-sexuais, pois age como uma mina no que diz respeito à auto estima dessas mulheres, muitas vezes de forma sutil e difícil de ser detectada. Inclui-se ainda as agressões físicas entre as interlocutoras, que representou uma forma direta e visível de violência, a lesbofobia, a violência moral e a sexual, findando no estupro corretivo.

Acerca dos debates abordados, dou ênfase também à importância geral de se pesquisar sobre violências contra mulheres lésbicas, além de suas vivências familiares ou em meio à sociedade. Foi nítido que o movimento LGBTQIA+ não tem dado a devida importância ao que mulheres lésbicas vivenciam, se revelando um assunto pouco discutido. O motivo é claro: membros da comunidade LGBTQIA+ convivem com o medo do estigma e expor que pessoas do mesmo sexo, em uma relação homoafetiva, podem se agredir ou cometer violências entre si, sendo mais um motivo para sofrerem violências fora da comunidade.

Durante as minhas pesquisas notei como pouco foi publicado sobre essas perspectivas, abrindo-se um flanco no que diz respeito a este assunto, demonstrando

como existem lacunas no que concerne ao conhecimento acadêmico acerca dessas violências.

Um fator indubitável é que existem muitos aspectos semelhantes a relações heterossexuais, no entanto me perguntei quais seriam as especificidades nas relações entre mulheres e se haveria especificidades na forma como acontecem as violências. A literatura diz que a violência psicológica lidera o ranking quando o assunto é relações afetivo-sexuais entre mulheres, percebi, a partir dos meus dados, que a violência psicológica de fato lidera essa cisão entre o sujeito e as relações homoafetivas, seguida da violência física. Isso não exclui o fato de que haja uma interconexão entre as violências descritas, fazendo com que todas ajam concomitantemente nas relações.

É importante destacar o papel do Estado no que concerne essas violências. É mister que desempenhe uma conduta significativa na construção de uma sociedade que não invisibilize mulheres lésbicas e que combata a violência contra esses sujeitos, por meio de legislações antidiscriminatórias, ou seja, da criação de leis com base no combate à discriminação e à lesbofobia, além de políticas inclusivas, treinamentos para profissionais de diversos setores como saúde, educação, polícia e justiça, financiamento de pesquisas de coleta de dados sobre violência contra mulheres lésbicas e campanhas de conscientização com o propósito de combater estereótipos e promover uma cultura de respeito e aceitação das mulheres lésbicas.

Por fim, ao lidar com estas complexidades destaco a importância de continuar ampliando o diálogo acadêmico e científico acerca das violências enfrentadas por mulheres lésbicas tanto na sociedade quanto nas relações homoafetivas, por conta da amplitude e das especificidades dessas experiências.

Finalizo este estudo com o seguinte questionamento: Qual é o propósito de um trabalho científico? Não é fechar portas, mas sim abri-las, sempre deixando pontos de interrogação para que possamos ir em busca de respostas para perguntas. Entre as indagações que a dissertação me trouxe, destaco a seguinte pergunta: Por que mulheres lésbicas agredem suas parceiras na esfera privada e militam contra a agressão na esfera pública? Não consegui essa resposta de forma satisfatória nesse momento, pois precisaria aprofundar a pesquisa. É ao reconhecer a complexidade

dessas questões e a necessidade contínua de diálogo e pesquisa que finalizo esta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELOU, Maya. [1978] **Ainda assim eu me levanto**. Portal Geledés. 2018. Disponível em: <https://geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/> Acesso em 20/11/2023.
- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza, rumbo a uma nova consciência**. Estudos feministas, 13(3): 704-719, 2005.
- AUGUSTO, Fábio Rafael. **Do consumo à apropriação dos MMORPGs**. Comunicação Pública [Online], Vol.12 nº 22 | 2017
- AVENA, Daniella Tebar. **A violência nas relações lésbicas: realidades e mitos**. Revista Aurora, 7. 2010. Disponível em http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/artigos/download/ed7/5_artigo.pdf . Acesso em 15/08/2023
- BAHIA, Grupo Gay. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil**, 2019. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2023.
- BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer**. In: The Vulnerable Observer. Anthropology that breaks your heart. 1997.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia – História e Crítica de um preconceito** / Daniel Borrillo: Tradução de João Guilherme de Freitas – Belo Horizonte: Authentica Editora. 2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm . Acesso em: 10/02/2024.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. On the discursive Limits of “sex”. Routledge: Nova York e Londres, 2020.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: Os poderes do luto e da violência**; Tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues 1º ed; 2 reimp. Belo Horizonte. Autêntica, 2023
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos avançados, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** / Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza – 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CORRÊA, Mariza. **A natureza imaginária do gênero da história da Antropologia**. IN: Antropólogas & Antropologia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 20-32
- COSTA, Juliana Mazza Batista. **Do lilás ao roxo : violências nos vínculos afetivo-sexuais entre mulheres** / Juliana Mazza Batista Costa. – Recife: O autor, 2013.
- DA LUZ, Rafael Reis; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Violência doméstica entre casais homossexuais**: a violência invisível. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 8, n. 11, 2014.

DAS, Veena. **Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo. Editora Unifesp, 2020. P. 21-116.

FACHINNI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1998**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Feminilidades: corpos e sexualidades em debate/ Organização Daniele Andrade da Silva [et al] - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Alinne. **Etnografia arriscada**: dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 19, n. 1, 2010. DOI: 10.4322/tp.v19i1.205. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/205>. Acesso em: 9 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. 15º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam P. **“Identidade de Gênero e Sexualidade”**. Revista antropologia em primeira mão. Florianópolis. 1998

GROSSI, Miriam P. **A dor da tese**. Ilha revista de Antropologia, v. 6, n. 1, 2, p. 221-228, 2004.

GROSSI, Miriam P. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas. p. 473-483. 1994.

GROSSI, Miriam P. **Trabalho de campo & subjetividade**. Ed. Claudia Lago. 2012

GROSSI, Miriam P. **Vítimas ou Cúmplices? Dos Diferentes Caminhos da Produção Acadêmica sobre violência contra a Mulher no Brasil**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 15. 1991, Caxambu. Anais. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1991.

GUBER, Rosana. **La etnografía: método, campo y reflexividad**. Siglo XXI editores, 2019.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo**/bell hooks; Tradução Bhuvi Libanio. – 11º ed. Rio de Janeiro. Rosa dos tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor** – Novas Perspectivas. Editora Elefante. 2021.

I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022). Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/i-lesbocenso-nacional-mapeamento-de-vivencias-lesbicas-no-brasil-liga-brasileira-de-lesbicas-associacao-lesbica-feminista-de-brasilia-coturno-de-venus-2022/> Acesso em: 01/08/2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

LIMA, Fátima. **Raça, interseccionalidade e violência – Corpos e processos de subjetivação de mulheres negras e lésbicas**. Vol 04, N. 02 - Abr. - Jun., 2018. Disponível em: | <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgentic>. Acesso em: 24/11/2023

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MELLO, Anahi Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 262p. 2014.

MELO, Mariana Soares Pires. **Formas de violência contra mulheres lésbicas**: um estudo sobre percepções, discursos e práticas. 162 f. João Pessoa, 2016.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes antropológicos, v. 20, p. 377- 391, 2014.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**: Vilma Piedade. São Paulo; Editora Nós, 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. Sings, Dossiê Sexualidade, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Departamento de Antropologia/Laboratório de estudos da violência. Santa Catarina. 2006.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero, poder e impotência**. Rio de Janeiro; Revinter. 1995.

SANTOS, Tatiana Nascimento; ARAUJO, Bruna Pinheiro; RABELLO, Luiza Rocha. **Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica**. Bagoas- Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 8, n. 11, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. "**Gênero**: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade, vol 20, nº 2, 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Cadernos pagu, p. 19-54, 2007.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 264 p., 2010.

SWAIN, Tânia Navarro. **Feminismo e Lesbianismo**: A identidade em questão. Cadernos Pagu, p. 109-120, 1999.